



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 17

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 5 DE MARÇO DE 1966

# CONGRESSO NACIONAL

## PRESIDÊNCIA

### DESTINADAS A APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22, 23, 24, 29, 30 e 31 de março, 12, 13, 14, 26, 27 e 28 de abril, 3 e 4 de maio do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 2 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

### SESSÕES CONJUNTAS

Dia 22 de março: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.184-D-65 na Câmara e nº 229-65 no Senado, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados e dá outras providências.

Dia 23 de março: voto (total) ao Projeto de Lei nº 2.513-65 na Câmara e nº 1421-65 no Senado, que reorganiza o Quadro Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região e dá outras providências; — voto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-A-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regula o pagamento referente à cota de que trata o art. 20 da Constituição Federal e dá outras providências; — voto (total) ao Projeto de Lei nº 813-E-63 na Câmara e nº 307-64 no Senado, que concede isenção do impostos de importação e consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros e de outras providências; — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-D-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimo e dá outras providências, — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.162-C-65 na Câmara e nº 209-65 no Senado, que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962 e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Dia 24 de março: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Dia 29 de março: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.208-65 na Câmara e nº 263-65 no Senado, que cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil; — voto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada; — voto (total) ao Projeto de Lei nº 3.022-B-65 na Câmara e nº 272-65 no Senado, que altera a redação do art. 46 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações); — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.035-65 na Câmara e nº 292-65 no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, Estado do Pará; — voto (total) ao Projeto de Lei nº 1.781-D-64 na Câmara e nº 191-64 no Senado, que retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964.

Dia 30 de março: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Álcool e sua aplicação e dá outras providências.

Dia 31 de março: voto (total) ao Projeto de Lei nº 3.204-B-61 na Câmara e nº 127-63 no Senado, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia; — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-65 (C.N.), que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército; — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.276-D-65 na Câmara e nº 291-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos; — voto (total) ao Projeto de Lei nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa falada, escrita ou televisada.

Dias 12 e 13 de abril: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Dia 14 de abril: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.295-D-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências; — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.273-D-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias; — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.346-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autoriza a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoelétrica de Capivari — SOTELCA" e que passa a denominar-se "Sociedade Termoelétrica de Capivari S.A." — .....

Dias 26 e 27 de abril: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.033-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o "Plano Nacional de Viação" estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64.

Dia 28 de abril: voto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração de surdo em cargos do Serviço Público Federal; — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes"; — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira.

Dia 3 de maio: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967, 1968 e dá outras providências.

Dia 4 de maio: voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.648-C-65 na Câmara e nº 267-65 no Senado, que proíbe o emprego da palavra "couro" em produtos industrializados e dá outras providências; — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e nº 268-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização a funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública e que esteja subordinado, — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 952-C-65 na Câmara e nº 11-64 no Senado, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade, — voto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.000-D-65 na Câmara e nº 230-65 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966.

## SENADO FEDERAL

ATA DA 3<sup>a</sup> SESSÃO, EM 4 DE MARÇO DE 1966

4<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 5<sup>a</sup> Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CATTETE PINHEIRO

As 14h 30m acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.

Oscar Passos.

Edmundo Levi.

Cattete Pinheiro.

Leônio da Silveira.

Menezes Pimentel.

Wilson Gonçalves.

Dinarte Mariz.

Manoel Vilaça.

Ruy Carneiro.

Algemiro de Figueiredo.

Domicio Gondim.

Pessoa de Queiroz.

Ermírio de Moraes.

Silvestre Péricles.

Heribaldo Vieira.

Júlio Leite.

José Leite.

Aloysio de Carvalho.

Josaphat Marinho.

Eurico Rezende.

Aurélio Viana.

Pedro Ludovico.

Bezerra Neto.

Adolpho Franco.

Atílio Fontana.

Guido Mondin.

Gay da Fonseca (27).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — A lista de presença acusa o comparecimento dos Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE  
MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

Mensagem nº 6, de 1966

(N.º 28. NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Em cumprimento ao disposto no art. 83, item I e 103 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação do Senado Federal o nome do Doutor Henoch da Silva Reis para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, em vaga criada pelo art. 6º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Como se verifica do anexo "curriculum vitae", o indicado preenche todos os requisitos legais para a investidura, uma vez que tem revelado em

intensa atividade jurídica, notável sa-  
ber e reputação ilibada.

Brasília, 3 de março de 1966. —  
H. CASTELLO BRANCO

CURRICULUM VITAE  
PROFESSOR HENOC  
DA SILVA REIS

1 — Nascido em Manacapuru, no Es-  
tado do Amazonas, no dia 9 de feve-  
reiro de 1907, sendo seus pais o Ci-  
dadão Lázaro da Silva Reis e Senhora  
Maria Agra Reis.

2 — Em Manacapuru, no Grupo Es-  
colar "Carlos Pinho", fez o Curso pri-  
mário, após o que transportou-se para  
Manaus, onde, no Colégio Estadual,  
ao tempo Ginásio "Dom Pedro II",  
fez o Curso secundário.

Curso universitário: Faculdade de  
Direito do Amazonas, colando grau no  
dia 27 de dezembro de 1941. Foi o  
Orador Oficial da Turma.

3 — Cargos, funções ou atividades  
que exerceu:

Exerceu o cargo de Redator-Secre-  
tário do matutino "Jornal do Comér-  
cio".

Exerceu igualmente, em Manaus, o  
cargo de Promotor de Justiça, substi-  
tuto.

Exerceu, ainda, contratado, o cargo  
de Professor de Economia Política da  
Faculdade de Direito do Amazonas, no  
período de agosto de 1942 a fevereiro  
de 1943.

Eleito Prefeito Municipal de Mana-  
capuru, encontrou-se no desempenho  
desse Mandato no período de 1 de  
março de 1943 a 1 de março de 1946.

No período de 1946-1947, exerceu as  
funções do cargo de Membro do Con-  
selho Administrativo do Estado do  
Amazonas. É Professor da cadeira de  
Direito Constitucional da Faculdade  
de Direito do Amazonas, a concorrer do  
dia 13 de junho de 1951, havendo, em  
setembro de 1955, prestado concurso  
para essa carreira, datando de dezem-  
bro do mesmo ano, sua nomeação pa-  
ra Catedrático da mencionada cadeira.

Colou grau em Doutor em Direito,  
no ano de 1956.

É Professor de Economia Social e  
Direito Social da Escola do Serviço  
Social de Manaus, e Professor de Eti-  
ca da Faculdade de Filosofia, Ciências  
e Letras da Universidade do Amazonas.

É Membro do Instituto dos Advoga-  
dos do Brasil, Seção do Amazonas, e,  
ainda, do Instituto de Direito Social  
de Manaus, filiado ao de São Paulo,  
e, também, da Associação Amazonense  
de Professores.

Exerce o cargo de Juiz do Trabalho,  
Presidente da Primeira Junta de Con-  
ciliação e Julgamento de Manaus, Oitava  
Região do Trabalho, desde 1949  
(interino), e, desde março de 1954. Ma-  
gistrado Vitalício, em virtude de con-  
curso prestado perante o Tribunal Re-  
gional do Trabalho da Oitava Região,  
em Belém, Estado do Pará.

Funcionou como Membro do Tribu-  
nal Regional do Trabalho da Oitava  
Região, em julho de 1961, em virtude  
de convocação especial.

Eleito para a Academia Amazonense  
de Letras, ainda não assumiu.

4 — Publicou os seguintes tra-  
balhos:

"Ao Sair do Templo", discurso de  
formatura em Direito; "Intervenção  
Federal", tese de concurso para Pro-  
fessor de Direito Constitucional, da  
Faculdade de Direito do Amazonas;  
"Instituições Políticas Inglêsas"; "A  
Constituição Imperial do Brasil"; "O

## EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
MURILLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARS

Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50,

Ano ..... Cr\$ 96

Exterior

Ano ..... Cr\$ 133,

## FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 30,

Ano ..... Cr\$ 76,

Exterior

Ano ..... Cr\$ 103,

— Exceutadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, omitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Direito Social e as Constituições Bra-  
sileiras"; "Prefácio" à Constituição  
do Estado do Amazonas; "Parlamen-  
tarismo e Presidencialismo"; e "Te-  
mas de Direito Constitucional e Di-  
reito Social."

A Comissão de Constituição e  
Justiça.

O SR. PRESIDENTE

(Cattete Pinheiro) — A Presidência  
deferiu, hoje, os seguintes requeri-  
mentos de informações, apresentados  
ontem: Nº 80, do Sr. Gilberto Mar-  
inho, ao Ministro da Fazenda; Núme-  
ro 81, do Sr. Cattete Pinheiro, ao Mi-  
nistro da Viação e Obras Públicas.  
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE.

(Cattete Pinheiro) — O Sr. 1º Se-  
cretário vai proceder à leitura de pro-  
jeto de lei.

É lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado  
Nº 3, de 1966

Confere atribuições exclusivas ao Insti-  
tuto Brasileiro de Reforma Agrá-  
ria (IBRA) para venda de imóveis  
rurais da União desde que destina-  
dos à atividade agro-pecuária, e dá  
outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Todos os imóveis rurais per-  
tencentes à União, desde que destina-  
dos à atividade agro-pecuária, sómen-  
te podem ser concedidos por venda ou  
outra forma de alienação, aos ocupan-  
tes, através do Instituto Brasileiro de  
Reforma Agrária (IBRA).

Art. 2º Para os fins previstos no  
art. 11 da Lei nº 4.504, de 30 de no-  
vembro de 1964 (Estatuto da Terra),  
o Serviço de Patrimônio da União,  
dentro de 90 (noventa) dias a contar

da publicação da presente lei, remi-  
terá ao IBRA todos os processos alia-  
da não ultimados de pedidos de afo-  
ramento de terras públicas.

Art. 3º Incluem-se entre os proces-  
sos de que trata o artigo segundo os  
referentes aos chamados terrenos do  
marinha e as terras localizadas ac-  
longo da fronteira do Brasil com pa-  
íses estrangeiros, desde que destinados  
pelos seus ocupantes ou pretendentes  
ao aproveitamento agro-pecuário.

Art. 4º Compete ao IBRA conver-  
ter os referidos processos de afo-  
ramento em venda definitiva da res-  
pectiva área, desde que destinada às ati-  
vidades da agricultura ou criação, de  
modo que o Poder Público cumpra o  
seu dever de promover e criar as con-  
dições de acesso do trabalhador rural  
à propriedade de terra econômicamen-  
te útil, de preferência, nas regiões  
onde habita, sómente desta aquisição  
excluído em casos especiais, e zonas  
para que a propriedade da terra ne-  
sempre sua função social, tal como  
determinam os artigos 2º e 10 do Es-  
tatuto da Terra.

Art. 5º O IBRA poderá ouvir pré-  
viamente a Comissão Especial da Fai-  
xa de Fronteira, órgão do Conselho  
de Segurança Nacional, do processo  
de alienação do lote de terras desde  
que o mesmo se situe na faixa pre-  
vista no Decreto-Lei nº 7.724, de 10  
de julho de 1945 e legislação corre-  
lata.

Art. 6º No desempenho das atribui-  
ções previstas no artigo 4º desta lei,  
o IBRA submeterá à prévia audiên-  
cia:

a) dos Ministérios da Guerra, por  
intermédio dos comandos das Regiões  
Militares; da Marinha, por intermédio  
das Capitanias dos Portos; da  
Aeronáutica, por intermédio dos co-  
mandos das Zonas Aéreas, quando se  
tratar de área situada dentro da fai-  
xa de fronteiras, da faixa de 100

(cem) metros ao longo da costa marítima ou de uma circunferência de 1.320 (mil trezentos e vinte) metros de raio em torno das fortificações e estabelecimentos militares;

vi) das Prefeituras Municipais, quando se tratar de terreno situado em zona que esteja sendo urbanizada.

§ 1º A consulta versará sobre zona determinada, devidamente caracterizada.

§ 2º Os órgãos consultados deverão se pronunciar dentro de 30 (trinta) dias do recebimento da consulta, prazo que poderá ser prorrogado por outros 30 (trinta) dias, quando solicitado, importando, o silêncio em assentimento à alienação.

Art. 7º Para que não seja considerado latifúndio o imóvel rural, ainda que do domínio particular, cujo objetivo de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente da administração pública, é indispensável que esse tombamento seja submetido, dentro de 60 (sessenta) dias de sua ultimização, ao julgamento do INRA.

Art. 8º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação, deverá ser regulamentada a presente lei, pelo Poder Executivo, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de março de 1963. — Senador Vicente Bezerra Neto.

#### Justificação

1. A partir do Decreto-lei nº 1.164, de 18 de março de 1939, seguindo dos Decretos-leis ns. 1.968, de 17.1.40, 2.610, de 20.9.40, 7.724, de 10.7.45, 9.760, de 5.9.46 e Lei nº 2.597, de 12.9.55, passaram ao domínio da União em terras públicas localizadas numa faixa da fronteira do Brasil com os países estrangeiros. No caso de aquisição das áreas ou lotes pelos respectivos ocupantes ou pretendentes interessados deve requerer ao Serviço de Patrimônio da União o aforamento para Estados como Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Pará e até o Rio Grande do Sul, o advento das novas disposições, em 1939, coincidiu com o crescimento da procura, para exploração agro-pastoril, de terras na área, e existiram, como em Mato Grosso e Paraná, milhares de hectares de terras devolutas. Os Estados perderam o direito de dispôr das terras que até então lhes pertenciam, após a proclamação da República, e os interessados, muitas centenas, hoje se contam batendo e continuam batendo, inutilmente, com seus pedidos de enfileirar ao S. P. U. Não foi despachado nenhum processo, e muitos deles datam de mais de vinte anos. Uma verdadeira demonstração de irresponsabilidade daquele serviço público, privando ocupantes e beneficiadores das glebas, brasileiras que projetam os objetivos patrios na vizinhança de outros países, da aquisição de um título de domínio, não sómente para garantia de seu patrimônio e do produto de seu sacrifício, mas, ainda para poder aceder aos estabelecimentos de crédito oficial.

2. Entendemos que o advento do Estatuto da Terra, Lei nº 4.304, de 30 de novembro de 1964, aboliu o impasse, pois o seu artigo nono é determinativo, peremptório:

"Dentre as terras públicas terão prioridade, subordinando-se aos fins previstos nesta Lei, as seguintes:

i) as de propriedade da União, que não tenham outra destinação específica;

ii) as reservadas pelo Poder Público para serviços ou obras de qual-

quer natureza, ressalvadas as pertinentes à segurança nacional, desde que o órgão competente considere sua utilização econômica compatível com a atividade principal, sob a forma de exploração agrícola;

III — as devolutas da União, dos Estados e dos Municípios (grifo nosso).

3. Esse mesmo Estatuto, para acabar com o sistema de incentivar para o colono ou posseiro o pretendente o título de proprietário, entre muitos de seus dispositivos estabelece:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei:

Art. 10. O Poder Público poderá explorar, direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento visando o desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.

§ 1º Sómente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório, desde que não haja viabilidade de transferi-los para a propriedade privada.

§ 2º Executados os projetos de colonização nos imóveis rurais de propriedade pública, as frações de terra restantes serão obrigatoriamente vendidas.

Art. 102. Os direitos dos legítimos possuidores de terras devolutas federais estão condicionadas ao implemento dos requisitos absolutamente indispensáveis da cultura efetiva e da morada habitual.

4. Como a Lei nº 4.504 recebeu as atribuições de descriminação de terras públicas antes delegadas ao S.P.U. (Decreto-lei nº 8.760), não há mais razões para que nesse obsoleto e inoperante órgão permanecam os sepultados processos de aquisição de terras, formulados pelos ocupantes e beneficiários, ademais que o aforamento não é o sistema preferido pelo Estatuto da Terra.

A transcrição dos textos legais e o desasco clamoroso do S.P.U. falam da procedência do presente projeto de lei, que poderá ser melhorado, ampliado, sob os doutos suplementos das Comissões Técnicas e do Plenário.

Sala das Sessões, 3 de março de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Agricultura; de Segurança Nacional e de Finanças.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.

Art. 10. O Poder Público poderá explorar, direta ou indiretamente, qualquer imóvel rural de sua propriedade, unicamente para fins de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento visando o desenvolvimento da agricultura, a programas de colonização ou fins educativos de assistência técnica e de readaptação.

§ 1º Sómente se admitirá a existência de imóveis rurais de propriedade pública, com objetivos diversos dos previstos neste artigo, em caráter transitório, desde que não haja

viabilidade de transferi-los para a propriedade privada.

§ 2º Executados os projetos de colonização nos imóveis rurais de propriedade pública, as frações de terra restante serão obrigatoriamente vendidas.

#### DECRETO-LEI Nº 7.724, DE 10 DE JULHO DE 1945

Submete ao regime de foramento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras provisões.

#### DECRETO-LEI Nº 7.724, DE 10 DE JULHO DE 1945

Submete ao regime de aforamento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras provisões.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 183 da Constituição, decreta:

Art. 1º As terras devolutas, na faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, ficam submetidas ao regime de aforamento previsto no Decreto-lei nº 3.438, de 17 de julho de 1941.

Art. 2º A União não reconhece e tem por insubstancial e nulas quaisquer pretensões sobre o domínio pleno das terras devolutas, a que se refere o artigo anterior.

§ 1º Quando se verificar que os Estados e Municípios efetuaram quaisquer transferências de domínio ou quaisquer concessões de colonização ou exploração agrícola ou industrial, na suposição de lhes pertencerem as terras, serão confirmadas e vendidas, aforamente ou concessões, desde que os respectivos titulares tenham cumprido as exigências dos Decretos-leis nº 1.933, de 17 de janeiro de 1940, nº 210, de 20 de setembro de 1940, e 1.845, de 25 de agosto de 1939, e que regularizem dentro de seis meses da data da publicação deste decreto-lei a sua situação perante o Serviço do Patrimônio da União. (1)

§ 2º O Serviço do Patrimônio da União expedirá novos títulos de aforamento, independente de quaisquer pagamentos de laudâncias, jóia e furos atraçados, inclusive os que forem cobráveis até 31 de dezembro do corrente ano.

§ 3º Vencido o prazo do parágrafo primeiro deste artigo, o Serviço do Patrimônio da União providenciará para que cessem integralmente as ocupações mantidas, a qualquer título, com fundamento nas quaisquer pretensões.

Art. 3º As medidas e demarcações promovidas pelos Estados e Municípios serão revisadas pelo Serviço do Patrimônio da União, que expedirá novo título, sem qualquer ônus para o particular.

Art. 4º Para a preferência à concessão de novos aforamentos, serão adotados os dispositivos do art. 5º do Decreto-lei nº 3.438, de 1941, resguardados os direitos dos brasileiros nascidos na forma do art. 148 da Constituição.

Art. 5º É facultado aos Estados fronteiriços requererem o incremento de áreas para o incremento dos seus planos de colonização, cabendo-lhes submeter aos particulares, na forma da lei civil.

Art. 6º O Serviço do Patrimônio da União promoverá desde logo o ca-

dastro e teda a região, para regularização das ocupações que não se subordinarem a títulos expedidos pelos Estados, e a fim de ter pronto, o plano de colonização intensiva das terras, na forma das leis vigentes.

Art. 7º Ficam criadas Delegacias do Serviço do Patrimônio da União, uma em cada um dos Territórios do Acre, Rio Branco, Amapá, Guaporé, Iguaçu e Ponta Porã.

Art. 8º Este decreto-lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (2)

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1945, 124º da Independência e 57º da República. — Getúlio Vargas. — Agamenon Magalhães. — A. de Souza Costa.

O SR. PRESIDENTE:

(Cuttete Pinheiro) — O Projeto lido irá às Comissões Competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Cuttete Pinheiro) — O Senhor J. Secretário vai proceder à leitura da indicação, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto.

E lido o seguinte:

#### Indicação nº 2, de 1966

Nos termos do art. 220, do Regimento Interno, sugiro à Comissão Diretora, se necessário com gestões junto à Comissão Diretora da Câmara dos Deputados, para que seja hasteado o Pavilhão Nacional, em todas as hastas existentes à frente do edifício do Congresso Nacional, nas seguintes efemérides:

a) dia da Instalação e do Encerramento da Sessão Legislativa anual, assim como no de instalação e encerramento das Convocações Extraordinárias do Congresso Nacional;

b) dia 21 de abril, data da Fundação de Brasília, dia de Tiradentes;

c) 1º de Maio, em homenagem aos trabalhadores do Brasil;

d) 7 de setembro, Dia da Pátria;

e) 18 de setembro, Aniversário da Constituição da República;

f) 15 de novembro, Proclamação da República; e

g) 19 de novembro, Dia da Bandeira.

Sala das Sessões, 4 de março de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

A Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE:

(Cuttete Pinheiro) — Sobre a mesa oficial que val ser lido.

E lido o seguinte:

#### BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO Of. PRE/100/602-66.

Em 24 de fevereiro de 1966  
Senhor Presidente:

Venho solicitar a Vossa Excelência seja colocado à disposição deste Banco, com prejuízo de seus vencimentos e demais vantagens, o Adjunto de A'moxarife Jayme Teixeira Neto, Simbolo PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, para exercer funções de confiança na Secretaria dos Órgãos Colegiados.

Atenciosas saudações. — Luiz Gonçaga do Nascimento e Silva. Presidente.

(2) Revogado pelo Decreto-lei nº 2.707-53.

Publicado no Diário Oficial de 12 de julho de 1945.

(1) Alterado pelo Decreto nº 2.063 de 1946.

**A Comissão Diretora.****O SR. PRESIDENTE:**

(Cassete Pinheiro) — Subscrito pelo Sr. Senador Lopes da Costa foi enviado à mesa requerimento de informações que vai ser lido pelo Secretário 1º Secretário.

É lido o seguinte.

**Requerimento nº 83, de 1966****Senhor Presidente:**

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, solicito a V. Exa., se pode encaminhar ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Minas e Energias, o requerimento seguinte:

1º Se há projeto elaborado para construção de um Gasoduto entre Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) e São Paulo (Brasil) e qual o estágio em que se encontram as negociações para execução da obra?

2º Em caso afirmativo, quais são os fundamentos econômicos que alcoaram o investimento e que inconvenientes há para sua consecução?

3º Qual o cronograma e o custo da obra?

**Justificação**

Trata-se de verificação de notícia importante publicada na imprensa do País que necessita ser desenvolvida para melhor esclarecimento e sobre tudo qualificada, a fim de que se possa aferir os efeitos do investimento na região Centro Oeste do país uma das mais promissoras, possibilitando o incentivo industrial da zona atravessada pelo gasoduto o que muito beneficia a cidade de Corumbá Mato Grosso quanto ao aproveitamento de seus minérios. — Senador Lopes da Costa.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Cassete Pinheiro) O requerimento não depende de deliberação do Plenário. Será publicado e em seguida despachado pela Presidência (Pausa)

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador José Ermírio, primeiro orador inscrito.

**O SR. JOSE' ERMIRIO:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, sempre que compareço à tribuna do Senado é para trazer aos Srs. Membros desta Casa informações e estudos que julgo de alto valor para o Brasil. Com relação ao assunto de que vou falar hoje talvez já exista alguma coisa às ocultas relativa no que vão dar do Brasil vendendo a quilos minérios atômicos. À razão deste discurso é justamente tentar evitar que isso aconteça.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, em boa hora tivemos a iniciativa de propor a esta Casa a constituição de uma Comissão Especial para "proceder ao estudo e à coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais" da qual fui nomeado a honra de ser o relator. Em hora melhor ainda pudemos contar com a compreensão e a dedicação de todos os seus membros, que sem alarde e sem publicidade se lancaram ao estafante trabalho de difusamente, e com minuciosos depoimentos que, examinados em conjunto, como se impõe, representavam verdadeira radiografia do País. Ainda teremos oportunidade de expor pormenorizadamente, as lições e os ensinamentos que podem e devem ser colhidos de toda essa tarefa, que visa atender exclusivamente aos superiores interesses nacionais.

Entre as inúmeras personalidades convocadas para depor perante essa

Comissão, chamou desde logo a atenção de todos, pela sua modéstia, pela sua humildade, pela sua simplicidade mas sobretudo por sua coragem e patriotismo, a figura de um pobre e empobrecido garimpeiro que há mais de Dez Anos vem alertando (em vão) nossas autoridades sobre a desbragada prática de contrabando de minérios, pedras preciosas, além de madeiras, no extremo Norte do País. Trata-se do Sr. José Freire de Alencar, que compareceu no dia 9 de setembro de 1965, e cujo depoimento foi publicado pelo "Diário do Congresso". Sua leitura atenta recomendados a todos.

Contou ele que desde 1954 vem apresentando, por escrito, e documentadamente, suas denúncias às autoridades, sem que tenha sido tomada qualquer providência séria. Foi preciso que o acaso célebre personagem da História nacional — tenha feito descer um avião moderno, super-equipado com material para o contrabando de nossos minérios, principalmente atômicos, para que, no momento, se procure conhecer as dimensões e a profundidade desse contrabando.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSE' ERMIRIO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Faço parte da Comissão de Estudos Econômicos a que V. Exa. se refere, comissão criada por iniciativa de V. Exa. e que vai, na verdade, prestar

imensos serviços à Nação ao próprio Governo. Ouvi o depoimento do cidadão a que V. Exa. se refere. Na verdade ele denunciava esses fatos lamentáveis com tanta segurança que fixou logo em nosso espírito a certeza de que ele falava a verdade. A defesa dos minérios nacionais deve ser um dos objetivos mais sérios da ação governamental. Não acredito que as Forças Armadas, — que têm, agora, na Chefia da Nação um dos seus Membros mais eminentes, patriota, contra cuja honorabilidade, na verdade, até esta hora, nada podemos dizer deixem de tomar providências,

sérias, energéticas, decisivas, para evitar esta situação ruinosa para a Nação e de vergonha para o próprio Governo do País. Sou nacionalista moderado. Entendo que nenhuma nação subdesenvolvida pode conquistar a emancipação econômica sem a cooperação do capital estrangeiro. Sou partidário da cooperação do capital estrangeiro para o desenvolvimento da economia pátria. Porém, uma política como a que ora observamos de facilidades ao contrabando das riquezas nacionais, uma política dessa, — como assinalo há pouco tempo, com minha revolta de patriota que entrega minérios, riquezas nacionais — às mãos impuras de emprêgas estrangeiras, como a que está explorando o subsolo de Minas Gerais e que atende, se me não engano, nela a denominação de Hanna e subsidiárias agindo como verdadeiros bôvulos, e se irradiando de Município em Município, de localidade em localidade: uma política dessa, nobre Senador José Ermírio, merece a atenção do Governo, sobretudo, numa hora em que ele, — quero repetir — está nas mãos de um militar honrado, desafiando, conscientemente, o patriotismo e a probidade das gloriosas Forças Armadas do Brasil.

O SR. JOSE' ERMIRIO — Agradeço o aparte do nobre Senador Argemiro de Figueiredo. Realmente daqui a alguns anos, encontrase-ão apenas crateras, para fins turísticos, em Minas Gerais.

(Lendo)

Quando alguns, como nós, insistem na adoção de medidas decisivas

e patrióticas na defesa de nossos minérios, de nosso sub-solo, são ironicamente apelidados, pelos super-homens governamentais, de "leões de chácara" de nossas riquezas minerais. Pois preferimos ser esses leões do que participar, como chacais, dos restos dos banquetes de feras originárias da estranha, cuja voracidade não tem encontrado limites.

E' preciso, senhor Presidente, que tanto estrangeiros, como nacionais, qualquer que seja a sua qualificação, recebam exemplar punição; os primeiros, por sua audácia e os últimos pela vilania de seu procedimento de maus brasileiros. Tem o Governo excelente oportunidade para demonstrar à Nação a seriedade de seus propósitos na defesa do que é sónente nosso. Aliás, pretendemos apresentar o quanto antes requerimento de informações a fim de que a Nação tome conhecimento das providências efetivamente tomadas pelo Governo, providências que não podem mais ser proteladas.

Esse lamentável episódio do contrabando de minérios atômicos vem ressaltar a enorme responsabilidade do Congresso Nacional, que dentro de dias deverá discutir e votar um "acordo relativo aos usos civis da energia atômica", que aliás foi encaminhado à Câmara dos Deputados com chocante açoitamento, sem a necessária audiência prévia, por imposição legal, do Conselho de Segurança Nacional e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Infelizmente tem sido esse o modo de agir dos representantes do Poder Executivo, que teimam na adoção, em relação ao Legislativo, de uma política de "fatos consumados". Como fazemos parte daqueles que não aprenderam a se conformar com essa atitude, desde já queremos fecer algumas considerações sobre tão relevante matéria, antecipando que, como sempre, sómente nos move o interesse público, a preocupação com os destinos deste grande País.

**Senhor Presidente:**

Vivemos em plena era atômica.

Independente dos fundamentos estritamente filosóficos, que remontam à Grécia antiga, podemos identificar o início dessa era com o momento em que, nos albores do século XX, o físico Einstein conseguiu combinar os dois princípios, isto é, que a descoberta da lei de conservação da energia era análoga à lei da conservação da matéria.

Do mesmo modo que o químico descobriu que a matéria não pode ser criada ou destruída, mas sómente transformada, o físico verificou que a energia atômica não pode ser criada nem destruída, mas apenas apresentada sob formas diferentes. Isso de conformidade, evidentemente, com sua teoria da relatividade, que assim pode ser sintetizada:

**Energia = Massa x Velocidade da Luz.**

Em sua teoria, Einstein determinou que a energia em "ergs" é igual à massa, em gramas, multiplicada pela velocidade da luz ao quadrado em centímetros por segundo. Para esclarecer, diremos que 1 "watt" funcionando durante 1 segundo fornece 10 milhões de "ergs" de energia. Mais: a aniquilação de uma massa de 1 quilo libera 3.178 milhões de quilowatts-hora de energia. Essa a razão da corrida atômica que assoberba todas as nações, pois os minérios atômicos já são sérios concorrentes na produção de energia industrial.

Seguiram-se os estudos do Professor Nils Bohr, da Universidade de Cope-

nhaque, que durante a guerra teve de fugir, com seus filhos, numa frágil e pequena embarcação, e durante toda a viagem transmitiram entre si as fórmulas a que tinha chegado, para retê-las na memória daquele que sobrevivesse.

O controle da libertação da energia de fissão, pela primeira vez conseguido, na data histórica de 2 de dezembro de 1942, em Chicago, pelo Professor italiano Enrico Fermi e através dos estudos de J. R. Oppenheimer que conseguiu o plutônio fissionável U-233, foram os passos decisivos no caminho da plena utilização da energia nuclear, que, desgraçadamente, fez sua estréia em agosto de 1945 sobre a Cidade de Hiroshima, depois de experimentada no mês anterior em Los Alamos, no Estado do Novo México.

De lá para cá, centenas, se não milhares de cientistas em todo o mundo têm aperfeiçoado seus estudos e aprofundado seu domínio, desde o controle das reações físicas até a melhoria dos sistemas de construção de reatores. No presente, os progressos foram tão grandes que sómente os que acompanham diuturnamente os dados científicos é que podem opinar com conhecimento de causa. Apenas como curiosos queremos lembrar que 1 quilo de U-235 pode fornecer suficiente calor para fervor 46.000 toneladas de água, e esse quilo pode ser extraído de 64 quilos de minério de urâno comum. Para aquecer essa mesma quantidade de água seriam necessárias 3.300 toneladas de carvão, ou 726.000 galões de gasolina!

Voltemos, porém, às maravilhas do mundo do átomo, que sabemos elétricamente neutro. Nele não há excesso de carga positiva ou negativa. Podemos representá-lo com um pequeno núcleo central, que contém praticamente toda a sua massa e leva uma carga positiva igual ao número atômico. Rodeando, cercando esse núcleo central, estão os "elétrons planetários". Como o átomo deve ser elétricamente neutro, segue-se que o número desses "elétrons planetários" é também igual ao número atômico. Dessa forma, as cargas iguais opostas no núcleo e no sistema planetário se neutralizam. Quando um átomo expelle uma partícula "beta" (um elétron de alta velocidade), perde uma carga negativa, o que equivale ao ganho de uma carga positiva. Se tomarmos o Rádio como elemento nº 88 da Tabela Química disposta de acordo com o seu peso atômico, verificaremos que seu núcleo tem 88 cargas positivas. Uma partícula "alfa" que salta do núcleo tem duas cargas positivas, de modo que restam 86, que vêm a constituir novo elemento, no caso o "Rádon", um gás quimicamente inerte, mas também com propriedades radioativas.

A cada dia que passa, Senhores Senadores, cresce a importância da energia nuclear. Pois bem sabemos que as reservas mundiais, economicamente exploráveis, de combustíveis fósseis, como carvão, turfa, xistos, petróleo, linhito, gás natural, deverão estar exauridas nos meados do século XX, ao redor do ano 2.040.

Quero abrir um parêntese: para situar que, no ano de 2.040, não teremos mais carvão, petróleo, linhito e gás. De que iremos viver? Exclusivamente de nossa energia, hidráulica e atômica.

A energia hidráulica será, no futuro, de pequena proporção em relação à energia atômica. Por isso, devemos defendê-la com cuidado e não vendê-la para o estrangeiro.

Não devemos nem podemos argumentar com nossas imensas reservas hidráulicas ainda por aproveitar, pois seria o mesmo que insistir no car-

de-boi na era do automóvel e do avião. Temos o dever imperioso de acompanhar a marcha do mundo, na pesquisa e na experimentação, nas ciências e nas artes, se quisermos ocupar lugar de destaque no futuro. Jamais esquecendo que em nossa terra os combustíveis fósseis são relativamente escassos, ou de alto custo, ou ainda de qualidade defeituosa.

Temos de planejar e executar vasto programa de instalação de centrais nucleares, a exemplo do que estão fazendo todas as nações conscientes de seus destinos, bem como dos próprios destinos da Humanidade.

Aqui apresentamos ao Senado uma tabela com os valores das potências instaladas (em MWe = 1.000 kw) em centrais elétrico-nucleares, dos diferentes "conceitos" (tipos) de reatores:

Conceito G. C. R. ("Gás cooled Areactor")	Em	Em	Total
	Operação	Construção	
Frância .....	340 (5)	855 (2)	1.195 (7)
Itália .....	300 (1)	—	300 (1)
Japão .....	158 (1)	—	158 (1)
Reino Unido .....	2.276 (7)	2.868 (4)	5.144 (11)
U. S. A. ....	—	22 (1)	22 (1)
Total .....	2.974 (14)	3.745 (7)	6.719 (21)

Conceito B. W. R. ("boiling water reactor")	Em	Em	Total
	Operação	Construção	
Alemanha Ocidental .....	15 (1)	512 (3)	527 (4)
Holanda .....	—	47 (1)	47 (1)
India .....	—	380 (1)	380 (1)
Itália .....	150 (1)	—	150 (1)
Japão .....	158 (1)	—	158 (1)
U. R. S. S. ....	164 (2)	200 (1)	364 (3)
U. S. A. ....	440 (9)	1.090 (3)	1.530 (12)
Total .....	927 (14)	2.329 (8)	3.156 (22)

Conceito H. W. R. ("heavy water reactor")	Em	Em	Total
	Operação	Construção	
Alemanha Ocidental .....	—	50 (1)	50 (1)
Alemanha Oriental .....	70 (1)	—	70 (1)
Canadá .....	20 (1)	203 (1)	223 (2)
Frância .....	—	80 (1)	80 (1)
India .....	40 (1)	200 (1)	240 (2)
Reino Unido .....	—	93 (1)	93 (1)
Suécia .....	9 (1)	200 (1)	209 (2)
Suiça .....	—	8 (1)	8 (1)
Checoslováquia .....	—	150 (1)	150 (1)
U. S. A. ....	17 (1)	—	17 (1)
Total .....	156 (5)	934 (8)	1.140 (13)

Conceito P. W. R. ("pressurized water reactor")	Em	Em	Total
	Operação	Construção	
Alemanha Ocidental .....	—	283 (1)	283 (1)
Bélgica .....	10 (1)	—	10 (1)
Espanha .....	—	140 (1)	140 (1)
Frância .....	—	266 (1)	266 (1)
Hungria .....	200 (1)	—	200 (1)
Itália .....	270 (1)	—	270 (1)
U. R. S. S. ....	803 (4)	365 (1)	1.168 (5)
U. S. A. ....	501 (9)	837 (2)	1.138 (11)

Total .....	1.784 (16)	1.801 (6)	3.675 (9)
-------------	------------	-----------	-----------

Outros Conceitos	Em	Em	Total
	Operação	Construção	
Alemanha Ocidental .....	—	13 (1)	13 (1)
Frância .....	—	20 (1)	20 (1)
Reino Unido .....	42 (3)	—	42 (3)
U. R. S. S. ....	1 (1)	350 (1)	351 (1)
U. S. A. ....	133 (5)	838 (3)	971 (8)
Total .....	178 (9)	1.221 (6)	1.397 (15)

Temos o desprazer de não encontrar qualquer referência ao nosso País nessa Tabela, como sóe acontecer no que diz respeito a progresso e desenvolvimento.

Lembramos, também a falta de quase todo o mundo pela obtenção de energia elétrica, principalmente para fins industriais, a baixo custo. Isso pode ser proporcionado pela energia nuclear, a partir da fissão, fenômeno no provvedimento, sob certas condições, nos atomas por alguns poucos elementos, a saber, o U-235, o U-238 e algumas variedades isotópicas do Plutônio.

Neste exemplar de fevereiro de 1963 do "Engineering and Mining Journal", à pág. 125 e seguintes, encontramos dados sobre as reservas de Urânio no Mundo Livre, numa estimativa para 1º de janeiro de 1971.

Reservas em toneladas curtas de U <sub>3</sub> O <sub>8</sub>				
Estados Unidos .....	.....	.....	.....	96.000
Canadá .....	.....	.....	.....	188.000
República Sul Africana .....	.....	.....	.....	184.000
Outros países .....	.....	.....	.....	56.000
Total .....	.....	.....	.....	474.000

Geradores nucleares instalados				
Capacidade em M W e				
1964 1970 1975 1980				
Estados Unidos .....	943	de 6.000	21.000	60.000
	a	7.000	37.000	90.000
Outros países não comunistas ..	3.250	de 14.000	35.000	80.000
	a	15.000	50.000	110.000
Total do mundo não comunista	4.190	de 20.000	56.000	140.000
	a	22.000	87.000	200.000

Dados estes confirmados pelo "Metal and Mineral Markets" do dia 24 de fevereiro próximo passado, agora recebido.

Estimativa das necessidades de urânio (toneladas curtas U <sub>3</sub> O <sub>8</sub> )				
ESTADOS UNIDOS				
1970 1975 1980				
Anual .....	de 1.600	de 8.900	de 10.000	
	a 4.200	a 14.000	a 27.000	
Acumulada a partir de 1965 .....	de 9.400	de 37.000	de 110.000	
	a 14.000	a 64.000	a 170.000	
OUTROS PAÍSES NÃO COMUNISTAS				
Anual .....	de 6.000	de 14.000	de 24.000	
	a 9.000	a 19.000	a 32.000	
Acumulada a partir de 1965 .....	de 37.000	de 120.000	de 290.000	
	a 47.000	a 170.000	a 470.000	

.....

De forma que, como ficou demonstrado, o aumento de produção de energia atômica vai tomar vulto rápido, de maneira extraordinária, em todo o mundo.

O Sr. Domicio Gondin — Permite Exa. um aparte?

O SR. JOSE ERMIRIO — Perfeitamente.

O Sr. Domicio Gondin — Pelo que apreendo do discurso de V. Exa., seu intuito é mostrar a questão dos supérulos atômicos.

O SR. JOSE ERMIRIO — Certamente.

O Sr. Domicio Gondin — Realmente sua dissertação está muito interessante, mas está fugindo um pouco do argumento, com referência ao problema brasileiro. Temos uma capacidade imensa ainda, de produção de energia hidráulica, e é preciso ter em mente que o custo da energia atômica ainda é alto em relação à energia hidráulica.

O SR. JOSE ERMIRIO — V. Exa. engana-se inteiramente. É um erro. Chegarei lá, se me permitir continuar.

O Sr. Domicio Gondin — Eu também poderei provar o contrário a V. Exa. Esses dados de hoje eu os contestarei oportunamente. Mas o que é estranho é um investimento inicial...

O SR. JOSE ERMIRIO — Gostaria de aprender com V. Exa.

O Sr. Domicio Gondin — E terá a oportunidade.

O SR. JOSE ERMIRIO — Eu continuo a publicação especializada acenando todo o esforço, não apenas dos Estados Unidos, mas também dos demais países do mundo inteiro, no sentido de conseguir energia elétrica gerada atómicamente, que se apresenta a baixo custo, tanto assim que seu quilowatt pode ser produzido ao preço de 4.00 mil, o que corresponde a nove cruzeiros, apenas.

Onde V. Exa. tem o quilowatt a 9 cruzeiros no Brasil?

O Sr. Domicio Gondin — O problema é a inversão, Sr. Senador. Temos, ainda, a reserva hidráulica. E o que V. Exa. citou só acontece em casos excepcionais, das usinas, pois ainda não temos a capacidade técnica de operá-las; só temos a de construí-las.

O SR. JOSE ERMIRIO — Um país, se não desenvolver a técnica será nada no mundo.

O Sr. Domicio Gondin — Mas não desenvolve técnica só com conversa!

O SR. JOSE ERMIRIO — Eu gostaria que V. Exa. estudasse bem o assunto.

O Sr. Domicio Gondin — Oportuno responderei a V. Exa.

O SR. JOSE ERMIRIO — Ótimo! Estarei aqui para ouvi-lo.

A preço de 9 cruzeiros apenas por quilowatt! No Rio Grande do Sul, se paga a 65 ou 70!

O Sr. Domicio Gondin — Contesto suas cifras. Paga-se tal preço porque se inclui a cota da Eletrobrás. O preço real do quilowatt é bem mais baixo.

O SR. JOSE ERMIRIO — Não é de 8 mil!

O Sr. Domicio Gondin — Não, efetivamente, mas não é a cifra que V. Exa. está citando.

O SR. JOSE ERMIRIO — Em São Paulo, está a 72 cruzeiros o kw.

O Sr. Domicio Gondin — Incluindo a taxa da Eletrobrás, isto é, mais de 50%.

O SR. JOSE ERMIRIO — Meu amigo, a taxa é de 10% para a Eletrobrás e de 10% para o imposto. Não desço cota cota a 10% ser cito fatos recentes, de 21 de fevereiro deste ano.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador). — Dois entendidos estão debatendo o assunto. Queria apenas ponderar, inclusive para provocar provavelmente, no devido tempo, outros esclarecimentos: pouco importa que uma parte desse custo resulte de uma taxa atribuída à Eletrobrás.

O Sr. Domicio Gondin — Seria atribuída à energia atômica também.

O Sr. Josaphat Marinho — De qualquer modo, os preços se elevam ao absurdo que o nobre orador cita.

O SR. JOSE ERMIRIO — No meu Estado, nobre Senador Josaphat Marinho, não podemos desenvolver coisa alguma. Santo Amaro tem uma usina semiparada. A energia custava 60 cruzeiros o kw — agora é mais alto ainda. Aqui, o custo da produção atômica está orçado para 8 ou 9 cruzeiros-kwh.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. permite? (Assentimento do orador). Fui informado, e até prova em contrário a fonte informadora é idônea, que se planeja a construção, em Brasília, de uma usina atômica, para fornecimento de energia e força, a fim de que se provoque, se acelere a industrialização das novas regiões limítrofes, como única maneira de resolver o grande problema da falta de energia e força local e se tornem acessíveis os seus preços em Brasília e arredores. E quem o planeja, segundo informações idôneas que recebi, é o próprio Executivo Federal, através da Prefeitura e da NOVACAP.

O SR. JOSE ERMIRIO — E está certo, porque uma usina atômica em Brasília não precisará de grande vias de transmissão.

O Sr. Domicio Gondin — O problema, se me permite, está sendo colocado só na questão da formação da usina atômica. Temos que atentar, entretanto, para a realidade brasileira.

O SR. JOSE ERMIRIO — E igual a de outros países. Temos matéria prima...

O Sr. Domicio Gondin — Não, senhor só matéria prima não resolve. A técnica utilizada nas usinas atômicas, para o enriquecimento do urânio, é tão dispendiosa quanto a construção da própria usina. Temos que encarar a questão com realidade, com o pé no chão. Possui o Brasil possibilidades quase ilimitadas no campo hidráulico, e com técnica avançada de transmissão à distância de 800 km, Brasília ficaria localizada em qualquer bacia hidrográfica capaz de fornecer energia elétrica para todos as suas necessidades.

O SR. JOSE ERMIRIO — E quanto custa essa linha de transmissão?

O Sr. Domicio Gondin — Multissimo mais barato.

O SR. JOSE ERMIRIO — Não acredito, porque se o custo da energia elétrica produzida por usina atômica é de cerca de Cr\$ 9,00 é porque a sua instalação é barata. Do contrário não se cogitaria de tal iniciativa.

O SR. JOSE ERMIRIO — (Retomando a leitura).

E, pois, altamente competitivo com os combustíveis fósseis.

Sabemos, de outro lado, que nosso País tem exigências greves com urânio e tório, além de outros minerais aproveitáveis na utilização da energia nuclear. Por isso mesmo é que defendemos a criação de um Departamento ou Instituto de Pesquisas totalmente especializado e desfrutando de aparência, a exemplo do que existem nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha e na União Soviética, para somente citar os mais importantes nesse setor.

Dizem Maxwell Leigh Ednoff e Hyman Richlis, em seu conhecido livro "O que é a Energia Atômica", a página 236:

"Pedem-se construir pilhas (reatores) de reação em cadeia para a liberação da energia atômica em grande escala pelo uso do urânio ou do plutônio."

O Sr. Domicio Gondin — Está na hora de ser claro. Essas técnicas são inutilíssimo mais caras que a construção da própria usina.

O SR. JOSE ERMIRIO — Entendo que o Brasil tem matéria-prima em quantidade e não precisa exportar. Deve aproveitá-la aqui mesmo.

O Sr. Domicio Gondin — Tem aí aí.

O SR. JOSE ERMIRIO — Tenho os dados relativos à França, segundo os quais a produção da energia tórica, dentro de quinze anos, será maior que a da energia hidráulica.

O Sr. Domicio Gondin — Perfeitamente, mas todos esses países já saturaram sua capacidade de utilização de energia hidráulica, enquanto nós ainda não chegamos aos 20% de nossa capacidade.

O SR. JOSE ERMIRIO — Acredito que atualmente tem os muitas cachoeiras por explorar, mas sem vantagem de produzir energia mais barata.

O Sr. Domicio Gondin — Barata, não, nobre Senador. Barata é o custo direto, porque os indiretos não o são.

O SR. JOSE ERMIRIO — Mas se lá já produzem a 9 cruzeiros o kw, nós seremos diferentes? Acho que não.

O Sr. Domicio Gondin — As condições é que são diferentes.

O SR. JOSE ERMIRIO — Sempre lutei, e o tenho feito diuturnamente, nesta Casa, em prol dessa política.

O Sr. Domicio Gondin — A questão da luta não será privilégio de V. Exa. Também tenho lutado.

O SR. JOSE ERMIRIO — Todos temos o mesmo direito.

O Sr. Aurélio Viana — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. JOSE ERMIRIO — Com prazer.

O Sr. Aurélio Viana — A energia produzida pela Usina de Paulo Afonso, quando todas as cachoeiras fossem aproveitadas, daria para satisfazer à demanda do Nordeste, cuja população duplica cada trinta anos.

O SR. JOSE ERMIRIO — De forma alguma. Haverá falta de energia no Nordeste, mesmo depois do total aproveitamento das águas.

O Sr. Domicio Gondin — Há falta de linhas de transmissão, não de geração.

O SR. JOSE ERMIRIO — Não tem geração agora. O Nordeste está ameaçado de não ter energia este ano.

O Sr. Domicio Gondin — Porque não foram instaladas turbinas; porque não há dinheiro. Não adianta falar. E' como diz a história do in-

glês: "Não tendo a pólvora, não adianta comê-la."

O SR. JOSE ERMIRIO — O assunto que fiscalizamos é de real importância para o Brasil. E' o seu sangue, a garantia do seu futuro, será a única energia de que disporemos, daqui a cinquenta anos, para atender a demanda. O Canadá, por exemplo, utiliza seu potencial hidráulico e, paralelamente está construindo unidades atômicas em grande escala.

O Sr. Domicio Gondin — Volto ao mesmo princípio. O potencial hidráulico do Canadá já está utilizado em mais de 70%, inclui-se Niagara Falls.

O SR. JOSE ERMIRIO — Tenho dados sobre usina de 4.000.000 kw, isto num país que, ainda virgem, já emprega a energia atômica. As vezes a distância é tão grande que não compensa a exploração da energia hidráulica e instala-se, então a energia nuclear.

Se lá for conseguem-se 4.000.000 kw, porque não conseguimos nós produzi-los? Não somos inferiores. Se não fazemos melhor é porque pagamos juros elevados. Se no Brasil tivéssemos juros de 6%, posso dizer que não teríamos medo de ninguém. Aliás, não tenho medo de ninguém, mesmo com juros altos. (Lê)

O elemento de número 90, o tório, é também de grande interesse para nós em relação aos reatores de reação em cadeia. Colocando num reator, o tório atuará como o urânio-238 no que diz respeito à tendência de capturar neutrônios e converter-se em novo átomo. Neste caso o tório-232 se torna U-233. E este U-233 tem a mesma propriedade de cindir-se e liberar neutrônios quando bombardeado por neutrônios. O U-233 pode, portanto, tornar-se material usado para uma bomba atômica ou material com boa porcentagem de átomos cindíveis. Como o tório é mais abundante do que o urânio, parece provável que os futuros reatores venham a funcionar com urânio e tório mais do que com urânio sómente.

Mas pelo que sabemos, o urânio é a única substância natural com que podemos começar e funcionamento de um reator. O plutônio ou o U-233 produzidos pelo reator são produtos secundários que não ocorrem na natureza. Consequentemente, o urânio permanece como a chave de todo o aperfeiçoamento prático da energia atômica, pelo menos de acordo com os dados de que dispomos atualmente."

O SR. Domicio Gondin — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) — Quanto ao problema da energia nuclear ocorre justamente o contrário do que afirma V. Exa. Hoje vemos o Governo abrir concorrência, para a compra da ORQUIMA, firma que se especializou no enriquecimento de minérios nucleares que passará assim, a ser propriedade do nosso País.

O SR. JOSE ERMIRIO — Ai está mais um erro do Governo. E' uma organização fundada há trinta anos, sem qualquer condição de funcionamento. E o nosso Governo, ao invés de adotar processos modernos, vai procurar uma usina de mais de trinta anos. Considero isto um erro grave.

(Retomando a leitura) Senhor Presidente, há muito que temos uma Comissão Nacional de Energia Nuclear, que, entretanto, jamais teve do Governo o apoio necessário.

No verdade, acostumamo-nos a não dar valor ao que representa fator

imprescindível ao desenvolvimento brasileiro.

Enquanto os planos de contenção, as medidas restritivas, o atraso na entrega das verbas já por sua vez insignificantes atingem atividades da maior importância para o progresso do País, já se esgotaram seis bilhões de cruzeiros com despesas de nossas tropas em São Domingos e já o Governo, pela Mensagem nº 7, deste ano, pedia mais 7 bilhões e 500 milhões de cruzeiros.

Isto, num momento crucial em que deveríamos destinar grandes somas para pesquisas em geral, inclusive e principalmente para energia atômica, quando, como já dissemos, o mundo está no limiar duma nova revolução industrial, mais importante do que a do século passado e de significação profunda para os países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, como o nosso.

O México — já o disse várias vezes, mas nunca será demais repeti-lo — gasta 10% do seu orçamento com as Forças Armadas e aplica 21% dela na educação de seu povo. O atual presidente dessa grande República, Gustavo Díaz Ordaz, no segundo ano de sua administração, proclama-se, com razão, cada vez mais confiante na economia mexicana. De fato. A sua moeda, fixada está há mais de 12 anos em 12,5 pesos por dólar, e seu Produto Nacional Bruto aumenta anualmente na base de 7%. Já chegou a tal ponto o ritmo de seu progresso que o Ministro da Indústria e Comércio, Octaviano Salas procura, no momento, colocação de capitais de seu país na América Central, sempre na base da participação de 40% do capital das empresas nacionais. Com tal finalidade o Presidente Ordaz visitará 6 países dessa região, visando introduzir esse saudável princípio de colaboração para o desenvolvimento.

Mandou, de outro lado, ao Congresso, projeto de lei proibindo a participação de estrangeiros nas empresas de investimentos, seguros, bancos ou quaisquer outras instituições de crédito.

É um país que não garante nada, não dá direito e é sempre altivo. Aruba de mandar ao Congresso esse projeto de lei, proibindo a participação de estrangeiros nos Bancos. Já fiz isso na produção mineral, foi querido e venceu, agora faz com relação aos investimentos de crédito.

Outros índices animadores da expansão da economia mexicana se constatam no substancial aumento da produção algodoeira, que já ultrapassou o Brasil, e na crescente produção de açúcar que, embora inferior à nossa, obteve da América do Norte quota de exportação superior à brasileira. Controla o México a produção e exploração de minérios e produtos metálicos e sua fabricação de aço. Atuou, em 1966, a 2 milhões de toneladas anuais. Seu programa, que é ambicioso porém exequível, prevê para 1970 nada menos de 4.500.000 toneladas.

Tudo, sem servilismos ou subserviências, com a consciência nítida de sua própria autonomia defendida intransigentemente frente a quaisquer intenções alienigenas.

Nó que se refere às fontes energéticas, vale lembrar que a produção de petróleo está a cargo, com êxito, da PEMEX, que igualmente controla grande parte da indústria petroquímica.

Aqui entre nós, entretanto, faz-se justamente o contrário: estamos entregando tudo, delibera e sistematicamente, a empresas estrangeiras, e isso há vários anos, devendo ser re-

ferido o exemplo recentíssimo da concessão outorgada à "Union Carbide", na cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Permite V. Exa. ainda um aparte? (Assentimento do orador) — Com referência ao último tópico do discurso de Vossa Exa., não vejo essa realidade no Brasil. Por exemplo, agora mesmo o Governo brasileiro comprou o grupo da Bond & Share...

O SR. JOSÉ ERMIRIO — A AMFORP?

O Sr. Domício Gondim — Sim a AMFORP.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Eu não a compraria. É empresa de ferro velho. Compraria coisa boa.

O Sr. Domício Gondim — Nacionalizou-a. É ferro velho, mas produz ainda energia elétrica.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Conhece V. Exa. as instalações de Porto Alegre, de Belo Horizonte?

O Sr. Domício Gondim — Conhece V. Exa. a de Peixoto?

O SR. JOSÉ ERMIRIO — É a única capaz de produzir e isto declarrei ao Presidente Castello Branco.

O Sr. Domício Gondim — Só a usina de Peixoto valia o contrato. Não estou com procuração para defender companhias, mas o problema é que V. Exa. terá tanta experiência quanto outros que estudaram o problema.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Permitame V. Exa. que o esclareça. A usina de Peixoto, segundo os cálculos dos Srs. Creager e Justin, e aceitos pela Associação Americana de Engenheiros Eletricistas, valia 27 milhões de dólares.

O Sr. Domício Gondim — É a Companhia Telefônica Brasileira que acaba de ser comprada, ou cuja compra esta em negociações, passará também às nossas mãos.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Devemos comprar coisa boa e não coisa velha!

V. Exa. tem as suas convicções e eu tenho as minhas. Agradoço a intervenção de V. Exa., mas eu não compraria nem a Telefônica nem a AMFORP. Ferro velho nós já temos muito. Salva-se apenas a Usina de Peixoto. Esta vale vinte e sete milhões de dólares, mas ao fim de quarenta anos, teremos pago por ela trezentos e setenta e dois milhões de dólares! É um absurdo para um País pobre como o nosso.

Ouça bem o que está fazendo o México:

(Retomando a leitura.)

As concessões para exploração mineral no território mexicano sómente são atribuídas aos nacionais ou a empresas sob controle de mexicanos e, como prescreve o art. 76 de seu Código de Minas, entre os minérios considerados nacionais estão precisamente os que se relacionam com a energia atômica.

(Ninguém recebe concessão de minério atômico, no México.)

Tudo isto nos vem à mente ao simples anúncio da remessa, para esta Casa, do "acordo relativo aos usos civis da energia atômica" estabelecido entre o Brasil e os Estados Unidos, em março de 1965.

Desde logo antecipamos nessa opinião que, a título de colaboração exigimos aos ilustres Senhores Senadores. (Não tenho outro intuito que o de colaborar para que o Acordo seja certo.)

Do ponto de vista formal, esse "acordo atômico" chega a ser deplorável. Custa a crer tenha sido, efetivamente,

redigido, sob esse aspecto, pelo Itamarati, de tão notáveis tradições de cultura.

Lembrou, em seu parecer contrário à aprovação, na Câmara, o relator da Comissão de Constituição e Justiça, que a tradução mais corriqueira de termos ingleses foi estropiada de tal forma que, em português, usamos a palavra *plantas* — passmem os Senhores Senadores — como inédito sinônimo de instalações industriais! (*Plantas* é um vegetal, não usina atômica).

Só isto demonstraria, cabalmente, a superficialidade do exame a que matéria de tanta responsabilidade e tão grande relevância foi submetida no Ministério das Relações Exteriores, até mesmo na sua redação oficial.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Tenha a bondade, Senador.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Na questão de utilizar o termo *planting* para designação de fábrica, V. Exa. tem realmente razão. Mas em parte, sólamente. Não vamos dizer que estamos vendendo a nossa soberania, por ter-se colocado esse termo em lugar de fábrica. É o mesmo que a utilização do termo parqueamento como sinônimo de estacionamento.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — Não estamos aqui para copiar coisa errada dos outros.

O SR. DOMÍCIO GONDIM — Não é questão de copiar.

O SR. JOSÉ ERMIRIO — A definição está errada.

(Retomando a leitura.)

No que diz respeito ao mérito, o acordo é menos defensável ainda, principalmente se o encararmos do ângulo da própria atuação internacional brasileira, firmada e reafirmada em manifestações solenes, ontem e hoje.

Não se pode, como assinalou o brilhante diplomata e operoso Deputado Afonso Arinos Filho, aceitá-lo sem que se fira, profunda e mortalmente, a nossa própria coerência de País pioneiro, nos conclaves internacionais, na tutela exclusividade do uso pacífico da energia atômica na América Latina. Essa posição, aliás, assumimos pela palavra ilustre do nosso eminentíssimo colega Senador Afonso Arinos, na 16ª Conferência do Desarmamento, reunida em Genebra. E isto porque o art. 2º, letra f., do famigerado acordo que nos obriga a não utilizarmos o material fissil obtido do Urânia-238 enriquecido para fins militares, autoriza a sua cessão aos Estados Unidos, quando se sabe que esse material permite a fabricação do Plutônio-239, através do isótopo U-235 sobre o Urânia-238, utilizado como combustível dos nossos reatores e, precisa e exatamente, a matéria-prima para a fabricação das bombas nucleares, como exaustivamente acabamos de expor ao Senado da República.

Essa contradição é tanto mais vexame no momento atual em que, novamente em Genebra, a Delegação Brasileira à Conferência do Desarmamento defendeu, na sessão do dia 19 deste mês, pela voz do nosso representante, Sr. Antônio Corrêa do Lago, o direito de as nações subdesenvolvidas conservarem o poder de utilização para seu benefício da aplicação da energia atômica, declarando, textualmente:

"Para a Delegação Brasileira, a questão do equilíbrio de responsabilidades e obrigações é um dos assuntos básicos num trabalho de não disseminação. Se as responsabilidades e obrigações não estiverem bem equilibradas e claramente definidas, o tratado poderia ser para as potências não

nucleares um ato de renúncia sem garantias por parte de uma contra-partida pouco válida.

Entre as reservas que poderiam ser feitas ao tratado uma é o temor de que as potências não nucleares — ao assiná-lo — poderiam não estar abrindo mão da possibilidade de ter a mais terrível das armas imaginadas pelo homem, mas, ao mesmo tempo, poderiam, antecipando os benefícios que derivam do uso pacífico da energia atômica."

Estamos, pois, frente a um "acordo atômico" proposto pelo Poder Executivo, de todos quantos antes assinaram as autoridades governamentais brasileiras, dos que menos se recomendam à aprovação do Conselho Nacional.

Por isso aqui estaremos, vigilantes e atentos como sempre, certos de que os atuais transitórios detentores do Poder serão capazes de compreender uma oposição construtiva e patriótica, no que nada mais fazemos se não seguir os ensinamentos dos grandes vultos de nosso passado político e parlamentar. Da mesma forma sem jamais esquecer as lições de Democracia que diariamente recebemos do Congresso americano, onde Senadores do próprio partido do Presidente, como é o caso do combativo Wayne Morse, são os primeiros a criticar o que entendem por desacerto, erro ou omisão governamental, como é o caso da intervenção norte-americana na América Latina. O Senador Morse foi claro ao afirmar que o atual Governo norte-americano destruiu 27 anos daquela política de "boa vizinhança" nascida dos ideais generosos de Franklin Delano Roosevelt. Contrariamente a essa generosidade, teimava-se em nomear verdadeiros "Vice-Reis" para o Brasil, como a própria "Hanson's Latin American Letter" de 3 de fevereiro deste ano qualifica o ex-embaixador Lincoln Gordon. Diplomata que certamente foi promovido como recompensa aos excelentes serviços aqui prestados, sob o ponto de vista de seu país, cujas empresas, conforme o "Latin America & the World", nº 19, de 28 de fevereiro último, até outubro de 1965 investiram no exterior US\$ 4,6 bilhões, tendo recebido de lucro US\$ 4,8 bilhões!

Por todos esses motivos, e por todas essas razões, devemos cada vez mais amar e defender o que é nosso, apaixonadamente, imunes às ironias radiofônicas ou televisadas de pretensos ou pretenciosos "técnicos" ou "economistas", que se enfurecem contra todos os que não acreditam em suas fórmulas mágicas.

Quando o certo é que não precisamos de nenhum passe de mágica. Bastará — ao lado da pressão permanente e sem contemplações do contrabando — a adoção de rigoroso critério para o controle dos preços de nossos produtos de exportação, tanto agrícolas como minerais, com uma eficiente fiscalização dos contratos a curto e longo prazo, que até aqui têm sido feitos e mantidos a dano dos interesses nacionais, como tantas vezes temos repetido nesta Casa.

Esperamos apenas, e para rematar, que esses mágicos não se esqueçam jamais — parafraseando o grande Presidente Abraão Lincoln — que não se engana impunemente, durante tanto tempo, toda uma Nação! (Muito bem!) (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cassete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Júlio Leite, por decisão do Sr. Senador Afonso Fontana.

## O SR. JULIO LEITE:

(Lê o seguinte discurso):

Senhor Presidente, senhores Senadores, referindo-se recentemente ao papel do controlo do planejamento econômico, o Ministro Roberto Campos fessou a importância da avaliação dos resultados obtidos da ação governamental, como o instrumento mais valioso para o êxito dos programas de desenvolvimento. As palavras do titular da pasta da Coordenação Econômica têm o sentido de advertir as autoridades e chamar a atenção do Congresso para a tarefa de confrontar as medidas planejadas como os resultados obtidos ao longo de sua aplicação. Foi talvez com o mesmo objetivo, que o Deputado Bilac Pinto, então na presidência da Câmara dos Deputados, procurou acentuar, em sua projetada reforma legislativa o poder de investigar do Congresso. E na realidade, Senhor Presidente, uma atividade a que estamos encarregados, ou que, pelo menos, não exercemos com a necessária intensidade. Desejo ressaltar algumas iniciativas meritórias que tem tomado o Senado Federal, como por exemplo no caso das atuais comissões especiais para estudar determinados aspectos de importância na vida nacional, mas que constituem, por si mesmas, exceções dessa regra de abstenção a que nos vamos habituando. É portanto no exercício legítimo desse indispensável confronto, que pretendo analisar desta tribuna alguns dos aspectos mais relevantes das projeções das medidas para a industrialização do Nordeste.

Com esse objetivo específico, submeti à Casa alguns requerimentos de informações endereçados ao BNDE, ao Banco do Nordeste e à SUDENE, dos quais os dois primeiros já respondidos permitiram um cotejo muito útil entre as medidas constantes de planos formulados para a região nordestina e os resultados obtidos na execução dessa política, que abrangem as anteriores e o atual governo.

Sabem Vossas Excelências que o plano de desenvolvimento regional para o Nordeste cristalizou-se com a criação da SUDENE. Através dela, esse órgão de planejamento e de coordenação dos investimentos públicos é privado, procura o governo superar as disparidades da renda tracionada, aspecto que mais cruelmente caracteriza a região. Através do Banco do Nordeste, exerce a União o papel suplementar de ativar a economia nordestina, mediante uma política de investimentos e financiamentos, que opera em três esferas distintas de aplicação: o setor industrial, o setor agropecuário e o setor comercial.

Não se pode afirmar, Senhor Presidente, que as medidas de proteção e amparo ao Nordeste só se tenham feito sentir na quadra mais recente de nossa vida administrativa. As tentativas governamentais, que são mais remotas do que as pregações da campanha civilista, já existiam de forma intermitente desde a criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, mais tarde transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o DNOCS. É inegável, entretanto, que o surto de nacionalização dessas medidas, em caráter continuado surgiu com a instituição desses dois organismos, o Banco do Nordeste e a SUDENE. Aquela instituído em 1953 e esta em 1959. Quando a SUDENE teve aprovado o seu primeiro Plano Diretor já encontrava em atividade há cerca de 6 anos o Banco do Nordeste do Brasil. Atuando em esferas diferentes e com características próprias, os dois órgãos federais exercem atribuições específicas que se complementam. O acervo de trabalho, do Banco do Nordeste, atuou insti-

tuida a SUDENE, garantiu a esta última um amparo e um apoio que se tornaram essenciais para as medidas programadas. Daí por que a própria cronologia da fundação das duas entidades foi benéfica para o êxito dos empreendimentos levados a efeito. É indispensável, no entanto, para nos atermos aos esforços pela industrialização do Nordeste — objetivo desta análise — caracterizar a área de atuação dos dois organismos. Assim é que a SUDENE tem por finalidade precípua planejar e coordenar os investimentos de recursos federais ou obtidos por créditos no exterior, nas atividades tendentes a atender as condições adversas que estrangulam as possibilidades de desenvolvimento na área sob sua jurisdição. E o próprio Programa de Ação Econômica do governo que indica, a fls. 223 e 227 de sua edição em síntese, os campos de atuação reservados à SUDENE. O quadro III, que discrimina a necessidade de recursos internos para a execução do plano diretor da SUDENE,

no período de julho de 1964 a dezembro de 1966, tornando por base a unidade monetária com seu valor em junho de 1964, indica que, do montante de 235 bilhões e 326 milhões de cruzeiros, os setores da infraestrutura econômica (energia, transporte e saneamento básico) representam, respectivamente, 68 e 71% dos totais reservados para 1965 e 1966. Diz ainda o Programa de Ação Econômica:

Em seguida, na ordem de prioridade, vêm os investimentos na pesquisa de recursos naturais, que correspondem a 12,4% e a 10,5% do total dos investimentos em 1965 e 1966. Os investimentos no aperfeiçoamento do fator humano ocupam o 3º lugar na ordem de prioridade, absorvendo 6,1% do montante total dos investimentos programados para 1965 e 1966. Finalmente vêm os investimentos nos setores agricultura e abastecimento, industrialização e organização do povoamento.

Em termos absolutos esses recursos estão assim distribuídos:

Natureza do investimento	1964	1965	1966
Investimento da infraestrutura .....	29.626	60.741	67.161
Outros investimentos .....	18.569	26.370	25.777
Industrialização .....	2.776	2.222	2.074
Total .....	50.961	89.333	95.912

Isto evidencia que a participação da SUDENE no processo de industrialização se restringe aos investimentos que, pela própria natureza, devem ser de ordem pública. A iniciativa privada — à qual o governo concede estímulos e incentivos fiscais — cabe o esforço principal desse objetivo, de acordo com o planejamento democrático pôsto em prática pelo governo. É em decorrência desse fator da política administrativa da União que nos Planos Diretores da SUDENE, para 1964, 1965 e 1966 as contribuições para a industrialização do Nordeste somam apenas 7 bilhões e 72 milhões de cruzeiros, num total de mais de 235 bilhões. Em termos percentuais, a industrialização deverá absorver 0,54% em 1964, 0,27% em 1965 e 0,22% em 1966.

Entretanto, a industrialização guarda uma relação muito íntima com o problema da renda nacional. É, aliás, Celso Furtado, em sua obra "Formação Econômica do Brasil", que evidencia a relação da renda com a atividade industrial. E o faz nos seguintes termos:

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região. A etapa decisiva de concentração, ocorreu aparentemente, durante a primeira guerra mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. O censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários estavam concentrados no Estado de São Paulo. Em 1940 essa percentagem havia su-

bido para 34,9 e em 1950 para 38,6. A participação do Nordeste (incluída a Bahia) se reduz de 27 por cento em 1920 para 17,7 em 1940 e 17 em 1950. Se se considera não o número de operários mas a força motriz instalada (motores secundários) a participação do Nordeste diminui, entre 1940 e 1950, de 15,9 para 12,9 por cento. Os dados da renda nacional parecem indicar que esse processo de concentração se intensificou no apos guerra. Com efeito, a participação de São Paulo no produto industrial passou de 39,6 para 45,3 por cento, entre 1948 e 1955. Durante o mesmo período a participação do Nordeste (incluída a Bahia) caiu de 16,3 para 9,6 por cento. A consequência tem sido uma disparidade crescente nos níveis de renda per capita. Em 1955, São Paulo, com uma população de ... 10.330.000 habitantes, desfrutou de um produto 2,3 vezes maior que o do Nordeste, cuja população no mesmo ano alcançou 20.100.000. A renda per capita na região paulista era, por conseguinte, 4,7 vezes mais alta que a da região nordestina (Op. cit. fls. 273, 274. Ed. Fundo de Cultura).

Como conciliar então, Sr. Presidente, a importância do processo de industrialização do desenvolvimento econômico do Nordeste e a destinação de recursos tão pouco significativos nos planos diretores da SUDENE, se é o seu próprio inspirador e primeiro Superintendente quem ressalta a relação entre ambos? Há quem atribua essa aparente contradição às convicções ideológicas do ex-Superintendente da SUDENE. Fui buscar a justificativa da política da SUDENE na exposição de suas próprias teses. No entender daquele economista — e essa parece a concepção generalizada tanto de monetaristas quanto de estruturalistas — a industrialização é um processo que só se desenvolve quando há recursos

humanos e de infra-estrutura, disponíveis para a instalação ou ampliação de indústrias. A produtividade das empresas está intimamente condicionada a esses fatores e são esses fatores essenciais que o Nordeste possui no esmagão imediato e posterior à liberação tarifária de 1844, que é que como consequência ou prolongamento da sólida estrutura agro-industrial do açúcar. Foram as melhores condições do eixo geo-econômico do Rio e São Paulo decorrentes da terra abundante de ... e a maior obra especializada que, depois da década de vinte, deram a supremacia ao centro-sul do país promovendo a progressiva marginalização do Nordeste. O papel da SUDENE, por consequência, deve ser o de restabelecer esses pré-requisitos da industrialização. Daí a concentração de seus recursos no estabelecimento de uma nova e atualizada infra-estrutura, no aperfeiçoamento do fator humano, e na pesquisa de recursos naturais.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Pois não.

O Sr. José Ermírio — Acho que V. Exa. tem toda razão. Em fins de setembro e princípio de outubro do ano passado, a SUDENE tinha, no Banco do Nordeste, depósito de 12 bilhões de cruzeiros sem aplicação. Não é justo que esse dinheiro não se aplique por falta de aprovação de processos. Dutamente modo, estão sabotando o Nordeste.

O SR. JULIO LEITE — Obrigado a V. Exa.

Paralelamente ao esforço pela criação de uma infra-estrutura que compõe e sustente a industrialização do Nordeste, outras agências de desenvolvimento estimulariam e assistiriam a iniciativa privada, no papel básico que lhe está reservado pelo planejamento governamental. Uma dessas agências — a mais importante — é o Banco do Nordeste. A este estabelecimento cabe propiciar crédito e financiamento aos setores agropecuário, comercial e industrial na região nordestina. Izi exatamente o que esclareceu o ilustre Presidente desse órgão, quando disse, na CPI da Câmara que investiga os preços dos tratores, qual o papel do Banco:

A alternativa preferida pelo Governo, no caso particular do ENB, foi a de criar uma instituição mista, que executasse uma tríplice função, operando ao mesmo tempo como banco comercial, banco de crédito especializado e banco assistencial.

De fato — prossegue o Presidente do Banco — como banco comercial, utiliza os recursos de curto prazo de que dispõe, realizando empréstimos para recomposição e reforço do capital de trabalho nas empresas, preferencialmente mediante o desconto de legítimos efeitos comerciais.

Na função de banco de crédito especializado, vale dizer, banco rural e industrial, objetiva prestar assistência financeira de longo prazo a empreendimentos rurais e industriais, através de:

a) empréstimos para investimentos que visem ao aumento da produção e produtividade regionais, seja através do reaparelhamento, modernização e expansão das empresas existentes, seja mediante a instalação de novas empresas;

b) empréstimos para custeio de despesas correntes de produção especialmente no setor agrícola tendo em vista possibilitar melhor aproveitamento dos fatores de pro-

dução utilizados pelas empresas regionais;

c) realização de outras operações típicas de bancos de investimentos.

Como banco assistencial, exeguta o BNB certas tarefas adicionais que, normalmente, não constituem funções de instituições bancárias, tais como:

a) prestação de assistência técnica a agricultores e industriais do Nordeste, estimulando a introdução de melhoramentos tecnológicos ou a elaboração de projetos específicos e identificação de oportunidades de investimento na Região;

b) realização e divulgação de estudos e pesquisas sobre o potencial de recursos, oportunidades de investimentos, problemas estruturais e conjunturais da economia nordestina e políticas econômicas de interesse para a região;

c) promoção ou colaboração em programas de treinamento para formação de pessoal e aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário ao Banco, a empresas e a instituições da região. (Exposição perante a CPI encarregada de investigar os preços dos tratores destinados à Agricultura. — Ed. mimeografada do BNB. Fortaleza, novembro de 1965).

Com a atuação do Banco do Nordeste, concebida nos termos que acabamos de ler, tanto os industriais da região nordestina, quanto os investidores do sul do país, atraídos pelos estímulos fiscais, passariam a dispor, além das disponibilidades de crédito que ne gozam nas demais Unidades da Federação, com uma agência de crédito e investimento dedicada exclusivamente ao Nordeste. Daí se afirmar, com certa frequência, que a industrialização de nossos Estados contava com foros de privilégio, por dispormos de maiores possibilidades e maiores disponibilidades tanto de crédito, quanto de financiamento e investimento. E assim deveria ser. Sr. Presidente, para se alcançar o elevado objetivo de eliminar as disparidades da renda daquela região com o resto do país.

A realidade, entretanto, é outra. Fora, muito diferente das formulações teóricas a que nos habituamos a ouvir. Senão vejamos, Senhores Senadores. Os objetivos do Programa de Ação Económica do Governo, no que diz respeito à luta contra as disparidades regionais da renda estão assim discriminados a fls. 45:

As disparidades regionais da renda (o capítulo aqui refere-se expressamente ao Nordeste) ainda são por demais acentuadas. Com o fim de atenuá-las o presente Programa fixa as seguintes diretrizes:

c) ativar-se-ão os órgãos de planejamento regional, dando continuidade aos seus programas, conferindo-lhes maior flexibilidade administrativa e tornando mais rápida sua ação de estímulo aos investimentos nas áreas sob sua orientação;

d) procurar-se-á drenar uma parcela relativamente substancial da ajuda externa, para a realização de investimentos e para a criação de economias externas nas regiões menos favorecidas.

Quando o programa deu ênfase à flexibilidade administrativa e à rapidez na sua ação de estímulo aos investimentos, nas áreas sob sua orientação, as autoridades tinham em vista exatamente, a urgência nas me-

didas de industrialização, conhecendo, certamente, as acusações de morosidade na realização desses objetivos, muitas vezes oriundas de regulamentos e normas que não se coadunam com as necessidades locais. O outro item referia-se à captação de recursos oriundos do exterior, para a formação de economias externas nas regiões menos favorecidas. Este último ponto era já objeto das preocupações do Banco, que em 3 de agosto de 1961, firmara um contrato no valor de 10 milhões de dólares, para repassar, mediante financiamento, a empresas privadas da região. Esses recursos seriam utilizados, entre outras finalidades, no programa de reaparelhamento da indústria têxtil do Nordeste, por sinal aquela a que se refere o economista Celso Furtado em sua obra, como das mais importantes e representativas do Nordeste, só superada pela agro-indústria açucareira. Esse programa, que foi das primeiras e das mais importantes preocupações da SUDENE, visava ao duplo objetivo de dar condições de produtividade à estrutura industrial existente e permitir a sua expansão até os limites possíveis e razoáveis, com imediata repercussão no abastecimento do mercado regional, colocando-a inclusive em condições de competir com a florescente e moderna indústria têxtil do Sul do país. Esse foi sem dúvida, Sr. Presidente, o primeiro teste da SUDENE. Criou-se uma equipe mista SUDENE-Banco do Nordeste. Os fabricantes de equipamento industrial para esse ramo em São Paulo foram informados que as encomendas de máquinas nacionais para o programa utilizaria, durante muito tempo, a capacidade produtiva das indústrias de São Paulo. Os projetos foram preparados de acordo com as normas e recomendações técnicas da SUDENE e do Banco. Segundo os elementos em nosso poder, fornecidos pelo BNDE foram analisados 27 projetos. Desses, 20 foram arquivados, 1 indeferido e 6 contratados. Aliás, depondo perante a Comissão Especial que investiga os preços das matérias-primas de exportação, no Senado, o próprio Presidente do BNDE, referindo-se a esse programa esclareceu:

Nós nos desgatamos muito com esse programa, com resultados pequenos. Isto nos compromete na utilização desses dólares. Demos absoluta prioridade ao programa de reequipamento da indústria têxtil, que é a principal do Nordeste.

É ainda Sua Senhoria quem esclarece, no mesmo depoimento, que grande parte do desinteresse manifestado decorria do risco que teria que ser assumido pelos contratantes, pelo valor da taxa de dólar, na época do reembolso. Segundo aquela autoridade o dólar fixado a Cr\$ 610, na época da efetivação do negócio, teria que ser convertido hoje, para amortização, na base de Cr\$ 2.200. Isto quer dizer que a amortização de uma parcela de ... US\$ 10.000,00 convertida em 1961 ao equivalente a 6 milhares e 100 mil cruzeiros representaria hoje 22 milhões de cruzeiros. Essa fuga é tanto mais justa quando se sabe que no Sul do país, indústrias de muito maior rentabilidade, não se interessaram por empréstimo com essa cláusula de risco. A COPEG, no Estado do Guanabara, é o próprio BNDE, que celebraram contratos de financiamento com o BNDE ou outras agências internacionais de crédito, não exigem de seus mutuários idênticas condições. O próprio empréstimo entre a Agência para o Desenvolvimento Internacional e a COPEG só se concretizou depois que as autoridades fazendárias concorda-

ram em garantir a taxa de conversão. E isto por que a direção da companhia estatal julgava inaceitável para os seus contratantes a imposição aleatória. Se isto ocorreu na União, e m termos de renda, o que dizer com relação ao Nordeste?

As operações contratadas pelo BNDE, em 1963, 4 em 1964 e 1 em 1965, representaram Cr\$ 2.262.252.000, e ... US\$ 1.610.871,00. As operações arquivadas e indeferidas, por sua vez, somaram Cr\$ 3.725.393.060, e ..... US\$ 11.180.571,00. Para que se possa estabelecer um confronto entre as importâncias aplicadas nesse programa e a contribuição de outras agências de crédito que não têm campo de atuação específica no Nordeste basta dizer que a importância aplicada em cruzeiros é pouco superior a 1/3 dos últimos repasses feitos pelo BNDE em 6 Estados do Norte e Nordeste, à conta de empréstimos idênticos firmados com o BID.

Há no entanto um fator preponderante, que diz respeito exatamente ao primeiro dos dois pontos a que a pouco me referi, como objetivo do Programa de Ação Económica do Governo no que tange ao desenvolvimento regional, qual seja o da ativação dos órgãos regionais de planejamento, e a rapidez de sua ação. São as acusações de morosidade no exame dos projetos submetidos à SUDENE. Os 21 projetos indeferidos e arquivados tiveram uma tramitação de 538 meses, o que dá, Senhor Presidente, a média de 26 meses por projeto. Para que o Senado tenha uma idéia, há projetos que tramitaram no Banco do Nordeste, antes de serem indeferidos, 31 meses. Quase três anos. Desses, 21 pedidos, 15 foram arquivados por desistência, 1 por inviabilidade financeira, 3 por inviabilidade técnica-administrativa e 2 por terem que ser reformulados. No que diz respeito aos projetos aprovados, 5 deles levaram 111 meses, o que dá a média de 22 meses e meio de tramitação por projeto e 1 apenas levou 4 meses. É significativo o fato de que um desses projetos levou para ser aprovado, nada menos do que 41 meses tramitando! Isto não inclui, Srs. Senadores, 33 outros projetos também relativos à indústria têxtil, porém não relacionados com o referido programa de reaparelhamento da SUDENE, fato que eleva os indeferimentos dos projetos desse ramo industrial a 54, para um atendimento de apenas 6, o que significa o atendimento de pouco mais de 10%.

O que talvez se pudesse alegar seria a insuficiência dos recursos do empréstimo de US\$ 10 milhões obtidos do BID. Mas nem isso parece proceder, uma vez que dessa importância, até 31 de agosto de 1965, ou seja, 4 anos depois de sua assinatura foram empregados apenas US\$ .... 4.516.757,42. Enquanto em 4 anos de vigência desse empréstimo o Banco do Nordeste concretizou 23 operações, por conta desses recursos, o BNDE, através do FINAME enquadrou 215 pedidos de empréstimos nos primeiros 4 meses de funcionamento. Enquanto a participação dos empréstimos, em cruzeiros, nesses 23 empréstimos somou Cr\$ 14.052.888.000, a participação do Banco do Nordeste foi de menos de 1/3 desse montante, ou mais precisamente, Cr\$ 4.438.266,020.

Os últimos repasses do BNDE a instituições regionais de crédito em seis Estados do Norte e Nordeste so-

aram cerca de 1 vez e meia esse montante, ou seja Cr\$ 6 bilhões.

Vossas Excelências podem constatar — e é o próprio Presidente do Banco que informa, no depoimento prestado na Comissão Especial desta Casa — que a maior dificuldade do estabelecimento que dirige reside em obter recursos para complementar o investidor do sul do país que se beneficiam dos arts. 18 e 34 dos Planos Diretores da SUDENE. Isto porque para cada 10 milhões de cruzeiros depositados ao abrigo desses dispositivos o investidor terá que contribuir com outros 10 milhões, cabendo ao Banco complementar o investimento com igual quantia, ou seja, mais 10 milhões. Quer dizer, a contribuição do Banco, para tornar efetivo esse investimento, é igual a 100 por cento da importância depositada, ou 50 por cento do montante investido.

No caso dos industriais do Nordeste, como acabamos de demonstrar, essa participação não alcança um terço dos recursos próprios aplicados pelas indústrias beneficiárias de empréstimos. E' de se presumir que numa região descentralizada as normas de operação contemplassem as indústrias locais com base ligeiramente superiores áquelas que são deferidas aos investidores de fora. Mas o que ocorre é exatamente o inverso. Reserva-se para os investidores de fora, melhores e mais razoáveis condições do que para aqueles que tiram recursos, para reinvestir, de suas próprias indústrias deficientes e carentes de capital!

Antes de prosseguir na análise dos resultados obtidos com a atuação do BNDE e da SUDENE no setor da industrialização do Nordeste, parece-me indispensável deixar bem claro que esse estaledecimento de crédito, tanto quanto o órgão de desenvolvimento, tem prestado innumeráveis e relevantes serviços na transformação social e na implantação da infra-estrutura daquela região. Mesmo no aspecto a que me estou referindo, a comprovada morosidade que não encontra paralelo em qualquer outro órgão da administração federal pode ser debitada ao fato dos projetos serem selecionados em duas etapas: na SUDENE, que examina os aspectos relativos à correlação da indústria com os recursos locais, e no Banco que estuda os aspectos técnicos, administrativos, econômico e financeiro do empréstimo. Os prazos que citei, entretanto, dizem respeito sómente ao Banco, pois não possui os elementos da SUDENE. Em depoimento também prestado na Comissão Especial, presidida pelo Senador Sigefredo Pacheco, o ilustre Superintendente da SUDENE informou que para prevenir essa tramitação longa que também se verifica no órgão que dirige, determinou que os projetos sejam submetidos a uma pré-análise.

Esses percalços, no entanto, não se referem sómente a esse programa, que foi um dos primeiros e mais importantes, cujos resultados patentelam o fraco êxito das medidas postas em execução.

No que diz respeito às atividades de financiamento industrial do Banco, julguei eloquentemente um confronto entre os empréstimos contratados e as operações indeferidas e arquivadas. Exclui desse confronto as solicitações e os contratos firmados com entidades

públicas, par só cingir-me ao aspecto essencial dessa análise, que são as mediadas à industrialização resultado:

ANOS	Arrovados		Indeferidos e Arquivados	
	Número	Cr\$ 1.000,	Número	Cr\$ 1.000,
1955 .....	49	66.875	20	85.305
1956 .....	16	23.514	20	145.115
1957 .....	9	8.123	51	161.309
1958 .....	16	120.571	23	125.251
1959 .....	19	373.020	23	299.011
1960 .....	18	579.430	9	311.149
1961 .....	16	574.320	13	283.119
1962 .....	27	914.853	13	285.111
1963 .....	21	954.923	22	3.110.273
1964 .....	23	3.263.007	32	5.839.123
Total .....	214	7.216.122	293	19.925.005

Isto nos dá a média de 214 contratos por ano e 293 indiferimentos e arquivamentos. O valor médio de cada contrato firmado, corrigidas as importâncias em moeda nacional, tanto das solicitações quanto dos contratantes é de Cr\$ 33.720.000.

Relativamente aos pedidos arquivados foi possível constatar que dos 102 projetos, 118 foram por decisão daqueles interessados, enquanto 37 chegaram ao prazo decorrido ou a outras razões, tiveram que ser reformulados. De fato, 20 não se enquadram nas normas operacionais do Banco, 10 eram inválidas técnica, econômica, financeira e administrativamente e 3 por motivos diversos.

Com referência aos projetos aprovados, posso adiantar que muitos deles, ao serem contratados os respectivos financiamentos, estavam já anteriormente realizados, porque não é possível promover a industrialização, aguardando-se prazos que em média, como demonstrou, vão além de vinte meses. Verifique, por exemplo, que o prazo médio de execução no Banco do Nordeste, relativamente aos projetos de empresas privadas, contratados em 1955 foi de cerca de 17 meses; portanto, quase um ano e meio. Nesse período o menor prazo foi de 8 meses e o maior de 32 meses!

Senhor Presidente, Senhores Senadores, este assunto não se esgota aqui. Vou prosseguir esta análise na próxima sessão que me for permitido.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite Vossa Exa. um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Pois não.

O Sr. Ruy Carneiro — Estamos ouvindo atentamente a interessante exposição que V. Exa. vem fazendo. Lamentamos apenas seja hoje uma sexta-feira, dia da semana em que o plenário se apresenta quase vazio. O discurso que está sendo proferido por V. Exa. interessa muito a todos nós e pode contar V. Exa. com a nossa solidariedade nessa campanha que inteligentemente está iniciando hoje.

O SR. JULIO LEITE — Muito obrigado a V. Exa.

(Continuando a leitura) — É uma tarefa árdua para a sensibilidade desta Casa, onde, por uma imposição natural de nossa atualidade, os assuntos de natureza política têm curso

mais livre. Mas queremos crer que a importância dessa tutela jurídica é sua extensão. Representante do maior dos Estados coletivos sob a tutela da SUDENE e do Banco do Nordeste, não ocupo a atenção de Vossas Excelências, pelo simples prazer de desabrir um tema ou de antecipá-las instâncias e métodos que, na maioria das vezes têm sido úteis e prestantes àquela região. Minha preocupação, como antevi inicialmente e apesar a de tentar em cometer erro, vai confrontar-vos, do qual também resulterão medidas, algumas das quais vou elencar no fim de meu trabalho. Pedimos Senhor Presidente, que visam ao único e patriótico efeito de auxiliar o Nordeste a industrializar-se com a urgência que o país requer e reclama, pois a esse fim não temos facilmente falhado e conseguiram o edifício e o acolhimento de todo o Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é aplaudido.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Com a palavra, nos termos do art. 163, parágrafo 2º, do Regimento Interno, o nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

Senhor Presidente, Senhores Senadores, não deveria nem poderia passar sem um registro especial a comemoração do Jubileu de brilhante do Supremo Tribunal Federal, ocorrido na segunda-feira última, 28 de fevereiro.

Já deveria ter realizado esta homenagem e a teria feito precisamente naquela data se o Congresso não estivesse em recesso.

Impunha-se, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que uma voz da Câmara Alta, nesta oportunidade, realçasse aquele importante acontecimento numa sincera e expressiva homenagem à Majestade da Justiça brasileira, consubstanciada naquela Suprema Corte, que se acha instalada em Brasília, nas vizinhanças do Congresso, também na Praça dos 3 Poderes.

E' o que estou neste instante concretizando com esta modesta oração que aliás, deveria ser proferida por uma das grandes figuras do mundo jurídico existente nesta Casa, cujos nomes deixam de citar porque o Senado os conhece muito bem a todos.

Preocupado, no entanto, com o decorrer dos dias, acho que a comemoração do 75º aniversário do Supremo Tribunal Federal poderei, por lamentável largo espaço, da arremetida do reino dos locos trabalhos legislativos, parar em 25 indispõíveis e necessários honrarias deste Casa.

Dai, Senhor Presidente e nobres colegas, a resolução de fazer este pronunciamento que levarei a manifestação de nosso apreço, de admiração cívica e de respeito a esse grande organismo Constitucional que reverentemente a cúpula da Judicatura do País.

O Sr. Joséphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer.

O Sr. Joséphat Marinho — Acredite que V. Exa. faz, neste instante, o registro em nome de todo o Senado. Pessoalmente, quanto a mim, acredito que esse registro é tanto mais justo quanto o Supremo Tribunal Federal, ao longo dos seus 75 anos de funcionamento, vive exaltante um dos instintos culturais de sua estrutura na cefala da ordem jurídica e da ordem democrática no Brasil.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do eminente Senador Joséphat Marinho, representante da Bahia, que vai ilustrar a minha oração, dando brilho ao registro que hoje fizemos em homenagem à mais alta Corte de Justiça do nosso País.

Sem querer referir-me aos políticos registrados que, com certeza, hoje, a Suprema Corte do Brasil fará, porém, o enaltecimento de algumas das suas excepcionais figuras do peregrino, como Pisa e Almeida, Epitácio Pessoa, Pedro Lessa, Pires e Albuquerque, Guimarães Neto, Edmundo Lins, Homenegildo de Barros, Ary Franco, e tantos outros que constituem colunas mestras e sustentáculos da justiça brasileira, como membros proclamados que foram do Supremo Tribunal Federal agora avôs os nossos aplausos pela comemoração do seu 75º aniversário de existência.

Concluído, Senhor Presidente, queremos chegar à mais alta Corte de Justiça da nossa Pátria, na pessoa do seu eminente Presidente, Ministro Ribeiro da Costa, as minhas homenagens em nome da Paraíba, que represento no Senado da República. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz, nos termos do art. 163, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. DINARTE MARIZ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, trago ao conhecimento desta Casa telegrama que acabo de receber do Presidente da Liga Artística Operária do Rio Grande do Norte. Trata-se de velho líder da classe operária da minha terra, que fez chegar até aqui um apelo, no sentido de que as altas autoridades da República tornem conhecimento da situação que se está criando naquele Estado, quanto ao aumento de custo de vida.

Tenho o prazer de ler o conteúdo do telegrama:

"A Liga Artística Operária nordestina riograndense, diante da violenta e arbitrária alta do custo de vida, que impossibilita a sobrevivência das classes menos favorecidas, clama ao Senado da República providências urgentes no sentido de reprimir a exploração do operariado, sendo a principal vítima e forçado ao regime de subalimentação. Nos últimos 30 dias subiram os preços em Natal: carne de Cr\$ 1.800 para Cr\$ 2.400; feijão de Cr\$ 350 para Cr\$ 700; arroz de Cr\$ 300 para Cr\$ 400 e açúcar de Cr\$ 250 para Cr\$ 350. Confio que eminentes patrícios transmíram aos poderes competentes o clamor da população desfavorecida deste Estado. Respeitosas saudações. — Antônio Félix da Silva — Presidente."

O Sr. Filinto Müller — Permite o nobre Senador um aparte? (Assentimento do orador) — Só para esclarecer que o nobre Senador Manoel Vilça, colega de representação de V. Exa., recebeu telegrama idêntico. Passou-me as mãos esse telegrama, solicitando-me que o fizesse chegar ao conhecimento das autoridades superiores, como pede o signatário. Acabei-lhe a que aguardasse uns dias, antes de usar a tribuna, porque iria levá-lo, como o fiz ontem, ao Presidente da República, pedindo a S. Excelência tomasse as providências cabíveis no conjunto de medidas que veio adotando para pôr um parágrafo ao aumento do alto custo de vida. Este apelo é para resolver a posição do Senador Manoel Vilça, que me incumbiu dessa missão, a qual — Isto é — dei cumprimento, ontem.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte de V. Exa., que dá conhecimento à Casa de medidas já encaminhadas por intermédio das autoridades da República.

SR. Presidente, sentejo que sou, conheço muito bem a situação do Rio Grande do Norte e essa mensagem verá alistar-me no sentido de reclamar das autoridades da República as medidas solicitadas, fazendo um apelo para que se estenda ao campo da produção, o plano econômico que está sendo executado pelo atual Governo.

Nesta hora, quando começam a cair as primeiras chuvas no Pólo das Secas, onde está situado meu Estado, os gêneros de primeira necessidade sobem e o sertanejo vai trabalhar, pagando pelo alimento — digo — feijão, o preço de Cr\$ 700. Confia ele em que as chuvas, amanhã, lhe darão uma colheita dadora como retribuição ao seu esforço. Mas acontece que ao chegar a hora da colheita, será obrigado a vender o produto do seu esforço, do seu trabalho por um terço do preço por que o está pagando agora.

E' necessário que o Governo volte suas vistas para a produção, principalmente a agrícola. Ninguém alguma parte do mundo pode erguer-se com uma população faminta. E' evidente que a produção agrícola hoje não corresponde ao aumento da população. Dia a dia verifica-se a desarticulação do sistema de amparo à agricultura, com novas medidas, novas leis, que nunca chegam à porta do trabalhador, do agricultor, com a prontidão necessária, ou melhor, com o auxílio necessário para que ele possa trabalhar e produzir e ter a certeza de que o seu esforço não é em vão, o seu trabalho não é improíscuo. Infelizmente, ele fica sempre na expectativa da época da colheita, quando os preços representam apenas um terço daquilo que ele pagou durante o seu trabalho.

SR. Presidente será difícil ao Governo estabelecer um sistema de controle de preços, assegurando o mínimo ao agricultor para que ele possa realmente ter a certeza de se sentir garantido no seu esforço, isto é que o preço do seu produto corresponda ao trabalho empregado.

O SR. Átilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador). Nobre Senador V. Exa., está pronunciando discurso sobre um tema que realmente deve preocupar o nosso Governo e todos que, de uma ou outra maneira, têm responsabilidade nos destinos deste País. E' um problema muito sério, porque as nossas terras produzem muito pouco, a produtividade é baixa. Daí o Governo precisar pensar seriamente em en-

contrar uma fórmula para aumentar a produtividade dos campos. Quanto aos preços que os nossos produtos alcançam em geral, estes não correspondem ao esforço empregado porque, a nossa produtividade, por área da terra, é muito baixa. Em discurso que pronunciou esta semana, referiu-me ao problema dos fertilizantes. As nossas terras estão esgotadas; são terras cultivadas há dezenas e dezenas de anos sem receberem o tratamento indispensável. Consequentemente, o nosso lavrador se esforça trabalha, planta, mas colhe muito pouco, e esse pouco, naturalmente, custa um preço unitariamente muito elevado. Daí por que devemos louvar a atitude de V. Exa. em abordar o problema, esperando que o Governo do ilustre Presidente Castello Branco leve em muito boa conta as referências de V. Exa. eu recure encontrar a verdadeira solução para aumentar a produtividade. Sómente com o aumento da produção poderemos estabilizar os preços de gêneros alimentícios contar com preços melhores. Do contrário, o nosso produtor continuará abandonado, a produtividade baixará dia a dia, empobrecendo-o ainda mais.

O Sr. José Guiomard — Nobre Senador Dinarte Mariz, permite que dê uma resposta ligeira ao Senador Atílio Fontana?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. José Guiomar — Queria lembrar ao nobre colega Atílio Fontana que, na Itália, as terras estão produzindo há mais de dois mil anos.

O Sr. Atílio Fontana — Mas afi o problema é exatamente do cultivo do solo, dos fertilizantes, das sementes e também de assegurar um preço justo à produção.

O Sr. Domicio Gondin — Senador Dinarte Mariz, permite-me um aparte? (Assentimento do orador) — Julgo que o problema está sendo colocado em um ângulo um pouco diferente do que deve ser apresentado. Como o nobre Senador acabou de falar, as terras da Itália estão cultivadas há dois mil anos. No entanto, o problema da agricultura brasileira é outro. Na Itália, o nível do agricultor médio é de técnico; nos Estados Unidos é de agrônomo; na Alemanha quase que se equivale: no Japão também. Então, isto prova que a tônica não é o uso do fertilizante, mas sim a capacidade do homem, o conhecimento do homem, a educação do homem. O Governo atual está tomando essas providências. A questão de só colocar adubo na terra não aumenta a produtividade: é preciso saber colocá-lo. E, sobretudo, não é apenas com a providência isolada de apenas um ano e sim, na maioria das vezes, de dezenas de anos consecutivos. Portanto, é o homem que deve ser cuidado; é imprescindível a educação do homem e a formação do homem do campo, porque todos os outros resultados são náuticos.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Exa., mais um aparte?

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Fazendo soar as campanhas — Permite-se, Senador Dinarte Mariz, resolvendo problemas futuros para esta Presidência avisar que o tempo de que V. Exceléncia dispõe está esgotado. E V. Exceléncia avisará ao Sr. 1º Secretário da Casa... (Riso.)

O Sr. Atílio Fontana — Apenas algumas palavras. Além dos fertilizantes, é preciso realmente o preparo do homem.

O SR. DINARTE MARIZ — Senhor Presidente, agradecendo os apartes dos meus nobres colegas, quero concluir a minha oração dizendo que, quanto aos fertilizantes, a maneira

de colocá-los, seriam os técnicos que iriam indicar.

Sr. Presidente, a questão é de política da produção, não a reforma agrária, de que tanto se fala, mas organizar a produção brasileira, assegurar preços mínimos ao agricultor, para que possa receber a retribuição do trabalho num nível em que possa estar tranquilo quanto ao seu futuro e de sua família.

Venho apelar para o Governo para que ele leve o crédito necessário à produção de alimentos, para depois desenvolver a educação de nosso povo. Nenhum povo pode educar-se com o estômago vazio. E nos sabemos que o homem de estômago vazio, quando se capacita intelectualmente, porque a fome nem sempre é boa conselheira, dificilmente poderá usar aquela ideia necessária ao enriquecimento e progresso de nosso País.

Sr. Presidente, tenho certeza de que, no dia em que o Governo atacar com ênimo resoluto a organização da agricultura brasileira, este País terá um futuro diferente. Isso é que precisamos — dar a instrução necessária ao homem para trabalhar, dar a segurança de que, trabalhando hoje como está trabalhando, recebendo os gêneros alimentícios pelo preço por que está recebendo, amanhã, quando a terra lhe devolver o fruto do seu trabalho na colheita, poderá ter também preço justo assegurado para que não veja o seu trabalho durante esse tempo desperdiçado ou sem nenhum rendimento, e cada dia contínua o seu espírito descrecente nos destinos de nossa Pátria.

Eram estas as palavras que desejava pronunciar, fazendo um apelo ao Governo do eminentíssimo Presidente Castello Branco, não só no sentido de corrigir o mal que nos está afligindo nesta hora — que é velho, porque desde o começo da nossa História que isso acontece — corrigir também, de uma vez para sempre, o sistema de produção no Brasil, a fim de que a população brasileira possa ter melhores dias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem.).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Para a Comissão Especial designada a emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição nº 4, de 1965, presidente da Câmara dos Deputados, que altera a redação do art. 190, da Constituição Federal, suprimindo-lhe o parágrafo único, a Presidência designa os Srs. Senadores:

#### ARENA

1. Wilson Gonçalves
2. Jefferson de Aguiar
3. Afonso Arinos
4. Heribaldo Vieira
5. Eurico Rezende
6. Milton Campos
7. Gay da Fonseca
8. Manoel Vilaça
9. José Feliciano
10. Julio Leite

#### MDB

11. Antônio Baibine
12. Arthur Virgílio
13. Bezerra Neto
14. Josaphat Marinho
15. Argemiro de Figueiredo
16. Edmundo Levi (Pausa.).

#### COMPARCEM MAIS OS SENADORES:

- José Guiomard
- Zacharias de Assumpção
- Sebastião Archer
- Joaquim Parente
- Sigefredo Pacheco
- Dinarte Mariz
- Afonso Arinos
- Milton Campos
- Benedicto Valladares
- José Feliciano
- Lopes da Costa
- Filinto Müller (12).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Passa-se à ORDEM DO DIA

A lista de presença acusa o comparecimento de 39 Srs. Senadores.

Item 1 da pauta.

Votação, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1965, originário da Câmera dos Deputados (nº 234-A de 1965 na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União que denegou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Geraldo Amaro da Silva e sua mulher, tendo Parcerias favoráveis, sob nº 59 e 60, de 1963, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em discussão. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 2.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 19, de 1966, pelo qual o Sr. Senador Atílio Fontana solicita a transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Exmo. Sr. Presidente da República na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 28 de fevereiro último.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja manifestar-se, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Aprovado, o requerimento.

Será feita a transcrição pedida.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto. (Pausa)

S. Exº está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa)

S. Exº está ausente.

Não há mais oradores inscritos.

#### O SR. ATÍLIO FONTANA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos últimos oito meses o Estado de Santa Catarina vem sofrendo verdadeira calamidade pública, em face das excessivas chuvas que ocorrem ali.

As enchentes assolararam meu Estado, a partir de agosto do ano passado, culminando por desvencilhar a Ponte de Passo do Socorro, no Rio Peixas, impedindo o tráfego entre o Rio Grande e o resto do País. Reconstruída em caráter perecário a ponte, posteriormente, no mês do ano passado, foi a obra provisória novamente arrastada pelas águas.

Ainda nos últimos dias do mês passado, encontrei-me em Santa Catarina e pude constatar os grandes prejuízos que as enchentes tem causado em várias regiões.

Telegramas nos têm chegado relatando os acontecimentos. Ainda agora, rececemos um de Sr. Governador Ivo Silveira e que diz o seguinte:

"Levo ao conhecimento de V. Ex. que chuvas torrenciais caíram sobre os Municípios do Largo e do Alto Vale do Itajaí, no norte do norte e do sul, interrompendo o tráfego e atingindo o parque industrial, desarruindo importante lajeiras e assinando proporções de calamidade pública, consomindo urgentes solicitações de auxílio endereçadas pelos Prefeitos das referidas comunas. Estou enfrentando problemas sérios e difíceis, tendo solicitado a colaboração urgente das autoridades federais a fim de atender a diversas regiões em emergências tão afeitivas. Estou certo de que contarei com vosso apoio junto às autoridades. Cordiais saudações. — Ivo Silveira, Governador."

As labores do Estado de Santa Catarina foram, pois, grandemente danificadas; as estradas, quer municipais, estaduais e federais, em particular situação, têm o tráfego interrompido em diversos pontos. A situação é de verdadeira calamidade pública.

Sr. Presidente, solidarizamo-nos com o Sr. Governador Ivo Silveira no apelo que encaminha à S. Exa. o Sr. Presidente da República, Marechal Castello Branco, esperando que a União auxilie o Governo do Estado a pôr em ordem principalmente o transporte, melhorando as estradas. Os recursos estaduais, em tal emergência, não têm condições de suportar essa vultosa despesa, tanto mais que o Governo de Santa Catarina é solidamente insistentemente a colaborar com os Executivos municipais, no sentido do restabelecimento do tráfego no interior.

Como se sabe, Santa Catarina, Estado por excelência de produção agropecuária, possui também parque industrial. As estradas são indispensáveis à circulação das suas riquezas. Esperamos, assim, que o Governo da União, através dos órgãos ministeriais competentes, dê a sua colaboração ao nosso Estado, a fim de que se restabeleça a circulação das riquezas, em amparo, inclusive, a nossos abrigados lavradores.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Catete Pinheiro) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão designando para a próxima a seguinte.

**ORDEM DO DIA**  
**PROJETO DE DECRETO****LEGISLATIVO Nº 50, DE 1965**

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 221-A-65 na Casa de origem) que revoga decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro de contrato celebrado, em 1º de agosto de 1965, entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda, em Barra do Piraí, e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 61 e 62, de 1965, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Catete Pinheiro) — Esta encerra a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas).

**DISCURSO DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, PROFERIDO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, EM 28 DE FEVEREIRO DE 1966, PUBLICADO NA FORMA DO REQUERIMENTO Nº 79, DE 1966.**

Discurso pronunciado pelo Presidente Castello Branco na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em 28 de fevereiro de 1966:

O diploma que me outorgastes, e pelo qual tão generosamente me fizestes cidadão de Minas Gerais, não é desse que eu possa receber apenas como alta e singular honraria. Longe disso, para mim é representar muito mais. Pois, embora não o houvesse chegado a aspirar, devo confessar que, dados os velhos, profundos e afetivos laços que me unem ao vossos grande Estado — e já agora posso dizer o nosso Estado — ele é na realidade o reconhecimento do que sou há longo tempo: também cidadão de Minas Gerais.

Bastará, aliás, que vos abra por um instante o coração e vos revele períodos marcantes da minha vida, para que bem compreendais quanto seu sincero e veraz no que vos digo. Contados dia a dia faz quarenta e cinco anos que aqui em Belo Horizonte, nessa data, iniciei a minha existência de oficial do Exército. Poderei dizer que o homem tomava o lugar do adolescente. E, por mais que o tempo haja corrido, conservo bem nítidas as imagens daqueles dias, que, para mim, além do início do oficialato militar, haveriam de ser assinalados pela pedra branca do meu casamento. Assim, em Minas Gerais, constitui família, e aos deveres do militar como que se vieram unir novas responsabilidades do cidadão.

Não foi longo esse estágio entre vós. Mais, como se um bom destino me aproximasse da vossa formosa capital, novamente tormei a ela e, somados os dois períodos que aqui tive a felicidade de residir, por mais de cinquenta anos convivi com a família mineira, ao mesmo tempo que me cabia instruir e comandar jovens conterrâneos convocados para o serviço das armas. Sob o sol quente das montanhas e as claras noites, que são o justo encantamento da gente de Belo Horizonte, via desdobrarem-se diante de mim as perspectivas normais de uma modesta vida devotada à minha profissão. E aqui recebi o influxo das

virtudes mineiras — a paciência sem imobilismo, o realismo sem frieza, o sentido de conciliação democrática sem a irresponsabilidade de atitudes, o apropéio à poupança e ao trabalho.

Certamente, vai tudo muito distante. A vossa capital deixou de ser a tranquila cidade, que ainda recordava os tempos da fundação, para transformar-se na trepidante metrópole, onde pulsam a inteligência, o ciúme e o labor dos mineiros. Contudo a gente é a mesma, com as características qualidades que são o seu apêndice desde os primeiros tempos da nacionalidade. Do mesmo modo que inalterados na minha memória, e sempre bem perto de mim, permanecem os benefícios que aqui encontrei e que, mesmo no envelhecer, não esmaecem nem perdem a retribuição da gratidão e da saudade.

Bem compreendeis, portanto, a razão que me assistia aos vos dizer que o título recebido não era apenas honraria, por mais alta que fosse, mas também o revolver de emoções às quais se une agora a de me ver reconhecido como vosso concidadão.

Mas, como se devesse estar a minha existência sempre vinculada a Minas Gerais, não posso deixar de lembrar que daqui, e por vigorosa iniciativa do ex-Governador Magalhães Pinto, haveria de partir a Revolução da qual viria a caber-me, poucos dias depois, a maior responsabilidade. Na Presidência da República, não me desliguei deste Estado. Eus-me ininterruptamente a colaboração de políticos mineiros, quer na Administração, quer no Congresso Nacional. Na medida das possibilidades financeiras federais, procurei apoiar a profícua gestão estadual encerrada há um mês, e o fiz para, sem dúvida, cumprir um dever da Federação a que, elevada e decididamente, se impôs o Governo da Revolução.

Voltado para um novo estilo de administração e empenhado em acelerar o desenvolvimento industrial de Minas Gerais, em tempos imemoriais apontada como uma coletividade essencialmente agrícola, àquele destinado homem público devem os mineiros, e, portanto, o Brasil, haver impulsionado grandes empreendimentos, que, sem dúvida, irão mudar a face do Estado. E os resultados desses esforços progressista e honesto constituem hoje marcos de uma nova era, na qual vemos o progresso escalar rapidamente a Serra do Mar.

Deixamos de ser uma civilização literária. E Minas Gerais é a grande porta aberta para o interior do Brasil, e por onde deverá passar o desenvolvimento rumo às imensas e ainda pobres regiões do planalto central. Por isso fomos bem grande é a responsabilidade dos dirigentes do vosso Estado, pois, além de se capacitarem da impossibilidade do Brasil retrair para os dias anteriores a 31 de março, devem alçar-se a uma altura em que os grandes interesses do Estado e do país não possam ser prejudicados pelas paixões e ambições políticas.

No particular é verdadeiramente animadora a posição assumida pelo Governador Israel Pinheiro, cujos propósitos de administração e a deliberação de colaborar com a Aliança Renovadora Nacional são o penhor de que não permitirá aos contra-revolucionários pretenderem perturbar daqui a obra da Revolução. Obra na qual são profundamente integrados todos os mineiros, sejam quais forem suas antigas origens políticas, e cujos sentimentos de amor à ordem, à democracia e à liberdade não podem estar esquecidos do tributo que pre-cisaram pagar, inclusive a extraordi-

nária mulher mineira, para que a Cruz de Cristo, vinda nas caravelas dos descobridores, aqui permanecesse firmemente erguida. Estou certo, porém, de que, seguida a política de congraçamento em que se empenha o Governador Israel Pinheiro, muitos são os motivos para confiarmos em que o futuro de Minas Gerais não desmerecerá do presente. E, para isso, o nosso apoio não se ausentará.

Aliás, é justamente para dar aos brasileiros a segurança do futuro que a Revolução não pode abrir mão dos poderes que lhe são inherentes e inseparáveis. Até se implantar com firmeza e ficar a salvo das arremetidas dos que almejam por todos os meios o retrocesso do país à subversão e à corrupção, a Revolução precisará dispor de meios legais adequados.

Meios dos quais a expressão mais forte têm sido os Atos Institucionais. Usados desde a primeira hora do triunfo da Revolução, representam o vigoroso instrumento com o qual foi e continuará possível preservar a democracia sem prejuízo da realização das exigências fundamentais do movimento revolucionário. Na realidade, houve que escolher entre a capacidade de editá-los e a evidente possibilidade do Brasil despenhar-se inevitavelmente nas trevas de uma ditadura. A opção não era difícil, uma vez que o sentimento das Forças Armadas, também responsáveis pela vitória de 31 de março, era justamente no sentido da preservação da ordem democrática, tão perigosamente ameaçada pelo Governo anterior. E graças a isso, digram o que disserem os adversários da Revolução, alguns deles saudosos beneficiários da corrupção, ai temos em pleno vigor as duas expressões maiores e fundamentais de qualquer democracia: o Congresso Nacional e a liberdade de imprensa. São elas o desmentido cotidiano daqueles que aqui ou no estrangeiro, cujo desconhecimento sobre nós buscam enganar e explorar, vivem a proclamar a existência de uma ditadura. Singular ditadura, na qual, da tribuna parlamentar ou das colunas dos jornais é possível atacar o Governo e a Revolução.

Podem, pois, os mineiros continuar tranquilos no seu amor à democracia e à liberdade, conquistas inseparáveis da nossa civilização. Do mesmo modo que os nossos adversários devem desvanecer-se do propósito de impedir ou perturbar a marcha da Revolução, que continuará a usar, com prudência e firmeza, os instrumentos existentes e indispensáveis para confirmá-la, garantí-la e desdobrá-la.

Gostaria de falar ainda, para além do círculo dessas montanhas, à grande massa trabalhadora do Brasil, aos que labutam na cidade e nos campos, tanto contribuindo para o nosso progresso e às vezes partilhando tão pouco dos seus frutos.

A Revolução de março não foi feita para estimular a luta de classes nem muito menos para preservar privilégios de classe. Seus objetivos essenciais foram a modernização da nossa sociedade pela reforma de estruturas injustas ou arcaicas, pelo combate simultâneo à inflação, que nos rouba o presente, e à estagnação, que nos rouba o futuro, pela restauração da tranquilidade política e social indispensável à realização do desenvolvimento e ao fortalecimento do poder nacional.

A fácil pregação dos demagogos não havia seduzido senão uma pequena parcela da massa trabalhadora. Pode assim, a Revolução encontrar nos trabalhadores um grau de compreensão, de maturidade e até mesmo de sacrifício, que desaponta os seus falsos intérpretes de ontem, pelo esvaziamento

de seus pressupostos e pela condenação de seus métodos de agitação. A massa trabalhadora brasileira não deseja ser apenas lubrificante eleitoral nem combustível para a subversão. No seu duro labor, ela confia em que as vicissitudes de hoje serão superadas pelo trabalho e pelo desenvolvimento, e que no Brasil de amanhã, no Brasil que estamos consumindo, não prevalecerão a injustiça social, a falta de oportunidade, a falha de recompensas. Só uma lição podemos prender do compromisso realista das classes trabalhadoras brasileiras: é que a elas, como povo, não interessam as soluções de catástrofe, não as seduzem a destruição e o aniquilamento da ordem e dos valores democráticos.

Isso é tanto mais encorajador quanto os nossos trabalhadores se viram expostos tão longamente à irradiação maligna dos falsos amigos e dos falsos líderes.

Os falsos amigos eram os que prometiam muito mais do que a economia pode dar. Prometiam salários nominais muito além do crescimento possível da produção e da produtividade. O resultado foi, em alguns casos, a rápida anulação desses salários, pela alta de preços e, em outros, a perda de capacidade de investimento, seja da empresa privada seja do Governo, diminuindo assim nossa capacidade de criar empregos produtivos, para as novas gerações que aportam ao mercado de trabalho. Falsos amigos eram os que prometiam aposentadoria precoce e contínua redução de horas de trabalho, até níveis que nem mesmo as nações mais ricas se podem dar o luxo de pretender, como se fosse possível acelerar o momento de recompensa, encurtando a intensidade e a duração do esforço. O resultado era a perda de eficiência da economia em seu conjunto, o encarecimento da produção, passando alguns sacrificados a carregar o peso injusto da ociosidade de muitos. Falsos amigos eram os que procuravam criar artificialmente maior número de empregos, com exigências desarrazoadas e anti-económicas de ocupação de mão-de-obra, expediente com o qual conseguimos matar nossa navegação fluvial, debilitar seriamente a navegação de cabotagem, tornar proibitivos os custos portuários e pesadamente deficitárias as nossas ferrovias. Todos esses meios de transporte poderiam ter preservado sua vitalidade, e assegurado sua expansão, absorvendo gradualmente um volume muito maior de mão-de-obra, se não houvessem sido tornados anti-económicos por uma política de empregismo verdadeiramente suicida.

Falsos amigos eram ainda os que abriam indiscriminadamente as portas do serviço do Estado, sem qualquer critério de recrutamento ou seleção, criando essa massa enorme de servidores públicos, mal remunerados e de produtividade reduzida, consumindo no simples custo da máquina administrativa recursos preciosos que, aplicados em investimentos de infraestrutura, garantiriam emprego produtivo a muitos e criariam a base essencial ao desenvolvimento económico nacional.

Falsos amigos eram, finalmente, os que defendiam um regime de preços subvenzionados para a importação de combustíveis e trigo e para o consumo de energia elétrica e outros serviços, sob o pretexto de minorar os sacrifícios das classes pobres. Mas o fato é que, enquanto os maiores consumidores desses produtos e usuários desses serviços, se concentraram na classe média e nas elites urbanas, o custo dessa subvenção entava sendo cobrado, pela emissão de papel moeda ou agravação de impostos, de toda a população brasileira, inclusive as grandes massas rurais e os aglomera-

dos urbanos mais pobres. E no final ficavam todos prejudicados pela carência de recursos para a construção de estradas, pelo desestímulo à produção agrícola nacional e pelo racionalamento dos serviços artificialmente baratos.

Mais perigosos talvez que os falsos amigos da classe trabalhadora — foram os seus falsos líderes.

Falsos líderes eram os que exploravam as organizações sindicais, não como instrumento de mobilização econômica a fim de alcançar melhores condições de vida para a classe operária, mas como instrumento de pressão política para promoção de sua liderança e poder pessoal, interessando-se pela vida sindical estreitamente na proporção em que os sindicatos eram matrizes de mobilização política e subversiva social.

Falsos líderes eram os que corrompiam as instituições de previdência e assistência social, onerando-as com pesadíssimas despesas de administração, através de desenfreado empreguismo, desviando dinheiros descontados dos próprios salários dos trabalhadores e que deveriam ser religiosa e exclusivamente devotados à prestação dos serviços aos segurados.

Falsos líderes eram os que incentivavam a luta de classe, atirando empregados contra patrões, obtendo dólares dinheiro, pela intimidação, e daquêles votos, pela mentira e pela corrupção, sem medir as consequências dessa atitude que nos levaram como nos levou, ao caos social e à estagnação econômica.

Há, felizmente, em nossa operosa massa trabalhadora, muito mais inteligência e bom senso do que imaginam os demagogos. E a compreensão que o Governo Revolucionário vem encontrando entre os trabalhadores revela que não precisamos de protestos organizados artificialmente para distrair a miséria, mas de esforço conjugado para destruir a miséria e erguer os padrões de vida de todos os brasileiros, indistintamente. O que o Governo Revolucionário se propõe, e isto é o que os trabalhadores revelam compreender, não é a criação de privilégios para sindicatos politicamente mais fortes, mas a geração de oportunidades de melhoria de vida para todos, mediante a aceleração de um desenvolvimento racional, estável e contínuo. Nisso, como em outras coisas mais, discordamos dos que pensam agradar os trabalhadores servindo-lhes uma dieta de ilusões em lugar de uma realidade melhor, ainda que provisoriamente menos sedutora.

Mas nisso também enganam-se os demagogos que não mais iludem os trabalhadores quando trocam a coragem de assumir a responsabilidade de fazer o que a Nação precisa, pelo subterfúgio de adotarem apenas o que é eleitoralmente aconselhável.

O nosso velho vocabulário político, assim como a nossa vilha prática administrativa, abusaram da expressão "direitos adquiridos". E' tempo de nos lembrarmos um pouco mais dos "deveres descumpridos". Porque uma Nação cujos cidadãos porfiaram em reclamar sólamente o gozo de direitos, esquecendo a disciplina dos deveres, está fadada ao sub-desenvolvimento econômico, à injusta perpetuação de privilégios e à desintegração moral.

Ao aceitar a responsabilidade de supremo mandatário da Nação, sempre procurei comportar-me como o primeiro dos servidores do povo. Por isso considero-me com autoridade para um diálogo franco e honesto com os trabalhadores, cujos sentimentos conheço e cujas aflições partilho.

E' fundamental, por isso mesmo, desfazerem-se malentendidos semeados maliciosamente entre as classes operária, precisamente por aqueles

que dela se serviram, pretendendo servi-la.

Fala-se, por exemplo, em congelamento de salários. Mas esse nunca foi objetivo, nem instrumento da política salarial do Governo, precisamente por reconhecermos que a alta de preço resultante da inflação galopante por nós herdada, no contexto de uma produção estagnada, teria que ser julgada gradualmente, não podendo ser detida instantaneamente, senão por milagre inatingível ou por violentíssima redução do dispêndio público e privado. O que procuramos fazer, e com grau apreciável de êxito, foi diminuir a velocidade e a intensidade da alta de preços, ao mesmo tempo que criávamos condições para a retomada do desenvolvimento, único capaz de gerar empréstimos produtivos e dignos para a massa trabalhadora.

Em 1963 foi um ano de queda da nossa renda por habitante. Em 1964, ano de transição, já conseguimos um modesto acréscimo. Em 1965, tudo indica que a renda por habitante tenha crescido em aproximadamente 3%.

As negociações salariais e os reajustamentos das diversas categorias profissionais tem prosseguido normalmente, sob o império da Lei 4.725 votada pelo Congresso, que garante aos assalariados a manutenção do poder aquisitivo real médio dos últimos dois anos e portanto, de sua participação na renda nacional, e prevê mesmo o seu aumento, em função de incrementos de produtividade. Em 1964, o reajuste salarial médio das principais categorias profissionais na região central do país foi superior a 80%, enquanto que a alta de preços nos doze meses subsequentes às revisões salariais, não excedeu, em média, de 40%. Os últimos reajustamentos, em fins de 1965, oscilaram em torno de 40% e esperamos para 1966 uma taxa de inflação bem inferior à do ano passado havendo mesmo perspectivas de nos aproximarmos de estabilidade ao longo do ano.

Completada a grande maioria das revisões salariais das categorias profissionais, recomendei ao Ministro do Trabalho, que, mesmo antes de concluir o triênio estabelecido na Consolidação das Leis de Trabalho, proceda à revisão do salário-mínimo aplicável à mão-de-obra não qualificada, devendo o seu pagamento iniciar-se no mês de março, quando se expiram doze meses da última revisão salarial.

Onde, então, o Governo Revolucionário congelou salários? Essa acusação, sóbria leviana e injusta, pretende apenas que retornemos aos caos dos reajustamentos incompatíveis com a realidade econômica do país — caminho mais curto para o desemprego, a desagregação financeira e, finalmente, o desespero das classes trabalhadoras.

Não se violam impunemente os princípios da economia. Os que mais falavam, em passado recente, na melhoria do padrão de vida do trabalhador, foram os que mais rapidamente destruíram o salário real do operário, pela aceleração da inflação, e mais cruelmente lhe roubaram oportunidades de empréstimos e melhoria social, pedindo a estagnação econômica.

Há ainda os que acusam a política econômica do Governo de não ter repartido equitativamente os encargos do combate à inflação, que recaíram quase exclusivamente sobre os trabalhadores.

Mas a verdade é que o Governo empreendeu uma profunda reforma fiscal precisamente para obrigar os ricos a pagar impostos de acordo com a sua capacidade. Hoje, os que sonegam tributos e exibem, num país pobre, afrontoso fausto e luxo, têm possibilidades

de experimentarem os efeitos da punição. Foram eliminados o crédito especulativo, à sombra do qual se construíram no passado rápidas fortunas, e o crédito subvenzionado, que dispensava o empresário de planejar cuidadosamente e gerir austeramente seus negócios. Ninguém mais hoje aumenta seu patrimônio, ou adquire capital de giro, pelo expediente ilegítimo de evadir ou retardar o pagamento de contribuições para os institutos de previdências social, até mesmo da parte descontada dos salários de seus empregados.

Com a aplicação, ora iniciada, do estatuto da terra, o latifundiário improductivo começará a sentir o peso correctivo da carga fiscal, que o obrigará a lavrar efetivamente a terra ou a transferi-la aos que o desejam fazer. Em verdade vos digo: nada tem preocupado mais o Governo do que cercar privilégios e corrigir injustiças do nosso sistema econômico, pois que se todos se beneficiarão da estabilidade de preços, todos devem contribuir para alcançá-la.

Considero oportuno fixar, com clareza e sinceridade, a posição do Governo em relação ao util debate aberto em torno do tema do direito dos empregados à estabilidade. Desejo declarar de inicio, alto e bom som, que um Governo nascido para restaurar a ordem, moralizar a administração e corrigir injustiças sociais, jamais pensaria em eliminar legítimas conquistas operárias, que realmente contribuem para a melhoria do padrão de vida e para a continuidade e aceleração do desenvolvimento econômico e social. Não se trata de eliminar o que é bom, mas de aperfeiçoar o que a experiência revelou ser menos uma conquista do que uma ilusão. E a dura verdade é que, burlado pelos patrões, e deformado pela escassa minoria dos trabalhadores que a alcançam, o instituto da estabilidade tornou-se um autêntico "instituto de inquietação".

A situação atual estimula o empregador a usar artifícios e buscar, de qualquer modo, a dispensa por causa justa, a fim de se livrar do ônus latente, ou então a evitar que o empregado atinja 10 anos, indenizando-o antes de completar esse tempo, pelo receio de indisciplina e descaso pela produtividade, do trabalhador que atinge a estabilidade. A situação atual estimula também o empregado a criar situações insustentáveis, que acarretam sua demissão com indenização, ou a acordar com o empregador sua própria dispensa, a fim de transformar o direito adquirido em um pouco de dinheiro que, na maioria dos casos, é dissipado sem trazer benefício senão ocasional, episódico e fugaz.

Ninguém, nem mesmo o demagogo, tem o direito de ignorar que na situação atual, à medida em que passa o tempo a serviço de um mesmo empregador, o empregado vai-se tornando progressivamente mais inseguro; à medida que se aproxima a época crítica da aquisição da estabilidade, o empregado aguarda, às vezes com quase certeza, a dispensa, ou ainda, após esta, passa a enfrentar as incertezas de conseguir um novo emprego. Isso significa não sómente uma enorme angústia humana; representa também uma perda de produtividade para a economia em seu conjunto, situação tanto mais absurda, quando, exatamente na fase em que o trabalhador atinge mais elevado grau de especialização e eficiência profissional, vê suas perspectivas de continuidade e de promoção; vê-se obrigado às vezes a reambientar-se em outras atividades, desperdiçando o treinamento adquirido, quando não consumindo rapidamente, no intervalo entre empregos, a indenização recebida.

Para as empresas, de outro lado, quando um grande número de empregados atinge a estabilidade, criam-se situações insolúveis, com baixa de produtividade e afrouxamento de disciplina, gerando problemas de toda a ordem, não só para uma administração eficiente, como para o próprio desenvolvimento de um espírito de colaboração saudável entre a mão-de-obra e o capital. Além disso, a rigidez do sistema de estabilidade e a acumulação dos ônus financeiros daí decorrentes, dificultam, em caso de recessões setoriais, a reorganização ou contratação das atividades das empresas, levadas a situações de insolvência, caso em que se extingue por igual a contribuição do empregador e o direito do empregado.

Olhando mais para o futuro, é impossível ignorarmos que a tecnologia moderna, que em muitos casos somos obrigados a importar, marcha no sentido de crescente automatização; isso exige uma mobilidade muito maior da mão-de-obra, que necessitará de continua readaptação e treinamento, para buscar novas oportunidades de emprego em outros setores capazes de absorver maior volume de mão-de-obra, ou que sejam criados pelo próprio acréscimo de produtividade resultante da automatização. Devemos aliar-nos à tecnologia moderna e não contra ela lutando estérilmente.

O Governo está colhendo idéias e propostas, e convida os próprios sindicatos e os trabalhadores individualmente a sugerirem fórmulas mais aperfeiçoadas, que sejam socialmente justas e economicamente viáveis, e também representem efetiva garantia para o trabalhador, e não apenas uma fonte de atrito e uma semente de inquietação. Posso assegurar aos trabalhadores que o instituto da estabilidade não será modificado antes de encontrarmos uma fórmula melhor, em cuja elaboração desejo a participação de empregados e empregadores, e que deverá ser objeto de ampla discussão no Congresso Nacional.

Não vim para destruir e sim para melhorar.

Entre as várias idéias que vêm sendo debatidas, merece atenção a proposta de criação de um Fundo de Estabilidade Social e Habitação, combinado com um sistema de seguro contra o desemprego. Através desse Fundo, a obrigação de indenização converter-se-ia num depósito mensal, em conta vinculada, em nome do empregado, em estabelecimento bancário de sua escolha, para transferência posterior ao Banco Nacional de Habitação. Esse depósito, que constituiria propriedade do empregado, seria automaticamente transferido para uma nova conta, sempre que houver mudança de emprego, ou no ato de admissão em novo emprego, rendendo juros crescentes em função da duração da permanência do empregado no estabelecimento em que trabalha. Poderia servir de garantia para financiamento do Banco Nacional de Habitação destinado à aquisição de casa própria, ou utilizado, em caso de emergência, para outras finalidades que beneficiem a família do empregado, assim como no financiamento do seguro de vida total, ou ainda no estabelecimento de negócio pelo empregado por conta própria.

A estabilidade, assim garantida por um fundo de economia, permitirá criar uma consciência crescente de igualdade de oportunidade para todos os empregados; dar-lhesá confiança e flexibilidade para pesquisar no mercado as melhores oportunidades de trabalho; e eliminará a sensação de injustiça, toda a vez que por problema de relações humanas seja o operário dispensado.

Esta é apenas uma das possíveis alternativas, dentre as várias que podem e devem ser meditadas e trabalhadas,

... os mais complexos pormenores técnicos e nos inevitáveis problemas de orientação das situações existentes, por todos aqueles que, sem falso paternalismo ou corrupta demagogia, querem o bem do coração, o bem-estar dos trabalhadores. Isso, porque também é preciso, eusticamente, em diversas esferas, e com diversas responsabilidades, para construir a grandezza do Brasil e minorar a angústia humana. São possíveis várias fórmulas e várias soluções, o que não é possível é ignorar que o problema existe, como se o pudessimo eliminar pela encantação ou pelo encorajamento.

O tempo de relembrar, em práticas palavras, a política do Governo Revolucionário em relação aos trabalhadores, neste momento humanamente significativo em que visito a terra mineira. O primeiro objetivo do Governo Revolucionário é valorizar o salário real do trabalhador, pela luta contra a inflação. O segundo é ampliar as oportunidades de emprego, pela retomada do desenvolvimento econômico. Um terceiro consiste em moralizar e aperfeiçoar o sistema de previdência social, facilitando serviços e reduzindo custos administrativos, a fim de que as contribuições arrecadadas sirvam para sustentar a assistência aos segurados e não para alimentar o empregismo burocrático. Finalmente, o quarto objetivo é a democratização das oportunidades de acesso à terra, à educação e à casa própria, pelas massas trabalhadoras.

Sua falsa modéstia, nem desabafa enguiço, em pouco tempo, face a dificuldades não pequenas, conseguiu um inestimável progresso na realização de todos esses objetivos.

O ritmo de inflação se abateu consideravelmente, tornando menos fugazes os reajustamentos salariais, e dando-nos a esperança de que em futuro remoto, o trabalhador não tenha mais que enfrentar a sinistra corrida entre salários e preços.

Em 1964, pusemos termo ao ciclo de retrocesso econômico iniciado em fins de 1961, cujas consequências cumulativas, em termos de diminuição de investimentos e de oportunidades de emprego, representaram pesada herança de erros a sanar e distorções a corrigir. Em 1965, apesar do inevitável choque da reversão de expectativas, a economia retomou seu crescimento, e, em 1966, esperamos consolidar e intensificar investimentos destinados a criar empregos produtivos não só nas indústrias básicas e de transformação, mas também na mineração e na agropecuária.

No campo da previdência e da assistência social, foi imprimida maior estabilidade à administração dos institutos e demais órgãos. Gracas à correcção monetária dos débitos fiscais, os empresários não mais encontram na retomada das contribuições um conforável método de acréscimo do seu patrimônio. Os institutos readquiriram sua estabilidade econômica e, vencida esta primeira etapa, espera o Governo, através de uma reformulação do sistema e do mecanismo da previdência social, realizar o que fôra prometido e descumprido — dar assistência aos imprevididos.

No terreno da democratização das oportunidades, o avanço foi também significativo. Através de decreto recentemente assinado, foi constituído um programa especial de bolsas de estudos, destinado exclusivamente aos filhos de trabalhadores, e administrado pelos próprios órgãos sindicais, por mim convocados e estimulados a ampliarem sua missão, para pensar em novas e duradouras conquistas — a educação à casa própria — ao invés de concentrar a simples reivindicações salariais. No tocante ao acesso à casa própria, o Banco Nacional de Habitação,

apesar das inevitáveis dificuldades administrativas de implantar-se de um mecanismo novo, em pouco mais de um ano está conseguindo maior número de unidades que a Fundação da Casa Popular em tóca a sua existência, e mais de metade do construído pelos Institutos de Previdência em uma vintena de anos de trabalho.

Mas apena inícios o ataque ao ansiado problema de habitação. É necessário fazer muito mais e mais depressa. Determinei ao Banco de Habitação que formule, em cooperação com os sindicatos, um novo programa para acelerar o acesso à casa própria. Somando os seus recursos próprios, aos dos empresários que concorrem com meios financeiros ou terrenos, e finalmente a uma pequena poupança do próprio trabalhador dentro de suas possibilidades salariais, o Banco ativará a construção de unidades familiares, que serão distribuídas através de planos aprovados e fiscalizados pelos sindicatos operários. Canalizará o Banco parte considerável de seus recursos próprios, e os que conseguir através de financiamentos, para esse sistema, que já está sendo submetido ao Ministério do Trabalho, para ser discutido e aperfeiçoado pelas entidades de classe.

São inúmeras, outrossim, as empresas que se propõem a vender suas vilas operárias aos seus trabalhadores, destinando o produto da venda à constituição de um fundo para construir novas casas a serem também renassadas aos operários. O Banco Nacional de Habitação prevê em seu programa o aproveitamento de todos esses recursos, juntamente com os de municipalidades, coordenando-os e dinamizando-os num plano de que certamente resultará um enorme acréscimo das possibilidades de aquisição de casas pelos próprios trabalhadores. Já foi iniciada também a mobilização de recursos externos, mediante um programa de cooperação inter-sindical. Em breves dias se concluirão os trâmites de um empréstimo de 23 milhões de dólares dos sindicatos norte-americanos a sindicatos brasileiros, com aval do Banco de Habitação, em nome do Governo, que permitirão a construção de cerca de 8 000 unidades residenciais em várias capitais brasileiras de maior concentração operária.

Os problemas mais focalizados, e d'áriamente mais visualizados, dos trabalhadores urbanos não nos devem, entretanto, fazer esquecer a situação bem mais penosa dos trabalhadores rurais. Foi em benefício destes que se formulou o "Estatuto da Terra". O Estatuto encontra-se em início de aplicação e permitirá humanizar os contratos de arrendamento e parceria, ao mesmo tempo que a tributação progressiva sobre a terra improdutiva fará brevemente o parcelamento de glebas inaproveitáveis, em benefício dos que querem lavrar a terra. Mas o problema rural brasileiro não é apenas uma questão de reforma agrária e sim principalmente de política agrária. Nunca, como no atual Governo, se procurou canalizar tanto crédito para a agricultura, inclusive para o pequeno lavrador, e nunca foi tão eficaz a política de sustentação dos preços mínimos da agricultura, na qual investimos no ano passado perto de 300 bilhões de cruzeiros.

Este Governo não agitou publicamente a bandeira das reformas. Executou-as que deviam ser executadas, não contra esta ou aquela classe mas a favor de todos. Seguindo o preceito de Rui Barbosa, o Governo tornou as reformas conservadoras onde encontrou o que conservar; timidas, onde houve o que respeitar; agressivas, onde houve o que atacar; e revolucionárias onde houve o que superar.

Estas são as afirmações que desejaria dirigir ao povo mineiro e, através

dele, a todos os trabalhadores do Brasil. Podem estar elas confiantes de que, se o Governo não fêz promessas vazias para ser cumpridas ou falavam humanitário, não tocará jamais que a prosperidade de um país seja construída sobre a miséria de muitos; e exigir de todos grandes e perniciosos trabalhadores, crianças e idosos, que se coavencem da vertigem de rudimentar e esquecida de que a principal segurança, a única segurança dos nossos direitos, está no cumprimento dos nossos deveres.

Ao concluir estas palavras, testemunho do meu profundo reconhecimento pelo título com que me incorporais à vossa comunidade, desejo também manifestar o meu agradecimento expressivamente pelo povo que tão expressivamente representais. Podeis estar certos — é este o meu compromisso com Minas Gerais — a sé o fim de meu mandato, continuarei a trabalhar pelos ideais que, através do tempo, têm inspirado esta extraordinária coletividade que, encastelada nas suas montanhas, foi sempre decisivo fator de segurança e grandezza para o Brasil.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### ATO DO SR. DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 125-A, de 23.  
DE DEZEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, Aloísio Barbosa de Souza, a Auxiliar Legislativo, PL-10. Maria Lúiza Soares de Castro, e o Operador de Telex, FT-5, Emílio Santos Vieira para, som a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar irregularidades no Serviço de Transportes da Secretaria do Senado Federal.

Secretaria do Senado Federal, em 23 de dezembro de 1965. — Evandro M. Viana, Diretor-Geral.

### ATOS DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 3, DE 1966

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 51, letra "j", nº 2, do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8 de 1963, resolve, de acordo com o Ofício nº 5-66 do Senador Adalberto Sena, mandar consignar nos seguintes dos funcionários abaixo relacionados os fruvinhos pela correção e eficiência com que se houveram quando a serviço do Gabinete do 3º Secretário:

Rosa Angélica Berger Vargas Carneiro.

Celso Luiz Ramos de Medeiros.

Therezinha Duarte.

Sebastião Ferreira Silva.

Orácio Rodrigues Cunha.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de março de 1966.

PORTARIA Nº 4, DE 1966

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo

## EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Limpeza, Mario Jager, a comparecer a esta Secretaria, a fim de justificar sua ausência ao Serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no art. 210 item II e § 1º da Resolução nº 6 de 1930.

Secretaria do Senado Federal, em 1 de março de 1966. — Evandro M. Viana, Diretor-Geral.

## UNIÃO INTERPARLAMENTAR

### GRUPO BRASILEIRO CONVOCAÇÃO

De ordem do Senhor Presidente, convoco a Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para uma reunião a realizar-se quarta-feira dia 9 do corrente, às dezenove horas, na Sala da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados (As.) A. Lázaro Guedes, Secretário-Geral.

## ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Especial, criada pela aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "Poder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais e produtos agropecuários nacionais."

ATA DA 15ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1965.

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, às quinze horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Fi-

nanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Sigefredo Pacheco, presidente, presentes os Srs. Senadores Heribaldo Vieira, José Ermírio e Atilio Fontana, reúne-se a Comissão Especial do Senado Federal, criada com a aprovação do requerimento nº 285-63. Comparece, ainda, os Srs. Senadores José Leite e José Feliciano.

Deixam de comparecer com causa justificada, os Srs. Senadores Eugênio Barros, Argeniro de Figueiredo e Raul Giuberti.

E' dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que uma vez aprovada e assinada pelo Sr. Presidente vai à publicação.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente dá ciência do comparecimento

do Sr. Dr. Rômulo S. Fonseca, Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, convidando Sua Senhoria a tomar assento à Mesa dos trabalhos.

A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Dr. Rômulo S. Fonseca para que dê início a sua exposição sobre o desenvolvimento da metalurgia no Brasil, bem como as causas da crise e do incremento do Instituto de Metalurgia que favorecesse e permitisse maior número de pesquisas.

Com a palavra, o Sr. Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto apresenta uma análise completa dos problemas que afetam o ensino e desenvolvimento da metalurgia no Brasil para, em seguida, passar a responder às indagações do Sr. Senador José Ermírio, Relator.

No decorrer das suas respostas às perguntas do Sr. Relator, tem o deponente oportunidade de dar respostas a quesitos formulados pelos Srs. Senadores José Leite, José Feliciano, Heribaldo Vieira e Atílio Fontana.

Concluída as indagações, o Sr. Presidente demonstra a gratidão da Comissão ao Sr. Dr. Rômulo S. Fonseca pelo seu comparecimento e determina que o anexo taquigráfico dos debates passe a fazer parte integrante da presente Ata, sendo publicado, como anexo, no Diário do Congresso Nacional.

O Sr. Presidente, as dezessete horas e quinze minutos encerra a presente Reunião, e, para constar, eu, J. Nei Passos Dantas, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Sr. Presidente, vai à publicação.

**ANEXO A ATA DA 15ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 1965, AS 15,00 HORAS**

*Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão*

**INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO REFERIDO NA ATA**

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Relator: Senador José Ermírio.

Convidado: Dr. Rômulo S. Fonseca, Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Sigefredo Pacheco) —** Esta aberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Rômulo S. Fonseca, Diretor da Escola de Minas de Ouro Preto.

**O SR. RÔMULO S. FONSECA —** Sr. Presidente, a atuação da Escola de Minas de Ouro Preto vem se processando com a mesma intensidade, o mesmo ritmo, o mesmo desenvolvimento de sempre. A Escola foi sempre pioneira. Antes, muito antes, de o Governo se deter de maneira energica, no rumo da pesquisa, a Escola de Minas a praticava intensamente. Posso citar a pesquisa eletro-siderúrgica de Barbosa, de 1916 a 1917, que fornecia o manganes que não podia ser exportado devido a guerra. A Escola teve o primeiro forno elétrico e assim sucessivamente. O esforço por ela dispensado foi sempre no sentido da pesquisa, em todos os ramos e setores. A primeira barra de alumínio, fundida na América do Sul, foi em 1935, dentro da Escola, por sinal em uma caixa dágua velha, que era o revestimento do nosso forno. José Carlos Ferreira Gomes, Pignatari e este que está falando com V. Exa. procediam, por exemplo ao estudo e pesquisa de geologia, de modo que vê-se, por aí, que a Escola tem sempre através de todos os tempos

procurando enveredar pelo terreno da pesquisa com a imediata aplicação do resultado. Temos vivido nesse ritmo até hoje.

Quando a metalurgia começou a desenvolver-se no Brasil, tratou-se imediatamente de estabelecer um Instituto de Metalurgia que favorecesse e permitisse maior número de pesquisas.

Aliás, o primeiro Diretor desse Instituto, foi o Senador Rolemberg Leite, V. Exas. devem estar lembrados disto.

Nesse intuito procuramos o que melhor apareceu na época, para orientar esses estudos, que foi o assessoramento de Instituto especializado na França, sendo chamados orientadores, pesquisadores de lá a respeito dessa organização e assim, pudemos fazer um Instituto que hoje, além da pesquisa, para efeito puramente científico, permite o curso de pós-graduação, de aperfeiçoamento, de doutorado.

Temos rapazes, nesses cursos todos que já têm servido à indústria através de respostas e consultas técnicas à Escola. Está em pleno funcionamento esse Instituto.

Estamos cogitando, agora, de fazer o mesmo com a mineração isto em face dos problemas que se apresentam. Por exemplo, ainda na sexta semana de estudos geológicos, que anualmente se faz em Ouro Preto, surgiu o problema que já vem sendo tratado pela Escola há dois anos, o de níquel. Uma pesquisa no sentido de se permitir que o Sindicato de Niágua, a parte pobre, a parte de menos de cam por milhão, que além de ser feito, contém cobre, dificultando o emprego do processo plástico. Este problema há dois anos que a Escola vem estudando.

Estamos estudando este problema no sentido de ser feito o mesmo que foi feito com a metalúrgica. Tratamos de efetuar estudos para que se estabeleça um sistema de pesquisas de aplicação imediata.

**O SR. SENADOR JOSE' ERMIRIO (Relator) —** Esta é uma das perguntas que queria fazer, porque sem pesquisas uma escola não se pode manter. E não há recursos para isto, os recursos são pequenos.

**O SR. RÔMULO FONSECA —** Como disse continuamos na escola com o mesmo espírito de pesquisa e aplicação, procurando o maior desenvolvimento do País, o mesmo espírito que imperou, desde os primeiros dias de existência da escola.

Quanto à necessidade de utilização, posso informar que temos, pelo menos no que me é permitido dizer, todos os nossos estudos, todo o nosso ensino tido a nossa ciência, perfeitamente atualizados. Os processos da escola são os últimos de que se tem notícia. Há entretanto, uma deficiência gravíssima: o elemento humano.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) —** Percorri várias regiões do Brasil e encontrei inúmeros laboratórios de pesquisa muito fracos, deficientes.

**O SR. RÔMULO FONSECA —** Os de geologia e mineralogia estão com seus laboratórios quase completos. A metalurgia também está com seus laboratórios quase concluídos, e se ainda não estão é porque nos falta receber o restante de uma doação no valor de trinta milhões de dólares. Da Universidade da Alemanha devemos receber todo o material. Cabe à Escola importar esse material e a nós construir o prédio.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) —** Não vi ainda o local para a construção da Escola de Me-

talurgia. As universidades estrangeiras são verdadeiras maravilhas.

**O SR. ROMULO FONSECA —** Minha referência ao elemento humano, implicava num apelo.

Nossa deficiência humana é completa, de alunos e de professores.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) —** Sabemos perfeitamente que um grande professor ganha uma fortuna no exterior.

**O SR. ROMULO FONSECA —** No ano passado facilitamos o concurso de habilitação. Este, o resultado: entram 108 alunos, mas é quase certo que um terço somente será jubilado, porque os outros não têm base, nem científica, nem psicológica.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) —** O que agrava o problema.

**O SR. ROMULO FONSECA —** Era necessário que não só a Escola de Minas mas toda escola superior tivesse cursos pré-universitários.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) —** Aliás, há um projeto antigo para acabar com essa história de o sujeito ter sorte ou não. Com curso pré-universitário o indivíduo pode entrar mas, se no fim do ano, não passar, vai para a rua, para não tomar lugar de outro. No mundo inteiro se faz isso.

**O SR. ROMULO FONSECA —** Não temos alunos em quantidade e à altura. Quanto ao corpo docente, o problema, a meu ver, é mais grave. Como V. Exa. acabou de mencionar, temos professores que dão aulas, que amam a escola.

Essa é a situação.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) —** É um patriotismo formidável, realmente.

**O SR. ROMULO FONSECA —** Quando se trata de uma disciplina de aplicação, — metalurgia, eletrotécnica — pode-se escolher, ao redor de Ouro Preto, técnicos eficientes, competentes, que possam dar aulas. Quando se trata, porém, de ciência pura — matemática, por exemplo — onde encontrar professor? Este ano ficamos sem professor de mecânica nacional. Onde vamos encontrar professor de mecânica nacional pagando ..... Cr\$ 280.000 por mês?

Seria necessário que o magistério superior fosse desligado da tabela do funcionalismo público, onde o nível mais alto é de Cr\$ 280.000.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) —** Tem razão. Sem esses especialistas não se pode fazer coisa alguma.

**O SR. ROMULO FONSECA —** Nossa necessidade, portanto, é de atualização, mas não técnica: atualização de organização, para atender aos nossos problemas.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) —** Estimo a sua Escola profundamente. Na minha opinião, todos os brasileiros devem conhecer a Escola de Minas de Ouro Preto, não só porque foi criada pelo Imperador D. Pedro II, que nomeou o primeiro diretor, como porque, dai por diante, outros brasileiros souberam cumprir sua missão e seguir o rumo certo para uma Escola digna, respeitável em todo o País.

Por essa razão, convidamos V. Exa. a trazer ao Senado detalhes para podemos elaborar um programa atuante, no sentido de que a referida Escola se desenvolva cada vez mais e outras escolas do Brasil possam realizar trabalho semelhante. (Lé:)

fundamental da mineração na luta pela sobrevivência de todos os países. Mineração que, em nossa

terra, felizmente com solo e sub-solo riquíssimos, nunca será demasiadamente encarecida e que está intimamente ligada à nossa ambicionada independência econômica.

Depois da Agricultura, que objetiva satisfazer aos reeiros sempre inadiáveis da alimentação da população, logo em seguida encontramos os elementos da mãe-terra como sendo também básicos para todas as nações, uma vez que, sem esses elementos metálicos e não metálicos, na verdade jamais poderia ter o mundo alcançado o atual estágio de civilização.

Por isso mesmo, nunca é demais acentuar a missão histórica confiada pelo Imperador Pedro II, quando em 1876 criou a Escola de Minas de Ouro Preto, onde comissionou o cientista gaúcho professor Henri Corcex como seu primeiro Diretor, função que exerceu até 1891.

Como homenagem às tradições dessa Escola, é que convidamos Vossa Senhoria, a quem perguntemos:

1) Quais as providências tomadas pelo Governo para melhorar as condições necessárias para que os corpos docente e discente da Escola tenham condições para melhor aproveitamento dos ensinamentos ministrados na mesma?

O fato significa que, se o professor não é bem pago, fica sem condições para ministrar seus ensinamentos.

No entanto, a Escola de Minas de Ouro Preto, com todas as suas deficiências, tem formado grande número de engenheiros. Mas, como tudo evolui, é preciso que também a Escola de Minas de Ouro Preto acompanhe a evolução. (Lé:)

"2) É exato que até o presente a Escola funciona precariamente no antigo Palácio dos Governadores, que foi totalmente ocupado quando da mudança da capital mineira para Belo Horizonte, em 1897?

3) Quais as providências tomadas para a adoção de um currículo moderno e eficiente em minas, metalurgia, geologia, geofísica e petróleo?

Este é um outro ramo, para o qual o Brasil devia formar uma legião de engenheiros, pois assim teríamos um atendimento melhor para a questão da produção, do refino bem como da exploração.

Sem possuir um bom quadro de pessoal especializado nesses três ramos o Brasil nunca poderá apresentar um desenvolvimento no setor do petróleo condizente com seu crescimento sócio-econômico.

4) Quais as verbas, Federais e Estaduais, e quais as subvenções com que conta a Escola para a sua manutenção?

5) Qual o programa traçado para equipar ou recuperar a Escola, levando-se em consideração a realidade nacional como aliás se pratica no mundo inteiro, onde vemos laboratórios Departamentos de Pesquisas, de maneira a contribuir para o aprimoramento dos processos de produção mineral?

6) Qual a área destinada para o aumento das instalações da Escola de maneira a se concretizar a ampliação necessária para o seu desenvolvimento?

É este um ponto muito interessante. Ninguém pode construir um prédio por cima de outro, porque não há condições de trabalho para isso. O homem,

para bem trabalhar e bem produzir, precisa de operar num lugar em que haja um planejamento perfeito — disponível de um grande campo no qual possa erigir um prédio para o estudo da Geologia, da Geofísica, das Minas, enfim, de qualquer outro setor, como o petróleo, por exemplo, um laboratório de Química, de Física, todas as coisas em grande escala, para que possa amanhã ter-se um campo formidável. Conheço bem a história da Escola de Geologia, nos Estados Unidos. No meu tempo era muito pequena; hoje, é uma monstruosidade, é imensa. Os prédios estão bem equipados. No meu tempo eram pequenos. Em 1921 o mundo era fraco. Mas hoje a Escola é uma potência, feita com verbas dadas pelo Governo, tiradas do petróleo. O Governo Federal também podia contribuir intensamente para a Escola de Ouro Preto.

Gostaria que V. Sa., mediante as nossas perguntas, nos fizesse um estudo o mandasse para esta Comissão a fim de que, do Plenário, solicitássemos ao Governo cumprir seu dever. É necessário que o País desenvolva de maneira eficiente os seus minérios, por meios adiantados, não os de cinquenta anos atrás, para que se possa dar ao País uma grande vantagem. Atualmente temos de mandar nossos técnicos para o estrangeiro, onde ficam durante dois, três, quatro anos trabalhando por baixo do pano. E' o caso do zinco. Passamos dois anos na Itália, estudando o processo dêsse metal. No caso da fabricação do estanho não se paga um tostão. E também o caso do alumínio.

Assim, a situação da Escola podia ser definida, até mesmo de grande projeção.

O Brasil não pode continuar como está. Pronunciam-se discursos aqui e ali e ninguém resolve os problemas. A Escola de Minas de Ouro Preto funciona num palácio de 1800. Não sei como os Senhores aguentam. Os Senhores deviam ter facilidades, a fim de desfrutar tranquilidade para ensinar. Mas o que ocorre é que uns ficam sobre os outros. O edifício da Escola tem dois andares?

**O SR. RÖMULO S. FONSECA** — É difícil dizer quantos andares são porque é uma espécie de favela.

**O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator)** — Exatamente, é uma verdadeira favela.

Gostaria que V. Sa. nos mandasse pormenores sobre o seu relatório, para que o Governo fique alerta para esse problema. O setor mineral da Nação é o mais importante, porque sem mineral e sem metais, que exercem funções desde a agricultura, etc. os mais variados produtos químicos, a Nação não se desenvolve. (Lé.)

8) Qual o critério para remuneração dos professores da Escola.

O homem não pode sacrificar sua família em benefício da escola. Conheci Clodomir de Oliveira e sei que ele era mais patriota que professor.

9) Há professores estrangeiros ministrando cursos na Escola? No caso afirmativo, em que quantidade e em que cursos?

Nos estados Unidos, em 1916, quando cursava a escola e tinha 16 anos, o meu professor de Geologia era alemão. O americano não era capaz de tomar conta daquilo. Somente mais tarde os americanos, formados pelo PET, e tomaram conta dos cursos. No Brasil, estamos começando. A minha experiência é a de que o brasileiro é inteligente, muito mais do que os Senhores pensam.

De nossa parte, muito temos conseguido, suando e aprendendo. Lutamos, a princípio, com as maiores di-

ficultades, pela falta de técnicos entre nós. Fomos à Itália — era difícil conseguir alguém que nos quisesse ensinar alguma coisa — e de lá trouxemos dois técnicos, que nos ajudaram bastante. Pagamos bem mas valeu a pena. Hoje, temos o alumínio mais puro do mundo, talvez. Produzimos ao de Ouro Preto. Produzimos alumínio puríssimo, ninguém tem melhor. E temos conseguido isso com engenheiros brasileiros. Trouxemos aqueles dois italianos, inicialmente — já o dissemos — eles aqui ficaram seis meses. Foi o bastante para que nos transmitissem o que desconhecíamos.

Hoje, nosso objetivo é melhorar sempre a produção. Vai longe o tempo em que outros países nos fechavam as portas, mal nos deixavam transpor o portão.

Daí eu dizer que acredito no brasileiro, na sua capacidade. Em nossas empresas, temos apenas três técnicos estrangeiros, há trinta anos conosco. Temos agora um rapaz italiano, muito bom. E de assinalar, porém, que são todos mais brasileiros do que nós.

Eles ficam num lero-lero que não acaba nunca. O Sr. por exemplo, tempirita, que nunca foi aproveitada. Bota-se num vagãozinho e vai para Lorena. A Luri, é uma emprésa de alto critério mundial. Temos que ter mais confiança em nosso trabalho.

Vê V. S<sup>a</sup>, pois, que esta sua convocação perante o Senado da República visou proporcionar, aos representantes do povo nesta Casa, a oportunidade de manifestar seu apoio ao seu trabalho à frente do tradicional estabelecimento de ensino mineiro, bem como formular um caloroso apelo no sentido de que seja traçado, o quanto antes, um programa de ampliação dos recursos, tanto materiais como educacionais, da Escola de Minas de Ouro Preto, objetivando, primacialmente, o incentivo da pesquisa científica.

São estas as considerações que tinha a fazer e acho que sua escola pode fazer um serviço muito importante.

O Governo deve fazer esse trabalho. Se não quiser fazê-lo a culpa não é nossa. É preciso formar professores, pagando razoavelmente, para que possamos manter no Norte e no Sul outras escolas.

O Brasil tem um potencial mineralógico dos maiores do mundo, e desconhecido de nós. A verdade é que passamos por clima da terra e a desconhecemos quase por completo, como se fôssemos verdadeiros analfabetas. No entanto, deveríamos conhecê-la e muito bem.

Penso também, Sr. Diretor, que seria recomendável se instalasse um curso, de três meses, por exemplo, um curso de verão, para a formação de prospectores que, depois de devidamente formados, poderiam, então, procurar ir conhecer melhor este nosso País, aproveitando todos os conhecimentos de cristalografia e de mineralogia, que pudessem auferir nesse curso.

Essas as considerações que desejava fazer, Sr. Diretor, no sentido de que possamos amanhã, começar algo de grande, partindo da Escola de Minas de Ouro Preto, para formar técnicos com amplos conhecimentos e, assim, promover o desenvolvimento do estudo de metalurgia, de técnica de minas, de geofísica, de geologia de petróleo, etc.; técnicos esses que de lá partiriam para prestar serviços por todo o Brasil.

Desse modo, quando a Escola de Minas de Ouro Preto iniciar a construção desses prédios, só no dia em que forem lançados os alicerces, estaremos prontos a cooperar em todos os sentidos, pois o que não queremos é conseguir as verbas e o dinheiro per-

manecer no banco; se começarmos o prédio devemos acabá-lo.

Neste País fizemos muitos hospitais. Agora, é a vez da técnica da qual a parte mais importante é a dos minérios e dos metais.

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — A Escola de Minas de Ouro Preto, sente-se muito honrada e muito se enaltece com a oportunidade que lhe foi concedida, e pede que V. Exa. e seus pares aceitem os maiores agradecimentos.

Quanto à pergunta:

"Quais as providências tomadas pelo Governo para melhorar as condições necessárias para que os corpos docentes e discentes da Escola tenham condições para melhor aproveitamento dos ensinamentos ministrados na mesma?",

devo dizer que a única providência que o Governo toma para conosco pode ser dividida em duas partes: a verba...

**O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator)** — Que é muito pequena...

**O SR. ROMULO F. FONSECA** — Não é pergunta, mas não é talvez suficiente para tudo o que desejamos fazer. É suficiente no entanto para manter a Escola como está. Não temos propriamente insuficiência de verba, pelo fato a que me referi. Mas não podemos ter os professores que queremos.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator)** — So isso é um desastre, uma vez que a Escola não pode ter novos professores, que trazem conhecimentos mais modernos para a Escola.

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — Como somos obrigados a pagar pouco, no fim sobra dinheiro

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator)** — A Petrobras devia dar um grande auxílio à sua Escola. Não fazia nada de mais. É um dever dela auxiliar.

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — V. Exa. falou há pouco na questão da prospecção. A Petrobras nos auxilia muito na formação de projetos, mas em petróleo sómente. Ela nos franqueia todas as instalações e nos dá hospedagem a alunos e professores, em romaria, todos os anos. Este ano foram todos os professores e alunos do Curso de Geologia, e passaram o curso lá.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator)** — Muito importante isso. Mas, além disso, devia dar uma verba para que a Escola pudesse pagar melhor os professores. Um professor lá fora ganha 2.500 dólares por mês, dai para cima. Aqui ganha 250 contos por mês. Como é que esse homem pode trabalhar e criar a família?

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — Há pouco pagávamos 500 dólares aos pesquisadores franceses. Nós catedráticos da maior categoria ganhávamos 300 mil cruzados por mês, e pagávamos 500 dólares aos pesquisadores!

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator)** — Muito mais do que isso tinha um salário do exército, hoje em dia. É preciso dizer a verdade dentro desta Casa!

A segunda contribuição do Governo se fez através da doação de aparelhagem, como especialmente a campanha de aperfeiçoamento superior a CAPS e até a Comissão de Energia Nuclear. Já nos deu alguma coisa.

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator)** — Um ponto muito importante é que o mundo nuclear está andando a passos largos.

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — A maior doação que receberam, foi

40 milhões.

**O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator)** — Garanto-lhe uma coisa. No dia que V. S. marcar para início da construção do prédio de metalurgia, ali estarei. Mas só no dia em que marcar. Fui fundador da GORECEPS; compareci à sua fundação, prometi uma doação de 5 milhões. Naquele tempo valia, para começar um prédio. Nunca, porém, foi ele começado. Mas não vemos a Escola com a projeção que precisa ter. Não sou a favor de prédios fenomenais. Mas deve ele dar a impressão, aquelas que vêm de fora, que ali se estuda e pesquisa a física, a química, a mineralogia, a geologia, enfim todos os setores da física.

O Sr. pede contar conosco para intensificar um programa de atividades porque será ponto de partida para o desenvolvimento do Brasil. O setor mineral é o setor apropriado com a que a nação conta. A Escola de Minas será a base essencial ao desenvolvimento do país. Este não pode ter apenas uma Escola, deverá ter pelo menos, três Escolas

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — As Escolas do Pará até o Rio Grande do Sul foram fundadas e organizadas pelos alunos da Escola de Minas. As providências tomadas pelo Governo se resumiram a algumas doações pequenas. Aliás, há bastante liberdade de distribuição, dada a autonomia financeira da Escola, mas como eu disse as verbas não podem ser aplicadas muitas vezes integralmente porque está sujeita aos limites estabelecidos pela regulamentação.

**O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator)** — Isso não é possível. A SUDENE está se acabando porque não mudaram esse regime. Qual o engenheiro que quer trabalhar nessas condições?

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — A única Escola, que eu saiba que liberou foi o Instituto Technológico de Aeronáutica, de São José do Cun-

**O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator)** — E porque elas têm e os Srs. não? A aeronáutica é importante mas os metais gasosos e líquidos são problemas de alta relevância para a Nação.

**O SR. SENADOR JOSE LEITE** — A Escola da Universidade do Brasil dá autonomia administrativa e financeira. Não sei em que consta essa autonomia é essa se é que sequer contratar um técnico fora das normas gerais para o funcionamento público. A autonomia dada em lei não é absolutamente respeitada.

**O DR. ROMULO LEITE** — Se o professor adcecer durante o ano difícilmente tem a Escola condições de substituí-lo porque não pode contratar substituto a não ser como sei que às vezes acontece, algum que não assuma a cadeira e gratuitamente, porque não pode acumular, exerce a função até que o assunto seja resolvido.

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — O segundo item, é o seguinte (Lé):

É exato que até o presente a Escola funciona precariamente no antigo Palácio dos Governadores, que recentemente foi totalmente ocupado quando da mudança da capital mineira para Belo Horizonte, em 1967?

A resposta é sim.

**O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator)** — Então é uma favela.

**O SR. ROMULO S. FONSECA** — É construída em regime de favela. Outro item: (Lé):

Quais as providências tomadas para a adoção de um currículo moderno e eficiente em minas,

metalurgia, geologia, geofísica e petróleo?

Já tive ocasião de dizer que estamos sempre atentos, não só para a parte científica, como a pedagógica e a didática, e nos esforçamos para manter o nível de ensinamento sempre o mais alto possível. Neste ponto temos conseguido com grande sacrifício, mas temos conseguido.

A quarta pergunta (Lé):

Quais as verbas, federais e estaduais e quais as subvenções com que conta a Escola para a sua manutenção?

A Escola conta exclusivamente com verbas federais e com alguma doação particular.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Mais uma pergunta a V. Ex<sup>a</sup>. Não sei se tem conhecimento de que o Brasil paga nos Estados Unidos 15% para vender o seu minério de ferro. Por que isso?

Uma parte desse dinheiro poderia ser destinado à Escola. Esta vai evoluir logo, precisa ser ajudada. Aliás, é o que se faz nos Estados Unidos, por exemplo, com o petróleo no Estado do Colorado. No Brasil poderia haver uma taxação para isso.

O SR. RÔMULO FONSECA — Os resultados seriam positivos. Uma verba a título de suplementação poderia dar certo.

Por que a Universidade de Brasília está com suas portas fechadas há vários dias? Exatamente porque a Siderúrgica Nacional não vem pagando o indispensável à sua vida, como consta de lei.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Por que não paga à Universidade, mas paga aos particulares? É incrível, mas é a verdade. Os particulares já receberam os dividendos, a Universidade não. É um verdadeiro círculo vicioso, e a culpa é de quem administra a Siderúrgica. É lamentável para o nosso País.

Não temos produção de aço, nosso consumo é miserável e estamos diminuindo a produção, quando devíamos aumentá-la. A redução atinge a 30%, de março para cá. Quanto à exportação, é feita a preço baixo e devia estar em ascensão, mas tem diminuído. A produção devia acompanhar o crescimento do Brasil, o que não ocorre no momento.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Quero focalizar a questão da estabilidade do professor. Tudo é dito que muitas vezes o detentor da vitaliciedade não está na altura do cargo, prejudicando, assim, o bom andamento das nossas escolas superiores. Melhor seria que o professor fosse bem remunerado, mediante contrato. Se correspondesse, continuaria.

Entendo que devíamos procurar como funcionam as escolas superiores nos países adiantados, se os cargos são vitalícios ou se os professores são apenas contratados.

Acredito também que um professor eficiente, dedicado, diligente, pontual, possa passar para um cargo vitalício. Mas inicialmente é um erro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Como se pode contratar um homem especializado sem remuneração condizente?

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Por isso já ressaltei que seria preferível não dar vitaliciedade, mas remunerar bem o professor, através de lei. Não podemos continuar assim.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Os professores, contratados em geral são forcados até a estudar muito mais, porque, findo o prazo, se não estiverem em condições, o contrato não é renovado.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — O nobre depoente nos disse que foram contratados professores, se não me engano franceses, a 500 dólares por mês. Realmente, sabemos que professores estrangeiros ganham muito mais.

Se contratarmos um estrangeiro, a 500 dólares por mês, que corresponde a Cr\$ 900.000, ou algo mais, por que não podemos contratar nossos patrícios que têm vocação, que têm condições, que têm qualidades para serem bons professores, a 600, 700, 800 ou 900 mil cruzeiros?

É preferível pagar 900 mil cruzeiros a um brasileiro que a um estrangeiro, porque verificamos, aqui, que nossos patrícios, professores de nomeada, estão perdidos no Exterior.

São distorções para as quais precisamos encontrar solução.

O SR. DR. RÔMULO S. FONSECA — Quanto a isso, estou de pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup>, tanto que já houve tempo em que a Escola de Minas de Ouro Preto propôs ao Governo que o professor catedrático fosse obrigado a repetir o seu concurso de dez em dez anos.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Já é alguma coisa.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Se hoje a tendência é retirar a vitaliciedade da cátedra...

Ainda sou um pouco retrógrado, por isso, creio que a contratação de professores é uma "arma de dois gumes" uma vez que, pelo caminho do pistão, podem entrar os incapacitados; entretanto, pelo atraso do concurso, esses incapacitados nunca entram.

Hoje, por exemplo, na Universidade de Brasília, não há mais concursos; os professores são contratados!

É moderno, mas acho perigoso. Uma pessoa, com pistão, pode ser contratada. Acontece, às vezes, ser um mau professor.

O concurso adestrava o professor que é realmente capaz, que enfrenta a prova, de modo que ainda sou partidário do concurso.

Retirar a vitaliciedade catedrática, é uma "arma de dois gumes"...

O SR. DR. RÔMULO S. FONSECA — Esse processo de concurso de dez em dez anos...

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — É um processo ideal!

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Nas Universidades onde não há catedráticos, a contratação é feita pelo Departamento Técnico, não pela Administração.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Nossa preocupação é quanto ao que possamos proporcionar aos nossos filhos, às novas gerações de brasileiros, uma instrução aprimorada, é no sentido de que possam receber, nos cursos superiores, os ensinamentos de acordo com a evolução da época. Mas isso só poderá acontecer, através de bons professores. Entretanto, os bons professores, geralmente, abandonam a cátedra porque são mal remunerados.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Há duas perguntas que gostaria de dirigir ao Dr. Rômulo Fonseca. A primeira delas diz respeito ao aproveitamento de número elevado de técnicos graduados na Escola de Minas de Ouro Preto, — tais como os professores catedráticos, os assistentes nos ramos afins da atividade governamental; o aproveitamento de professores nas várias repartições que cuidam do subsolo, do petróleo e em todos os setores da engenharia nacional. Gostaria de saber, ainda, como serão aproveitados os técnicos futuros da Escola, no período de férias e no período normal, e como poderá haver harmonia entre as atividades dos técnicos a sua vida escolar.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Por isso já ressaltei que seria preferível não dar vitaliciedade, mas remunerar bem o professor, através de lei. Não podemos continuar assim.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Os professores, contratados em geral são forcados até a estudar muito mais, porque, findo o prazo, se não estiverem em condições, o contrato não é renovado.

A outra pergunta que desejava fazer ao Professor Rômulo Fonseca é a seguinte: quais as maneiras que Vossa Senhoria encontra para dar assistência financeira aos alunos pobres, que não têm condições de manter os seus estudos?

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Responderei, inicialmente, à primeira pergunta formulada por V. Ex<sup>a</sup>. Na minha opinião seria de têda vantagem — principalmente nos ramos da Engenharia — que os professores também fossem realizadores.

Há pouco tempo tivemos a visita de um professor inglês, Mr. Phillips, que disse uma coisa muito interessante. Disse aquele britânico professor que os que sabem fazer, constróem o que não sabem, ensinam a construir.

De modo que, na minha modesta opinião, é de que devia haver uma ligação perfeita entre o Professor e o Executor. Mas surge uma série de dificuldades, principalmente de duas naturezas: primeiramente — a carência de tempo. O professor não tem tempo. Ele precisa sempre de se atualizar — estou-me referindo ao ramo da Engenharia. O professor de qualquer ramo da Engenharia precisa, constantemente, estar atualizado com a ciência. A Ciência de Aplicação cresce e se desenvolve de uma maneira tal que quando sai um livro ele já é considerado antiquado. O exemplo é frisante se compararmos o livro e uma revista técnica. Compra-se um livro recente e, alguns dias depois, surge um novo número de uma revista técnica. Na revista encontram-se teses comprovadas que contradizem tudo aquilo que está exhaustivamente demonstrado no livro. O professor tem que estar atento a isso tudo, se não fica atrasado.

Em segundo lugar, a dificuldade de execução, porque — digamos — uma indústria não pode admitir professor que trabalhe dois ou um mês durante o ano e depois vai embora, para voltar no ano seguinte. É difícil. Mesmo assim temos em Ouro Preto, no caso particular, muitos professores que exercem, que executam atividades dessa natureza. Nossas férias são pequenas, pois as excursões às cidades são obrigatórias. Praticamente só o primeiro ano tem férias. O Professor Raimundo formou-se na Escola de Minas e o sabe muito bem. É difícil obter-se um tempo e, não havendo tempo, nem facilidade por parte da indústria, nosso Governo apela para essas soluções. Por exemplo no caso do Professor Djalma Guimarães, na Escola de Geologia — deseja-se dar seu curso na Escola, mas não pode, porque é professor em Belo Horizonte e é do Serviço Geológico. Não pode ter outra função. So se permite uma. E sumidade no assunto é desejo de dar seus conhecimentos à Escola, seu ex-aluno, mas a lei não o permite.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Como se resolve o caso do aluno pobre?

O SR. DR. RÔMULO S. FONSECA — O problema do estudante pobre em Ouro Preto é resolvido parcialmente pela Fundação Glocex, que atende ao estudante pobre na assistência social, no fornecimento de livros e em algumas finalidades financeiras. Essa assistência, se o número da Escola continuar a aumentar, como vem aumentando nestes últimos anos, não será mais possível fornecer, porque, nas dotações que o Governo dá, não há possibilidade para isso.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — As entidades que funcionam no país é que deveriam dar bolsas de estudo.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Alias a Fundação GORECEX tem essa finalidade.

A outra pergunta de V. Ex<sup>a</sup> é a seguinte: Qual o programa traçado para equipar e reequipar a Escola, levando-se em consideração a realidade

nacional, como aliás se pratica no mundo inteiro, onde vemos laboratórios, departamentos de pesquisas de maneira a contribuir para o aprimoramento do processo de produção mineral?

A Escola, desde 1962, tem um grande plano de expansão. V. Ex<sup>a</sup>, deve conhecer o projeto do arquiteto Sérgio Bernardes para a construção da Escola. Esse projeto foi alvo de discussão e de modo nenhum vai ser aprovado, porque tem a topografia errada. Mas atualmente a assembleia da Escola decidiu que fosse aprovado outro plano aprovado outro plano para a construção de uma nova escola.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — É uma grande notícia!

O SR. RÔMULO S. FONSECA — O antigo quartel é hoje a Escola Técnica. O terreno onde ficava o quartel é de 75.000 m<sup>2</sup>. Mas a seguir a esse terreno existe um terreno de uma firma industrial, que faz a doação do mesmo com toda a facilidade. Então, a ideia que predominou — quando não a deliberação tomada — é a de que se construa nova Escola no Morro do Cruzeiro, parceladamente, Instituto por Instituto e toda vez que a Escola construir um Instituto, a Fundação GORECEX construirá habitações para professores e alunos.

E' a ideia geral do plano que deve ser concretizada no próximo ano. A medida que as verbas permitirem, a Escola construirá um Instituto e a Fundação construirá habitações para professores e alunos. A Escola pode pagar pouco, e no fim, ainda sobra dinheiro. A Escola está com um patrimônio desvalorizando, no Banco do Brasil. Tem perto de 500 milhões de cruzados depositados.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Há mais uma pergunta importante: se for concretizada esta planejamento urgente se se conseguir verbas razoáveis deverá ter preferência os prédios para Geofísica, Metallurgia e Geologia, pois a Metallurgia é importante para o Brasil, e deve ser atendida com urgência. A Escola tem condições de começar esse prédio? Isso é importante, porque de lá terá que partir o desenvolvimento do Brasil. Com a experiência que já possui, a Escola poderá receber alunos de Goiás, de Pernambuco, de todo o Brasil, mantendo intercâmbio, inclusive, com outros centros educacionais.

O SR. RÔMULO S. FONSECA — Pergunta V. Ex<sup>a</sup>, no 6º item qual a área destinada para o aumento das instalações da Escola, de maneira a se concretizar a ampliação necessária ao seu desenvolvimento. Praticamente, já respondi. Há uma área de 75 mil metros quadrados, mas, além dessa, outra vai ser cedida à Fundação GORECEX. O local é excelente. É um platô, oculto atrás do morro. Há sempre grande dificuldade em Ouro Preto para novas construções. O Serviço de Patrimônio Histórico não permite qualquer edificação que altere o aspecto da cidade. De sorte que, em nosso caso, foi feliz a escolha do lugar, pois fica oculto.

Indaga V. Ex<sup>a</sup>, no 7º item, se existe, e, no caso afirmativo, onde e como funciona, alguma fundação para pesquisa dentro da Escola.

Não. Existe, atualmente, apenas a área onde pretendem construir, e ali funcionará parceladamente o instituto.

Fica só aquél Instituto, mesmo porque penso que o espírito dos antigos alunos não permitirá que a escola saia do velho prédio. Acontecerá, provavelmente, que o prédio se transformará num museu, para coleção e administração. Tirar de lá será difícil.

Nosso museu é uma coisa digna de ser vista. É a quarta coleção de mares do mundo.

A oitava pergunta é: (Lei):

"Qual é o critério para a remuneração dos professores?"

O critério é o seguinte: Temos os professores catedráticos, que recebem de início 300 mil cruzeiros. Esses professores, se não têm outra atividade fora da escola, podem ser contratados como professores de nível superior para dar outra disciplina, a fim com aquela de que possuem a cátedra. Por isso recebem um adicional de 280 mil cruzeiros, que é o Nível 22, o mais alto nível da tabela do funcionalismo público. Os demais são subordinados a essa tabela, e não são nomeados e sim contratados por serviços prestados ou pelas leis trabalhistas, mas nunca com vencimentos superiores a 280 mil cruzeiros, que é o Nível 22 da Tabela do Funcionalismo.

Como disse no inicio, essa a noiosa grande dificuldade, visto extinguir praticamente, o elemento humano do corpo docente da Escola.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Gostaria de saber, Senhor Diretor, qual seria a maneira pela qual poderia criar o índice aluno-custo com referência ao professor. Quer dizer, com o aluno de Engenharia, por exemplo, o custo de aprimoramento ou de estudos deve sair muito mais elevado do que um aluno de Direito. Então minha pergunta é no sentido de saber como poderíamos remunerar o professor tendo por base o número de alunos. Seria isso possível?

O SR. RÓMULO S. FONSECA — Não, Senador.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Não sei o custo do aluno por ano, mas deve alcançar à casa de milhares de cruzeiros. Portanto, Senhor Diretor e Senhores Senadores, é isso um dever de cada País, enfrentar a situação e resolvê-la, pois deixarmos a solução para o dia de amanhã não serve para o Brasil.

O SR. RÓMULO S. FONSECA — Passarei, agora, a 9ª pergunta, que consta do seguinte teor: "Há professores estrangeiros ministrando cursos na Escola? No caso afirmativo, em que condições e em que cursos".

Respondendo esta pergunta, posso informar que a Escola contratou três professores franceses, inicialmente, para o estabelecimento do curso de metalurgia de nível elevado, e para a instalação do curso de mineralogia, posteriormente, contratou mais um. Portanto, ao todo, foram quatro professores estrangeiros contratados, sendo que três já regressaram à França.

E atualmente existe na Escola um professor francês que dá uma parte da metalografia teórica, ensino que foi julgado necessário pelo Instituto. Esses cursos dado pelos três primeiros professores franceses são hoje ministrados por três alunos da Escola. (Relator.)

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Hoje, a análise de impurezas metálicas, nos processos modernos, se faz automaticamente?

O SR. RÓMULO S. FONSECA — Essa análise pode ser feita também pelos processos antigos. Hoje, como tudo se faz rapidamente, vamos instalar na Escola o espectógrafo. (Relator.)

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem. O que desejamos é que a Escola de Minas de Ouro Preto continue a bem orientar o Brasil na produção mineral.

O SR. RÓMULO S. FONSECA — Quanto ao pagamento, ele é feito em dólares à base de US\$ 500,00, já foi quinhentos dólares, sendo metade paga aqui no Brasil em cruzeiros e metade depositada na França.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Fica bem patente que

com a inteligência que o brasileiro tem, com a sua capacidade inusual de aprender, durante os três anos esses professores deixam na Escola um patrimônio imenso, que custou muito pouco ao Brasil.

O SR. RÓMULO S. FONSECA — A necessidade é grande. Há poucos dias estive na Espanha um engenheiro e ele me disse que tinha vindo ao Brasil a mandado do Dr. Teodoro Schneider. Disse-me ele que a mineração na Alemanha está agonizante.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Exato. Estamos errados aqui. O Brasil está vendendo por 8 dólares e 42 cents, que foi a média no ano passado, a tonelada de minério. O país que entrega minério a 50% a esse preço, quando já fecharam as minas na Alemanha, na França, mesmo na Rússia, está dando o minério. Porque não sabemos fazer o acordo. Nós aqui dar minério de ferro a 8 dólares, não é possível, é o cúmulo!!! Nós estamos vendendo minério-manganês a 25 dólares, também; o preço lá fora é 72 dólares. Por que o Brasil vende a 25 dólares, quando o preço é 72? São coisas que esta Comissão tem que fazer claras ao Governo, o prejuízo que esta Nação está tendo. Quer dizer, somos um povo miserável que está dando tudo de graça. Somos um povo miserável; entregamos tudo de graça. Por uma máquina importada, feita com o nosso minério, vamos pagar muito mais caro. Somos de fato sofredores, estamos levando na cabeça diariamente. Estamos sendo levados na onda, como se diz, e isso não deveria ocorrer.

A Escola de Minas tem que ser a orientadora das Escolas do Brasil. Não podemos ficar apenas com uma Escola, temos que expandi-la de norte a sul. O homem do nordeste não pode viajar para Minas ou para o Sul do país. Minas Gerais tem produção mineral muito vista. Tem fábricas de zinco, de chumbo e de cobre. O Rio Grande do Sul tem o problema do carvão, do coque. O Paraná o xisto. O Nordeste tem minérios mais raros. Precisamos formar uma equipe de homens que enfrentem o problema com coragem.

O SR. RÓMULO S. FONSECA — Uma das soluções seria, justamente, não sendo possível a elevação do preço de venda, pelo menos o abatimento do preço da produção, é uma das finalidades visadas pelo Instituto de Mineração que permite isso.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O maior terminal de minérios do mundo está sendo feito em Vitoria, por japoneses, e com essa potência nós estamos vendendo um produto de graça. Devíamos procurar fazer um convênio com o Canadá, com a Líbia e a Venezuela, países mais próximos para subirmos o preço para 16 dólares; eles pagam, onde vão buscar?

O Senhor fecha hoje a 550 dólares o mercúrio, se amanhã sobe para 600 dólares, ele embarca ao preço do dia.

Se somos bodes expiatórios do Mundo inteiro, porque vamos ser idiotas? O cobre, acaba de subir mais; o Brasil está pagando 45 por cento mais no cobre que exporta do que em outros produtos que importa. O País está sendo explorado, lamentavelmente, sem uma defesa, e isso não é possível.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Quando estive em Ouro Preto, em 1960, foi criado o curso de doutorado, no Instituto de Metalurgia. Esse curso está funcionando, e tem ...

O SR. RÓMULO S. FONSECA — Está em grande funcionamento. No momento temos três candidatos, eram 12 mas 9 já foram excluídos.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Compromisso desses elementos que

frequentam esse curso com a Escola para exercer função de auxiliar de magistério ou auxiliar de pesquisa?

O SR. RÓMULO S. FONSECA — Estou apenas com um deles, a estudada deles é custeada pela Fundação.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Sigefredo Pacheco) — Quero afirmar que o Dr. Rómulo da Fonseca nos deixou a mais agradável impressão com sua explanação e as respostas dadas às nossas indagações.

Na realidade, quando se convocou o Diretor da Escola, de Minas — como disse o nobre Senador José Ermírio — nosso desejo era uma contribuição para nosso esforço.

Estamos certos de que com a organização nova que se pretende dar à Escola, de construir novos prédios com nova organização, será uma das melhores do mundo nos diversos setores da engenharia que lá se ensina e se pesquisa. Essa a promessa do Senador José Ermírio, a de contribuir substancialmente para a construção da escola. É a segurança para a sua edificação, porque S. Exª isso tem feito em todo o Brasil com relação à construção de escolas, hospitais, colégios e muito mais em relação o minério. Isso contribui para o desenvolvimento do Brasil.

Assim, o Senhor pode levar aos seus colegas e alunos a nossa simpatia.

O SR. RÓMULO S. FONSECA — Muito obrigado a V. Exª.

O SR. SENADOR SIGEFREDO PACHECO — (Presidente) — Nada mais havendo que a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 15 minutos).

ATA DA 16ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1965

As nove horas e cinquenta minutos do dia dezembro de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Herivaldo Vieira, Vice-Presidente, no exercício da presidência presentes os Srs. Senadores José Ermírio, Relator, Atílio Fontana e Neuvi Giubert reúne-se a Comissão Especial do Senado Federal criada com a aprovação do requerimento nº 285-65,

Comparecem ainda os Srs. Senadores José Feliciano, José Leite, Lopes da Costa e Nelson Maculan.

Deixam de comparecer, por causa justificada, os senhores senadores Sigefredo Pacheco, Presidente; Eugénio Barros, Argemiro de Oliveira.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, uma vez aprovada e assinada pelo Sr. Presidente, vai à publicação.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente dá ciência do comparecimento do Sr. Dr. Leônidas Lopes Bório Presidente do Instituto Brasileiro do Café convidando sua Senhoria a tomar assento à Mesa dos trabalhos.

Com a palavra, o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café apresenta uma análise completa dos problemas cafeeiros para, em seguida, passar a responder às indagações do Sr. Senador José Ermírio, Relator.

No decorrer das suas respostas às perguntas do Sr. Relator, tem o deponente oportunidade de dar resposta a quesitos formulados pelos Srs. Senadores Atílio Fontana, José Feliciano, José Leite, Lopes da Costa e Nelson Maculan.

Concluídas as indagações, o Sr. Presidente demonstra a gratidão da Comissão ao Sr. Dr. Leônidas Lopes Bório pelo seu comparecimento e determina que o apanamento taquigráfico dos debates passe a fazer parte

integrante da presente Ata, sendo publicado, como anexo, no Diário de Congresso Nacional.

O Sr. Presidente, nada mais havendo que tratar, encerra a presente encontro e, para constar, eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário, farei a presente ata, que, uma vez lida, aprova-a e assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

ANEXO A ATA DA 16ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 1965

Publicação devidamente autorizada pelo senhor Presidente da Comissão INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRAFICO REFERIDO NA ATA

Presidente: Senador Herivaldo Vieira, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Relator: Senador José Ermírio.

Convidado: Dr. Leônidas Lopes Bório, Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Havendo nenhuma legal, declaro aberta a sessão.

Atendendo a requerimento do nobre Relator, Senador José Ermírio, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

Aquiescendo a convite desta Comissão, acaba-se presente o Sr. Presidente do Instituto do Café, Dr. Leônidas Lopes Bório que vem prestar os esclarecimentos necessários aos trabalhos desta Comissão, com relação ao Instituto que dirige.

Sendo o Café um grande fornecedor de divisas para o nosso país, é da maior importância para os estudos desta Comissão a coleta que vamos fazer como subsídios para os nossos trabalhos, na manhã de hoje.

Agradecendo a presença do Dr. Leônidas Lopes Bório, dou-lhe a palavra para que exponha os assuntos que nos traz e ao Sr. Relator, Senador Ermírio de Moraes.

Com a palavra o Dr. Leônidas Lopes Bório.

O SR. DR. LEÔNIDAS BÓRIO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço-me particularmente importante tratar do assunto café nesta Comissão, por três razões fundamentais: primeiro, pela importância do café na economia brasileira; segundo, pela importância do café na economia mundial; e terceiro pelo fato de o café estar sendo regulado por um acordo que tem sido, até o momento, o único a dar certa esperança de sucesso para nós.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O café constitui o terceiro ou quarto negócio do mundo, não é verdade?

O SR. DR. LEÔNIDAS BÓRIO — Perfeitamente, ia prestar esse esclarecimento. O café representou 50% do Brasil, no período de 1947 a 1964, 55% na receita de exportação tendo representado, no ano passado, aproximadamente 53%. O Brasil exportou um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, tendo o café produzido receita da ordem de quatrocentos e cinqüenta milhões de dólares.

Dai concluimos que o café é, realmente, nosso principal fator quanto à capacidade de exportar e sendo o Brasil um país subdesenvolvido, a capacidade de exportar é fundamental na execução dos seus programas de desenvolvimento.

Na economia mundial, o café representa o segundo produto de toda a pauta, ficando apenas acô: o petróleo. Efetivamente, o café representa a im-

porlância aproximada anual de 2 bilhões de dólares. E' o volume de recursos transferidos dos países consumidores aos países produtores, anualmente.

Em terceiro lugar, como eu disse, o café vem sendo regulado por um Acordo Internacional que a par do sucesso de tantos outros, vem provando um relativo sucesso. Os senhores membros desta Comissão sabem que as matérias-primas estão em crise em todo o mundo, em crise e provocando uma difícil relação dos países industrializados com os países subdesenvolvidos, no sentido de se procurar aquilo que se poderia chamar justiça social tendo em vista os países mais pobres em relação aos mais ricos.

Poderíamos citar as grandes crises por que passam neste momento a economia do açúcar e do cacau.

O açúcar atingiu, no mês passado, o seu mais baixo nível de preços desde 1880. Acho que essa afirmação dispensa maiores comentários. O cacau, que vinha sendo regulado por um acordo fraco, que não foi cumprido, teve seus preços caindo de tal forma que para os produtores que dependem de cacau, como o Brasil depende do café, estão em sérias dificuldades econômicas. Um exemplo importante é o de Gana que baseou seu plano setenial na exportação do cacau e hoje não consegue recursos suficientes para a realização do seu programa, criando sérios embaraços ao desenvolvimento do País.

Quero, a seguir, fazer alguns comentários rápidos particularmente a respeito do cacau. Em primeiro lugar a sua ingratidão da produção e, em outras palavras, o café, que é uma agricultura perene, não responde rapidamente à demanda e não se interrompendo a oferta quando a demanda diminui, porque sendo um produto que leva quatro a cinco anos para entrar em produção normal, o incentivo ao plantio nos períodos de preços altos permite um aumento de produção que tem levado sempre a problemas de superprodução. Ao contrário, quando a demanda diminui, essa produção não pode ser terminada rapidamente, permitindo então o acúmulo de estoques que são tremendo gravame para a economia. Por outro lado, há uma relação de inelasticidade na demanda, porque o nível alimentar dos consumidores é limitado e mesmo a redução de preços não provoca maior aquisição.

Assim, estes dois fatores têm levado, tanto o mercado de café como o de outros produtos agrícolas, a uma situação tal, que seus reflexos se fazem sentir até mesmo na quantidade de produto importado, nos níveis de investimento etc. Por isso mesmo, alguns países tem procurado regularizar o mercado de matérias-prima em mercados internacionais.

Acredito que o Acordo do Café seja, realmente, o instrumento que poderá produzir resultados favoráveis, porque, é o mais positivo e o mais bem elaborado.

Gostaria de tecer alguns comentários sobre o Acordo do Café.

Encontramos o mercado do café, cheio de entraves e dificuldades. Nesta mesma ocasião o mundo passava por uma situação impar, em matéria de importação e exportação de café. O preço dominante havia atingido seu mais baixo nível, em oito anos, por força dos fenômenos climáticos, no Brasil, principalmente no Estado do Paraná, as geadas e sêcas em São Paulo. Houve enorme, anormal cultura de café, por parte dos países consumidores, com um temor psicológico de escassez. Isso provocou

repentina, violenta alta de preços, que elevou, por exemplo, os preços brasileiros de níveis médios, num curto período de tempo.

Coincidentemente, entrava em operação o Acordo Internacional de Café, acordo esse que já era fruto de aproximadamente nove anos de esforço, e que, pela primeira vez, vinha regular o mercado, com a participação dos consumidores e produtores. Essa alta de preços, imediatamente, provocou o conceito de que era provocada pelo convenção. Vimos uma enorme importação de café ser realizada nos meses de setembro de 1963 a março de 1964, com a alta de preço que já referi, criando, então, uma sensação de qualquer fato anormal, e por uma razão que se desconhece, talvez até proposital.

O Acordo de Café foi considerado como um instrumento que estava provocando a alta de preços, no mercado. Tivemos, então, sérias dificuldades com os países consumidores, que passaram a criar toda a sorte de embargos para a implementação da legislação interna reguladora do convénio.

Quero lembrar que, em 1964, no início, as nações consumidoras fizeram enorme pressão junto aos países produtores, no sentido da ampliação do "affaire" de café. E' um fato muito curioso porque o instrumento regulador criado para ajustar a oferta da venda, no momento em que as vendas do café atingiram o seu cume, no momento em que os estoques de café atingiam o seu máximo, fez com que as nações consumidoras provocassem o aumento. O Brasil, irrefletidamente, concordou, por pressão política, com esse aumento. E tivemos, em fevereiro de 1964, a ampliação da oferta, em dois e meio milhões de sacas de café. Justamente, no momento em que os estoques atingiam o máximo.

Venfique-se, imediatamente, que, apesar dessa ampliação da oferta, os preços entraram em declínio, e isso aconteceu porque todos os países que tinham café excedente sobre suas cotas, puderam cercar o mercado, e o fizeram a preços rebaixados. De maneira que, quando iniciamos os nossos trabalhos, encontramos o País incorrendo num sério erro, num erro de conceituação, achando que o mercado de café estava exorbitando no preço, e que as grandes exportações brasileiras iriam continuar aos preços que se haviam obtido.

Logo nos primeiros meses, indicamos que essa ideia era totalmente errada e que, se medidas não fossem tomadas imediatamente, teríamos o mercado de café em crise. Foi a razão pela qual, logo nos primeiros meses de nossa administração, decidimos por uma política de preços rigidos, com o objetivo de não provocar a crise, mas esperando que, em agosto de 1964, quando em Londres se reunia o Conselho de Café, se corrigisse a situação. Nossa planificação, porém, foi frustrada, pela posição adotada pelos consumidores, em Londres. Efetivamente, em 1964, nos Estados Unidos, por exemplo, foi um ano eleitoral, o ano em que se renovava o Congresso, o ano em que se elegia o Presidente da República. O Congresso exerceu grande pressão no Executivo dos Estados Unidos, no sentido de não permitir que a oferta de café fosse reduzida, e essa foi a linha da delegação americana.

A delegação brasileira, que vinha suportando o ônus de manter o preço estável a sua própria custa, chegou a Londres com o número aproximado da demanda de café para o

ano seguinte, que era de 43 milhões de sacas de café.

A proposta dos consumidores levava à oferta perto de 50 milhões de sacas. Depois de duas semanas de grande dificuldade, conseguimos que as cotas fossem fixadas em 40 milhões e 500 mil sacas.

Sob o protesto brasileiro, e sob a qualificação do voto da delegação brasileira, chamei a atenção de todos os participantes que naquele momento se frustava o principal objetivo do Convênio Internacional do Café, porque a oferta seria superior à demanda, o que provocaria no mercado séria insuficiência. Dissemos que a única maneira de evitar a derrocada do mercado seria a manutenção dos preços em níveis estáveis.

As nossas palavras em Londres foram perfeitamente justificadas. A partir daquele momento a nossa exportação entrou em crise e os preços de nossos concorrentes ficaram cada vez mais declinantes. Tivemos o preço do café africano chegando a 18 centavos por libra peso.

Então, o Brasil adotou a decisão, que foi a primeira grande opção do Governo Castelo Branco em matéria de café, de que o mercado, em face das ofertas, não provocaria maiores exportações pela situação de estoque em que estava o mercado.

Encontramos o mercado dos Estados Unidos com café suficiente para 1967, a torrefação com 35 dias normais.

Sabemos que o mercado não duplicaria a quantidade importada e não ultrapassaria o mercado sustentado. Iniciamos um trabalho junto, principalmente, aos governos dos países produtores para remover as dificuldades encontradas. Pouco a pouco, conseguimos formar a consciência de países produtores e consumidores. Os Estados Unidos mudaram sua posição, passando a cooperar com o Brasil. Tivemos cortes nas cotas aprovadas em lei.

Encontramos então o grande temor de países consumidores, de que novas baixas na oferta provocassem novas altas de preço. Foi nesse momento que nossos técnicos imaginaram o sistema "cota-preço".

O sistema cota-preço é um mecanismo que permite a eliminação do conflito na fixação das cotas porque, vinculando-se o mínimo da cota ao mínimo de preço se amplia a oferta, isto é, a medida que o preço se reduz ou cresce. E o temor que a redução da oferta provoque a alta de preço é eliminado, porque a medida que o preço cresce se amplia a oferta no mercado. Esse sistema aprovou magnificamente. Isto ficou provado em 1964. Logo após tivemos a primeira rebaixa da cota porque o Brasil decidiu rebaixar seu preço em centavos. Isso provocou uma rápida baixa de preço a todos nós concorrentes, e em poucos dias a cota foi reduzida a 46,7, com que o ano se encerrou. Peço a atenção dos Senhores para a figura que darei a seguir.

A cota fora fixada em 48,5 milhões de sacas. O ano terminou após duas reduções conseguidas por votação, e uma redução conseguida para nova medida cota-preço em 46,7 milhões. A importação total, global, de todos os países consumidores ficou abaixo de 40 milhões de sacas. De maneira que o erro cometido em Londres foi a pressão dos países consumidores na fixação do preço-oferta, nas suas demandas. Então eu perguntaria aos Srs. Membros da Comissão: o que

aconteceu no mercado com a demanda da ordem de oitenta milhões e oferta de 48,5 milhões? A simples retração no mercado.

No ano que se iniciou em 1 de outubro deste ano, deu ao mercado uma cota de 43,7 milhões. Eu poderia declarar se a cota do ano anterior fôr expressiva, — porque a cota deste ano não deve ser expressiva — que acreditamos que 43,7 milhões deveria ser efetivamente o café necessário a boa operação do mercado, porque já não existem mais os estoques excessivos que encontramos no inicio de nossa administração.

Há pouco tempo, depoendo em outra Comissão, na Câmara dos Deputados, Comissão de Relações Exteriores, fui interpelado por um Deputado: "O Senhor está afirmando que o consumo diminuiu em nove milhões de sacas"?

Absolutamente, — respondi — estou afirmando que a exportação e a importação de café diminuiu nove milhões de sacas e que o café excedente foi retirado dos estoques. Foi a maneira dos países consumidores poderem resistir aos preços do Brasil.

O consumo mundial está previsto, no corrente ano, em quarenta e cinco milhões. O Brasil lutou por uma cota de 43,7, alegando que não era justo que o ano se iniciasse com novos erros, como acontecia no passado. No correr da operação, eles seriam facilmente corrigidos. Se os preços entrassem em declínio, teríamos uma exportação de quarenta e um milhões. E quais os primeiros resultados?

O Brasil resolveu, no fim do mês de setembro, inicio de outubro, reduzir o seu preço de registro em um centavo, porque os preços haviam atingido a 42,50, que permitiria, de acordo com as reg. as do convénio, o restabelecimento de uma cota sobre 43,7. E ocorreu o fato de que, pela primeira vez na história do café brasileiro, uma baixa de preço do café do Brasil não provocou uma baixa de preço do café dos países concorrentes. Ao contrário, provocou alta, constituindo claro indicio de que pela primeira vez o café estava com mercado ajustado.

Consideramos que o fato de o convénio ter conseguido estabelecer um mecanismo regulador, como é o cota-preço, e se tenha alcançado, no decorrer desse ano, a aprovação da legislação complementar dos Estados Unidos, a aprovação dos regulamentos de penalidades, a aprovação dos regulamentos de cotas-extras, enfim, de todo o instrumental necessário à boa ordem da execução do convénio atingimos um objetivo.

O Brasil considera que terminou uma etapa muito importante do seu trabalho. Essa etapa consistiu na transferência efetiva — pela primeira vez na história do café brasileiro — da responsabilidade unilateral de sustentar o mercado, que foi até então a nossa política tradicional, para o mecanismo internacional. Em outras palavras, o Brasil considera que, pela primeira vez na história, pode fechar o seu guarda-chuva, transpondo para os ombros de todos os países produtores o ônus de manter os preços estáveis.

Os preços estão realmente estáveis. Encontramos o café brasileiro a 42 centavos por libra peso, em maio de 1964. O preço indicativo do café brasileiro está a 41 centavos, apenas um centavo do preço que encontramos há um ano e meio.

A figura hoje é a seguinte: os cafés robustos evoluíram do nível de 18 centavos para o preço de 36 centavos os cafés centrais estão mais ou menos 3 centavos acima dos preços brasileiros; os colombianos a mais de 5 centavos.

Uma das grandes críticas que se faziam à nossa administração é que estávamos mantendo os preferenciais de cafés anormais muito distanciados dos nossos concorrentes africanos e com pequena margem dos concorrentes centrais. Nossa defesa sempre foi a seguinte: não estávamos interessados em baixar nossos preços para acompanhar os dos concorrentes, e, sim, interessados no mecanismo que permitisse aos nossos concorrentes subirem os preços para os níveis em que estávamos situados. Foi o que ocorreu.

A política brasileira permitiu que a estrutura do preço fosse salva e estávamos hoje em uma situação impars na história do café.

Temos a certeza de que a operação do convênio e a política brasileira flexível que se seguiu a esse novo mecanismo permitirão ao Brasil, no ano que se iniciou a 1º de outubro, passar a exportar seus contingentes pelo Acordo de forma tranquila, em curso normal, sem grandes oscilações e obtendo uma receita cambial remuneradora. Isso é importante.

Devem V. Exas. estar lembrados de que houve muitas críticas à política brasileira de café, no sentido de que estávamos preocupados com o preço e não com o volume. Sempre dissemos que o volume não era nada; o preço é que era importante.

De maneira que o Brasil, durante um ano e meio seguiu uma política que em suas linhas gerais era a tradicional, mas com diferença fundamental: nós seguimos uma política com um objetivo determinado, que é de obter um instrumento "regulador" que nos permitisse a transferência de responsabilidade que criei há pouco e creio que nesse particular tivemos total sucesso.

Perguntarão os Srs. se o fato de termos adotado uma política flexível e na esperança pela palavra de sua administração do café, de exportações normais no período agora iniciado e mais a obtenção de novos níveis, se isso significa o fim do problema do café.

A resposta tem que ser não. A resposta tem que ser não porque, apesar da regulagem em demanda em relação à oferta, o segundo objetivo do acordo do café está ainda muito longe de ser conseguido, que é a justagem da produção adequada.

Nós, no corrente ano, devemos ter produção da ordem de 75 milhões de sacas contra consumo efetivo de 50 milhões. Muitos países, entre os quais se situa o Brasil, terão que oferecer excedentes da ordem global de 25 milhões de sacas, com todas as consequências, todo o peso nas economias internas desses países, pelo preço dessa retenção.

O Brasil, na última reunião de Londres, iniciou o que considera a segunda etapa de seu trabalho, que é a tentativa de conseguir a justagem da produção à medida, num curto prazo e apresentamos a figura da seguinte forma: os preços do café, como disse anteriormente, haviam atingido, em 1963, um dos seus maiores níveis, nos últimos anos.

A média dos preços, na exploração de café, situava-se em torno de 30

centavos por libra-peso. A média dos preços de café, hoje, nos mercados, é da ordem de 40 centavos por libra-peso.

A diferença de receita dos países produtores, entre os preços de 30 e 40 centavos é da ordem de 600 milhões de dólares por ano.

Esta foi a figura que apresentamos em Londres. Pedimos a atenção dos países produtores e exportadores de café para o fato de que aqueles estão recebendo uma receita adicional, em relação ao preço assegurado em 1963, de 600 milhões de dólares.

Ora, caso seja rompida a estrutura da estabilidade do mercado, considerando-se a produção de 75 milhões de sacas sobre o consumo de 50 milhões, fácil é prever que os preços de café retornariam, na melhor das hipóteses, ao índice anterior, ou seja, implicaria perda, nos países produtores, dessa receita adicional de 600 milhões de dólares.

Ora, técnicos dos mais idôneos organismos internacionais estimam que, se se aplicassem, sob a forma de investimento maciço, na economia dos países produtores, com problemas de produção, 300 a 500 milhões de dólares seriam suficientes para resolver o problema.

Que propõe o Brasil, então? Que os países produtores, tenham ou não problemas de produção, paguem uma taxa da ordem de um dólar por saca de café exportada, para um Fundo Especial de Diversificação dos países produtores de café. Isso implicaria numa arrecadação da ordem de 500 milhões de dólares por ano.

Proporíamos que esse Fundo fosse colocado sob a gerência de organismos internacionais idôneos, que não só manipularam os recursos, como também fixariam as diretrizes de fixação dos recursos de comum acordo com o conselho do Convênio e aplicariam os recursos para utilização maciça na economia dos países produtores.

Se o pagamento for feito durante 10 anos, sem um único aumento, haveria para os países produtores uma arrecadação da ordem de 500 milhões de dólares.

Com o volume máximo estocado para a solução dos problemas, mediante entendimento, poderíamos ter uma aplicação maciça de recursos no sentido da rápida diversificação da economia.

O Brasil, ao mesmo tempo que apresentou esse programa em Londres, entrou em entendimento com uma comissão interministerial, que os Srs. devem estar a par, formada pelos Ministros do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura, da Indústria e Comércio, em comum acordo com o Instituto Brasileiro do Café para criar diretrizes para uma racionalização da cafeicultura brasileira em moldes mais amplos.

Esse grupo está em plena função, e deveríamos ter, em futuro próximo, o primeiro relatório que identificará todos os problemas, sugerindo as primeiras medidas, e que se consubstanciará em duas partes. A primeira, com relação à aplicação de recursos para o perfeito conhecimento da economia cafeeira, porque a verdade é que o Brasil é um país totalmente despreparado em matéria de conhecimento de sua própria economia. Não temos cadastros, não podemos fazer previsões de safras, nem de climas, nem de misturas de solo; enfim, não temos bases sólidas sobre a

qual possamos assentar as deliberações da política de café.

Então, Srs. Senadores, a primeira parte será no sentido da aplicação dos recursos para o perfeito conhecimento desses itens. Quanto à segunda, diz ela respeito à destinação dos fundos de café para aplicação maciça nas regiões produtoras de café, com a devida investigação, assim como levantamento de créditos, em suma, todas as operações que venham a permitir se torne mais saudável a economia cafeeira nessas regiões.

A verdade, Srs. Senadores, é que o mundo está diante do desafio de fazer com que as operações de convênio se façam normalmente, permitindo o desenvolvimento da produção de café, necessária a sua vida econômica e eliminar, também, os excessos de produção que, a longo prazo, produzirão a derrocada não só da economia de preços como de todas as economias.

E' o que posso dizer, de antemão, prontificando-me, agora, a responder e prestar quaisquer esclarecimentos que desejem os Srs. Senadores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Ouvimos, com a devida atenção, as explicações iniciais de V. Exa., e agradecemos certos detalhes que desconhecíamos.

Entretanto, Dr. Leônidas Bório, perguntaria, em primeiro lugar, o seguinte:

Segundo estatísticas transcritas pelo Diário de São Paulo, o Brasil ganhou em dólares 1,7%, a Colômbia 29,9%, o México 106,4%, Salvador 21,9%, São Domingos 62,9%. Resumindo, o Brasil recebeu mais em dólares em 1964 do que em 1965, apenas 12.756.000 dólares, ao passo que a Colômbia recebeu 90.571.000. Em outros termos, a política valorizadora do Brasil assegurou à cafeicultura latino-americana uma receita, a mais de 210.362.000 de dólares, mas a receita do Brasil, ainda o maior produtor de café do mundo, foi de apenas 12.750.000 dólares, como se viu. Conforme amplamente noticiado, países estrangeiros, liderados pelos Estados Unidos, têm favorecido largamente as plantações de café na África, enquanto que nosso país continua em seu triste papel de guarda-chuva para proporcionar a essas plantações uma renda magnífica.

Minha pergunta é a seguinte: se o café já subiu para 36 cs. já estamos obtendo o resultado esperado. Tínhamos 18cs. na venda de 40 a 41. No entanto, se temos 36cs. o investimento, pergunto será um bom negócio que está forçando o Brasil a tomar posição?

II — Muitos estudiosos afirmam que devemos dar preferência à produção de cafés bons de bom paladar, a fim de enfrentar os tipos "robusto" da África. (Lé:)

O único meio de dominar o mercado em concorrência é ter uma reação de forma a enfrentar os concorrentes e os exportadores de café por debaixo do pano.

Ainda existem esses exportadores? A África, segundo parece, ainda os tem, e por muito tempo os terá (Lé:)

Se a África continua a plantar café em larga escala, o que necessariamente deve se basear em preços elevados do Brasil, se não tomarmos providências energéticas, corajosas e imediatas, o que será de nosso produto nos próximos dois anos, quando se sabe que a África deverá dobrar a sua pro-

dução, e mesmo com o aumento do consumo de café no mundo, a nossa situação será cada vez pior.

A informação que tenho é de que, nos próximos dois anos, a África terá dois pés de café para cada um dos atualmente existentes.

Não conheço o aumento anual, talvez seja de um milhão de sacas. V. Exa. nos dirá melhor. (Lé:)

3) Em lugar de queimar café ou de guardá-lo armazenando a preços elevadíssimos, que cada vez mais onera o produto, não seria melhor decidir pela exportação em larga escala, assim diminuindo a sofreridação dos plantadores africanos?

Há áreas, na Europa, em que se vende café bom, outras café ruim. Hoje, nos Estados Unidos, não se toma o café de há dez anos. Verifiquei agora, quando lá estive, que o café consumido é de má qualidade. Já foi excepcional, hoje é franco. Consome qualquer qualidade, porque os comerciantes querem e ganhar dinheiro. A Alemanha gosta de café bom, segundo estamos informados. (Lé:)

A essa medida, deve-se juntar a produção de tipos de cafés bons, através de Cooperativas especializadas, das quais queremos citar como exemplo a Cooperativa de Poços de Caldas, que vende toda a sua produção com relativa facilidade. Será uma forma de enfrentar, no mercado competitivo internacional, a concorrência de outros países. Venceu também pela qualidade.

Porque temos dois problemas: um, o estoque desvalorizado, que aliás este ano o Instituto resolveu comprar todo o estoque. Em vez de ver a qualidade, fizeram bica-corrida. Talvez um êrro do Instituto. Eu não sei; V. Exa. sabe melhor do que nós. (Lé:)

Todos sabemos que existem mercados para cafés bons e para cafés de má qualidade. E a posição do Brasil neste momento não devia ser de apurar o seu produto ao máximo, enquanto descarregaria os cafés ruins em mercados tradicionalmente menos existentes?

Por isso não podemos aprovar a política do IBC, que incentiva a política de abandono de qualidade em favor da quantidade, da maior produção de qualquer tipo de café.

Aliás é a informação que eu tenho e talvez esteja errada: que o IBC abandonou a política da qualidade.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Absolutamente.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — A informação que temos é que todos os brasileiros começaram a fazer bica-corrida e começaram a soltar no mercado.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Prestarei os esclarecimentos quando V. Exa. concluir.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator) — Eu lhe darei uma cópia, e depois o Sr. responderá. (Lé:)

Todos sabemos que todos os produtos de exportação do Brasil sofrem, de uma maneira ou de

outra, concorrência de outros países e desde minerais até os principais produtos agrícolas. O raciocínio, hoje infelizmente correto, de que é melhor para o país vender 12 milhões de sacas de café a 43 dólares, do que vender 15 milhões de sacas a 21 dólares, parece-nos errôneo, por que isso só faz incrementar os plantadores africanos, por exemplo.

Este é um ponto que também não conheço.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Absolutamente não acontece.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — É muito bom ouvir isso. Nossa medo é da América Latina e a África, em que dizem, que as promoções são tão grandes, que daqui a dois anos para cada pé de café produzido haverá mais dois produzindo.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Tentarei explicar o assunto não com referência à África como a Ásia, que está aparecendo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — (Lê:)

Todos os produtos agrícolas no mundo sofrem concorrência. Isso mesmo aconteceu agora com o açúcar, que apesar de ter três anos de déficit na produção mundial, num só ano teve seu preço desvalorizado de 200 para 35 dólares a tonelada. Ora, nenhum país no mundo pode produzir açúcar por menos de 90 dólares a tonelada, e mesmo assim nada ganhando com sua venda. Relativamente ao café, ainda o seu preço pode ser considerado bom para o lavrador, mas contanto que ele não tenha despesas desnecessárias com o produto.

Se lá fóra não houver recelo de que o Brasil tomará medidas sérias, e imediatas, continuaremos a perder, como agora, os mercados consumidores.

Fitas essas considerações, perguntamos:

1º) Qual a política que o Governo pretende seguir para solucionar o problema cafeeiro, sabendo-se que nossa exportação, no ano 64-65, não atingiu a 13 milhões de sacas? Isso sempre levando em conta que se trata de nosso principal produto de exportação?

O SR. LEONIDAS BÓRIO — É verdade; não atingiu.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — De se estranhar, principalmente tratando-se do segundo produto no mundo e o primeiro do Brasil. (Lê:)

2º) Qual a orientação do Governo, relativamente à nossa posição no mercado internacional? Por que não se faz a distribuição diretamente em todos os países?

3º) Por que se abandonou a sadia política de produção de cafés finos, pela de produção de quaisquer tipos de café?

Está ai uma coisa que não comprehendo. O Brasil nem qualquer país sul-americano pode distribuir seus produtos nos mercados consumidores.

Ocorre-me que, tendo em vista que V. Sa. pretende organizar um Fundo para erradicar o café na África e em outros países, poderia também fazê-lo no sentido de que nosso café fosse distribuído no Exterior.

Sabe-se que, nos Estados Unidos, uma libra de café alcança preço astronômico.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Quanto é que ela vale?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Oitenta e quatro cents.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O dóbro.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Depois tem o vasilhame, a distribuição.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — O lucro é grande. (Lê:)

3º) Qual a previsão relativamente à produção da safra de café para 1965-1966?

5º) Os países africanos, bem como os demais produtores estão cumprindo o acordo de café, exportando estritamente dentro de suas respectivas quotas?

6º) Quanto estará exportando a mais a África e outros países produtores, como a Colômbia e o México, no próximo ano?

7º) Qual o motivo por que não aproveitamos a vantagem de estarmos no momento, praticamente sózinhos, no mercado internacional de café, pois a competição da América Central e da África sómente começa a se fazer sentir de outubro em diante? Não atentaram para essa particularidade os técnicos governamentais em comercialização e exportação?

A safra da América Latina só começa em outubro, como da África e da Ásia. Podemos aproveitar esses meses, desde março até agosto para desenvolver um pouco mais a nossa produção e venda. Não foi possível?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Vou explicar depois. São detalhes mais incluídos no assunto.

Gostaria de esclarecer que o Governo está perfeitamente consciente do problema e foi exatamente procurando evitar essa dificuldade que estamos conduzindo nossa política internacional. O que tem provocado uma exportação percentual maior de nossos concorrentes ou uma receita adicional de nossos concorrentes em dólares. É justamente a deformação da oferta que fize ocasião de explicar. Se temos um mercado completamente não regulado, supõe-se que esteja totalmente aberto esse mercado e os 75 milhões de sacas de café possam ir ao mercado para atender a um consumo de cinqüenta milhões. Evidentemente que não há ninguém que consiga preços de certo remuneradores.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Esse estoque é de mais de cinqüenta milhões?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sem contar os estoques. Gostaria de dar um esclarecimento. Num mercado não regulado, apenas a produção anual é muito maior do que o consumo possível, de maneira que nós não teríamos como sustentar cotações de preços, de modo que o preço do café iria aos níveis do do açúcar e do cacau. Foi por causa disso que tentaram os instrumentos reguladores.

No passado o Brasil funcionou como instrumento regulador unilateral, retirando o contingente de café muitas vezes por interesse próprio de manter as receitas cambiais em níveis que pareciam essenciais e pouco a pouco evoluiu a idéia para que os demais países participassem do sistema de regulação.

Mas a verdade é que não conseguiu um instrumento que defendesse todos os países e não prejudicasse o Brasil. E foi esta forma de organização que encontramos. A única

maneira de se poder exportar a quantidade de café que lhe é locada a níveis de preços remunerados é a oferta estar ajustada à demanda.

De maneira que, depois de tantas críticas que tivemos este ano, o Brasil tinha que optar por sustentar no mercado unilateral, buscando todo esforço de regulagem internacional ou promover o preço no mercado internacional. Lutamos pela primeira.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas a África não exporta mais café?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO

— Há uma confusão sobre esse ponto. Os percentuais de exportação foram maiores, mas, na realidade, se no ano anterior se exportava 46,7 milhões de sacas de café e no outro 39,7 de sacas de café e as ofertas foram sendo diminuídas pelo corte de cotas. Na verdade, os quantitativos exportados não foram mais elevados por países concorrentes.

Evidentemente, se a oferta tivesse sido feita a níveis adequados à demanda.

Eles não teriam conseguido percentual maior que os permitidos pela boa ordem do mercado. Por quê?

Este ano, o Brasil ficou, nas suas exportações, com, aproximadamente, 4 milhões de sacas. É exatamente a diferença entre a costa e a exportação.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Permita-me o Dr. Leonidas Bório: estive nos Estados Unidos e verifiquei que a África, no gráfico de exportação de café, estava em situação ascendente.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Já ultrapassou a 17 milhões de sacas.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não. A África continua exportando a sua cota de 11 milhões.

O SR. JOSE ERMÍRIO (Relator) — Mas estão produzindo 17 milhões de sacas.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — A África tem um estoque, como o Brasil tem um estoque de 33 milhões de sacas.

Estamos incorrendo em um erro de omissão. A África tem alcançado maiores exportações principalmente com o café solúvel.

A África, hoje, está atingindo o patamar de ofertas, e o que provoca a alta de preço do café dos africanos é que há escassos desses café, provocada pela regulagem da cota.

Estamos aqui discutindo um ponto contraditório. O africano tem café adicional, e se ele pudesse vendê-lo ao mercado livremente não estaria com seu preço, hoje, em ascenção. E está em ascenção porque o Brasil conseguiu um instrumento que impede que eles vão ao mercado.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Convém não esquecer que 350 milhões de dólares de capital americano está lá dentro.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Para dar um pouco de ordem à minha explicação, devo mais uma vez repetir o seguinte: este ano, pela primeira vez na História, temos uma oferta possível de cafés ao mercado consumidor mais ou menos ajustada à demanda. Digo mais ou menos porque não há maneira de, a priori, saber se ela é exatamente necessária à boa operação. Mas, dos 48,5 milhões de sacas do ano anterior, ou da oferta do ano passado, para os 46,7 milhões

deste ano, há um grande problema. Se desses 47%, os preços vierem a ser reduzidos em 2,7, haverá o total de 41 milhões de sacas. Ora, o mercado vai precisar absorver no momento 41 milhões de sacas de café. Então perguntaria se esses 41 milhões serão suficientes, ou não. Não são suficientes. Então o que é provável é que essa cota de 46,7 seja ampliada, mas com preço em ascensão, o que significa que o Brasil e os demais produtores poderão receber receita remuneradora e aceita pelos consumidores como razoável e, ao mesmo tempo, terão condições de exportar o seu contingente.

Para esse ponto peço a atenção especial dos Srs. Senadores: se as cotas são de 43,7 e o consumo é de 43,7 — isto é uma suposição — e se desses 43,7 o Brasil tem 38,8% e não há onde buscar o café, eu pergunto, se não é possível o Brasil exportar sua cota?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — A não ser que a África mande para o Brasil...

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — O segundo ponto era a falta de policiamento a oferta não era ajustável, porque havia falta de policiamento.

O País que exercia liderança no mundo ocidental, não tinha aprovado a legislação adequada. Aprovada ela estava encontrando grande ceticismo em relação ao convênio, que foi modificado, no momento em que o Brasil foi a Washington — fui como representante do Brasil. Fizemos uma pergunta ao Secretário de Estado, Sir Thomas Mann: Sr. Secretário é possível que o Brasil continue não exportando café? Ele respondeu, não! A alternativa é o Brasil mudar sua política. — Quals as consequências que isto trará à economia de países produtores de café, como a Colômbia, Guatemala e a Costa do Marfim? Desastre, respondeu S.S.

Então qual é a solução? É o seu Governo passar a colaborar com o Brasil, no sentido de aperfeiçoar o convênio, principalmente na parte de policiamento. Esse, realmente, o caminho seguido pelo Governo americano. A partir daquele momento aprovaram a lei complementar e assumiram o compromisso formal de exercer o efetivo controle da entrada do café, e passamos a ter o certificado de origem em operação.

Além disso aprovamos o regulamento de regularidade, o regulamento de cotas extras, e temos o efetivo controle. Aliás, nesse último ano, não houve sensíveis infrações, apenas pequenos fatos de menor importância.

Então a pergunta: com o mercado ajustado, como poderá o Brasil exportar seu excedente, para os países consumidores como os Estados Unidos, a França, a Alemanha, principalmente para os países escandinavos?

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Permita-me, neste ponto, um aparte.

O Brasil tem mais condições para vender que os outros países. Quem pode comprar, pode vender; se compramos muito, podemos vender muito. É o caso da Suécia e da Noruega, por exemplo. Por que não compramos coisas úteis ao Brasil e não vendemos mais?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Se fosse verdade, não teríamos tido, no decorrer do ano, a decisão do Brasil e de outros países, o instrumento regulador. Foi a dificuldade que levou à conceituação desse instrumento. O Brasil ainda sofre de

Certas dificuldades na venda de cafés e outros países. Apesar do país subdesenvolvido, ou melhor, de país em processo de desenvolvimento, o Brasil é um produtor industrial.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Industrial, mas importa. O Canadá, grande país industrial, importa cada vez mais.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — A Colômbia tem, ultimamente, feito exportações para Israel, recebendo, de lá, os jipes.

O Brasil tem um mercado com Israel, mas o menor fixado, porque não pode fazer operação semelhante.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Israel é país insignificante, não tem quatro milhões de habitantes.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Os países socialistas — Iugoslávia, Hungria, Tcheco-Eslováquia, Polônia — que tentam exportar seus produtos industriais, precisam comprar café e querem comprar. Mas a verdade é que não têm o que vender. Têm o problema de como pagar. O crédito tem limite. Então, é a dificuldade que um país, já em processo de desenvolvimento, encontra na colocação dos produtos primários.

Pediria licença a Vossa Exceléncia para insistir num ponto. Grande dúvida ocorre: se o Brasil vai ou não exportar seus contingentes. Penso que o Brasil o vai fazer, porque, vejamos bem, no ano passado, mantivemos a política de preços rígida. Mas não o estamos mais. Colocaremos o preço do café brasileiro de modo a permitir o Brasil exportar seus contingentes sob cotas. Se encontrarmos dificuldades para colocar uma quota trimestral, reduziremos o preço do café.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Pergunto a Vossa Senhoria o preço de 36 centavos para o robusto da África não é prejudicial ao Brasil?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Quando mais aproximado o café africano do brasileiro ...

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Se o vendemos por preço abaixo do africano e se fizermos ...

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Quando vendíamos muito café, o africano estava com seus preços altos. Quando os preços baixam, é que se torna extremamente competitivo para o Brasil, porque a mistura de café suave com café africano substitui em certo grau os brasileiros.

Quanto mais favorável for a combinação de preços desses dois cafés, mais fácil será tirar o Brasil desse mercado. Quando os suaves estão num nível em relação ao africano, diminui a área de competição e é a razão pela qual as exportações brasileiras estão evoluindo para a normalidade.

Fomos um exemplo disso, a medida que forem cancelados os cafés expostos isso acontece a curto prazo — iniciou-se em maio e um junho houve a primeira rebaixa — a partir de julho as exportações começaram a evoluir tanto que no trimestre junho-setembro, tivemos um período negativo, 4 milhões e 100 sacas, contra 4 milhões e meio que seria o normal ...

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — No ano passado expor-

tamos pouco e a política já estava em vigor.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Com licença, Senador, eu falo o seguinte: no ano de 1964 que se encerrou em 30 de setembro, foi negativo o resultado sob o aspecto de exportação, foi proveitoso sob o aspecto de preço, porque à medida que conseguimos elevar os preços, nós vimos as exportações brasileiras passarem a evoluir ...

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Com relação ao ano anterior.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — ... voltando à normalidade o que para nos são 4 milhões e meio. Nesse trimestre, o trimestre corrente que é o primeiro do ano convenio, deverá ser normal e as exportações são normais. Devemos exportar, todo mês, 4 milhões e meio de sacas.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Qual seria o total, no ano?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Nossa cota é de 16 milhões e 300 mil sacas. Naturalmente, atua em relação ao total. Temos mais 1 milhão e 100 de exportação no mercado nas sob cotas. Somem, então, 18 milhões de sacas.

Esse é o objetivo que deverá ser conseguido e conseguido mantendo-se a liberação cambial e o quantitativo. Esta é a pedra fundamental da nossa política.

Só podemos trabalhar obtendo receita cambial adequada no mercado declinante e não no mercado ascendente, como tivemos em '63, por força da queda. Fora disso, temos preços declinantes.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Infelizmente, todo regulado para produtos da indústria mundo só cresce com cartéis; cartéis de agricultura. Há, porém, uma coisa: no caso do café, o acordo, que tem reduzido a exportação do Brasil, tem beneficiado nossos concorrentes, em volume. Qual seria o meio de evitarmos que tal fato continue ocorrendo?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Esse é o nosso objetivo fundamental ...

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Se no ano que vem a África, ao invés de 17 milhões, tiver 22 milhões?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Vamos chegar lá. É a segunda parte do programa, se tivermos terminado, como disse, uma primeira etapa de trabalho, que foi a etapa de obter um instrumento que regulasse a oferta.

Temos agora um segundo problema, que é a produção excedente, em relação à oferta, em relação ao consumo e não devemos ter nenhuma flutuação. Poderemos afogar nesse problema, sepultados em uma maré de café.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — É bom que V. Exa. o diga.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Sabemos que há o problema, sabemos que o mercado não vai resolver porque o mundo não vai consumir mais café, pelo fato de se produzir mais café. A solução seria a despesas diversificarem suas economias cafeeiras.

Essa diversificação é um problema seríssimo, não só técnico, como político e social. O Brasil é um país democrático e não pode fugir à diversificação.

E' preciso que haja uma ajustagem da produção ao consumo, uma disciplina.

Não é justo que o Brasil erradicue sua produção e os demais a ampliem e venham mais tarde requerer aumento de seus contingentes.

Isso tem que ser posto num contexto interno assim e os anos lutando para essa providência à luz da razão.

Se os países têm essa receita de 600 milhões de dólares que nos dão um cenário climático, achamos que devem ser desperdiçados para retornarmos ao nível de preço anterior e continuarmos com o problema do excesso de produção. Isso é o fundamental. Mais fácil é irmos ao mercado, do que os preços declinarem, porque, não se incentivando a produção dos nossos concorrentes, talvez a África e outros países produtores de café não tivessem interesse em produzi-lo. Não acredito nisso porque esses países têm sua economia vinculada à produção cafeeira, a qual subdivide para a manutenção de suas exportações, inclusive através processos inflacionários.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Disse V. Exa. no início, Dr. Leônidas Bório, de que deveríamos voltar a apreciar o desenvolvimento da lavoura cafeeira não sólamente na África como na Ásia. No caso desse preço de ouro, e poucos centavos de libra peso, não traria, como resultado, um maior interesse de outros países que até agora pouco ou nada produziram e que necessariam, também, a proliferação café para abreviar sua inclusão no abastecimento?

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Exatamente.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Isso, naturalmente, porque o café, na verdade, nos parece que alcança um preço altamente remunerador. Entretanto, a nosso ver, isso faz com que países que não produzem café passem a se interessar pela produção cafeeira e, nesse caso, essa cota será ainda mais restrita.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR HERIBALDO VIEIRA) — Aliás, já prestei esclarecimentos nesse sentido outro dia, dizendo que em nosso próprio País, Estados que não produziam café já estão iniciando a plantação desse produto.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Exatamente, Sr. Presidente, ainda no oeste paranaense, zona atingida pela seca e onde estive há poucos dias, observei que no Distrito de

Chateaubriand, no Município de Toledo, há uma euforia extraordinária em torno da plantação de café, quando deveriam plantar feijão, milho.

Que se plantasse feijão, milho, gêneros alimentícios.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Na realidade, os preços internos do café, no Brasil, são muito altos.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Tendo reclamado da tribuna do Senado no sentido de que o Governo tem, de certo modo, reajustado o valor monetário para os produtos de exportação como o café, o algodão, enquanto que nada tem feito com relação aos gêneros alimentícios. A tendência geral é plantar café porque o Instituto compra os excessentes. Não há tendência para o plantio de feijão, milho e outros gêneros alimentícios.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Assim, com relação ao trigo, que nos obriga a importação anual da ordem de 250 milhões de dólares.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Voltando à opinião do Senador Atílio Fontana, o preço do café é realmente remunerador com relação ao custo da produção. Mas, não podemos agir com imaturidade, para perder uma receita que nos é fundamental.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Mas os excessentes criam outros problemas.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Temos a Indonésia, a Índia e outros países de clima quente que poderão produzir o café e obter mercado.

E' o ponto fundamental, senão temos, hoje, em Brasília, assinado o tratado de óbito da cafeicultura.

Vejam V. Exas. o problema do açúcar. Apesar do preço baixo, o país continua produzindo. Ontem, vi artigo sobre o incentivo que a Colômbia está dando à produção, apesar de o açúcar ali ter atingido o mais baixo nível de preço, desde 1880.

Mas estou de acordo com sua preocupação, Senador. Provavelmente é tema de alto debate, no Brasil, o preço do café ainda é bastante remunerador ou, pelo menos, muito diferenciado em relação aos preços dos demais produtos.

O SR. SENADOR NELSON MACCULAN — Discordo de V. Exa.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não afirmei, Senador, disse que provavelmente.

O SR. SENADOR NELSON MACCULAN — Observemos o que ocorreu no Estado do Paraná. Acompanho o desenvolvimento da cafeicultura, sou cafeicultor, posso falar com experiência própria. Estamos nos descapitalizando. O preço do café não tenta mais os lavradores. Defendi também a tese da diversificação da produção agrícola, de acordo com o Senador Atílio Fontana, mas é preciso uma reformulação na política agrária do Brasil. Ninguém planta café porque acha a planta bonita.

Procurei, no café, um incentivo remunerador. No momento em que a mesma área de café for coberta de outras produções, e ensejar ao cafeicultor o mesmo incentivo, evidentemente nós todos mudaremos.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Esta é a minha tese.

O SR. NELSON MACCULAN — Mas não podemos liquidar com a cafeicultura nacional.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Presidente) — Ninguém pretende liquidar.

O SR. SENADOR NELSON MACCULAN — A minha tese é a seguinte. Não há superprodução, mas subconsumo de café no mundo.

O Sr. vê, pelo levantamento de consumo per capita em três ou quatro países: na Alemanha, o consumo per capita não chega a 3 kg. Mais por que não chega? Porque existem certos entraves.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — O próprio Governo tem taxação excessiva.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Pediria licença, porque senão irá

perder completamente o fio do raciocínio.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Presidente) — Vamos ordenar os trabalhos. Cada Senador faz suas interjeções, e o Dr. Bório as responde.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Fui dos que combateram o Acordo no Senado, e os meus colegas sabem porque. Porque os países consumidores não terão obrigação muito grande, muito acentuada, para apenas importar café dos países de origem. Essa lei votada pelo Congresso Americano, ao meu ver, não reforçou em nada o Convênio. Ao mesmo tempo em que o Congresso ratificava, havia uma brecha; no momento que o preço do café fôr especulativo, os Estados Unidos podem denunciar o Acordo. Por isso acho que temos que lutar por esse Acordo, mas com uma força maior. Como também combati o Acordo aqui, e está nos Anais do Senado? Porque acho um absurdo um Acordo firmado por produtores e consumidores, onde a participação dos países não signatários do acordo dos produtores decide e têm situação privilegiada nos países consumidores. Acho período que o café deve ser equacionado em termos universais. Não podemos negar a existência da cafeticultura na África, que estão mais bem atualizada que nós. Acho que o convênio se reforçaria com a obrigação de os países consumidores só importarem determinadas cotas dos países produtores. Exemplifico: os países da África exportam café para os Estados Unidos — o certificado de origem vai para a Junta e ela não tem um instrumento de sanção para punir os infratores. A sanção que existe é muito aleatória.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Acho que V. Exa. está um pouco desatualizado sobre o convênio.

Estou de acordo em que, talvez, o café não seja um produto pago bem ou demais. Se houver melhor distribuição de recursos na área, teremos mudanças, o que já está ocorrendo. Conheço um grande caficultor no Paraná que está plantando, com sucesso, alternando seja o trigo, que, para a remuneração, é maior do que o café.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO (Relator) — Acredito que no Paraná, onde pioram geadas razoáveis, a rotação de cultura entre soja e trigo a setenta e dois dólares a tonelada é um grande negócio para o produtor. O GERCA financia o açúcar a vinte mil cruzeiros por saca. Não é possível as usinas, com apenas quatro ou cinco anos, auferir lucros. Portanto, é melhor que se dedicuem à plantação de trigo e feijão-soja.

O SR. LEONIDAS BÓRIO — O programa de diversificação implica em investimentos macios, incluindo-se o armazenamento, transporte, assistência técnica, e todos os instrumentos na universalização em parte o Governo do Estado do Paraná tentou fazer com recursos próprios.

A experiência, no Paraná, é no sentido de que a diversificação, conforme já teve início lá, inclua energia, estradas, armazéns e financiamento aos agricultores.

Com relação à observação do nobre Senador Nelson Maculan, tenho a dizer que, efetivamente, em Londres, foi aprovado, na última reunião, resolução da mais alta importância, proposta pela delegação dos Estados Unidos.

E' a seguinte: o Art. 45 do Convênio prevê que, se os países não

membros do Convênio estiverem exportando mais do que 5% das exportações globais do café, os países consumidores são obrigados a estabelecer quotas para os outros países. Esta é a tese da delegação americana.

O SR. SENADOR ATILIO FONTA-Deste modo, os países consumidores de café se obrigam a estabelecer mecanismo econômico e de controle, máquina interna para o melhoramento de suas importações. E, se estas atingirem a 5%, passa a entrar em vigor o controle sobre as quotas no contingenciamento automático da capacidade de exportar dos países-não-membros para os países-membros consumidores.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Permita-me, V. Sa. uma pergunta. Aqui estou a título de colaboração apenas. Quais os signatários do Acordo, que exportaram? Tengo aqui, um anuário de 1954, quando houve uma exportação igual praticamente com diferença de duzentas a poucas sacas de café, para os Estados Unidos e Europa. Por que nossa posição foi desvantajosa, uma vez que os nossos concorrentes venderam além de suas cotas?

Repto que não vim aqui para discutir, apenas para colaborar. O assunto é de interesse de todos os brasileiros. Costumo dizer que quando o café vai mal, abala o nosso desenvolvimento. Creio que ninguém no mundo pode trabalhar por conta própria, nos dias atuais. Mas é preciso respeitar os direitos de cada povo. Os países que exportam além de suas cotas, deviam ter o mesmo mecanismo dos países não signatários; devia ser válido também para eles esse mecanismo. Levar o problema para as confabulações apenas, terminam perdendo-se no passado e continuando a coisa como está. Aí, os prejuízos dos países que cumprem a sua cota, como o Brasil, são irreparáveis.

Dai a minha sugestão para que também esse mesmo dispositivo seja aplicado para continuar a funcionar com os nossos signatários. Teríamos praticamente a exportação ordenada e coordenada no sentido do bem estar de todos os países.

O SR. LEONIDAS BÓRIO — O objetivo das delegações brasileiras no convênio tem sido exatamente o de aprimorar os mecanismos de policiamento e de penalidade do convênio. Encontramos o convênio enfraquecido, mas o importante — e chamou a atenção de todos os Srs. Senadores — é que haja um sentido de aprimoramento. Se estivéssemos, ao contrário, vendo o acordo sendo debilitado, é que seria motivo de grande preocupação. Há um grande sentido de aprimoramento, principalmente para participação hoje muito grande dos países consumidores.

Quero lembrar que na última reunião em Londres os países consumidores votaram com o Brasil, em todas as resoluções — mil votos em mil — reforçando a política, disciplinada e imatura (?) do Brasil. Foi fato importante da história do convênio. Estamos com várias causas em curso no convênio. Além do controle do artigo 45 que acabei de explicar, além da exigência cada vez mais intensa do certificado de origem além do compromisso formal dos consumidores de fiscalizarem a entrega do café, nós estamos estudando também e há um grupo de trabalho no momento em curso para que os certificados tenham o controle de uma agência internacional idónea. Está em discussão, inclusive o uso da "suvervance" da Superintendência, para que esses certificados sejam autenti-

cados na origem, sejam controlados na chegada e sejam computados em Londres eletronicamente para pronta apuração de infrações e de penalidades. Agora, no último ano encerrado em 31 de setembro, foi o de menor infração da ordem de um milhão de sacas.

De maneira que é um grande sentido os países estão compreendendo que as ofertas irregulares estão deprimindo o mercado, estão compreendendo que a continuidade das disciplinas fará o Brasil a mudar a sua política, talvez de forma emocional, causando a desgraça coletiva.

De modo que estamos percebendo que o Acordo é um instrumento necessário, sem o qual a economia do café vai sofrer um novo impacto.

Não tenho dúvida de que esse instrumento, ou semelhante, não pode deixar de existir no mercado para regular a oferta.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Presidente) — Pelo que o Senador Nelson Maculan disse, tenho a impressão de que ele acha que não há no Acordo Internacional do Café uma reciprocidade desejada. O Director-Gerente da Cooperativa de Caficultores de Ribeirão Preto, Sr. Waldemar Angelo Pardi, também assinou que o convênio mundial se ressentia da reciprocidade necessária e inevitável dos acordos internacionais.

Pelo que vejo, parece que V. S. reconhece isso em parte, isso pois dirá que há um trabalho no sentido de se melhorar, até chegarmos a um resultado satisfatório.

O SR. LEONIDAS BÓRIO — Sr. ...residente, encontramos o acordo em vigência. Foi aprovado pelo nosso governo e ratificado pelo Congresso, com todas as suas franguesas fráquezas que foram aparecendo à medida que é executado. Os que o redigiram e aprovaram, naturalmente, estavam certos de apresentar um instrumento acabado. O acordo, porém, tinha falhas sofri esses problemas de ordem política. Devido o acordo, encontramos um certo ceticismo nas áreas consumidoras. Na verdade, as nações que assinaram o acordo são nações em desenvolvimento e que pensam poder desenvolver-se na indisciplina.

acham que o retorno ao clima anterior poderia resolver o problema. No entanto, as próprias nações consumidoras têm trabalhado com o Brasil, como Estados Unidos Alemanha e Suécia. Fato surpreendente, a regulização partiu dos Estados Unidos.

Apesar de saber que o acordo é um instrumento incompleto, tenho a impressão de que é um instrumento de aprimoramento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Se bem entendi, V. S. pretende justificar o fato de nem sempre termos alcançado as nossas cotas de exportação, assim agindo calculadamente para forçar a alta dos preços e redução do consumo mundial que, afinal — segundo V. S. declarou — balhou para 43,5 milhões de sacas. E isto?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Não me referi a consumo; falei em exportação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — Sim, mas baixando as cotas mundiais de exportação. Isso melhoraria o preço e, talvez por isso, o Brasil, propostadamente, não tenha exportado sua cota. E esta a razão de não termos alcançado nossa cota?

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — A explicação que dei, é a seguinte:

um mercado em que a oferta é maior que a demanda, o país ou os países que mantiverem a política de preço mais ou menos rígido sustentando o mercado, arcarão com o onus da sustentação.

Era a política que o Brasil vinha adotando há trinta anos, e a medida do café por força das circunstâncias. Agora ele abandona essa política porque acredita ter encontrado outro mecanismo mais satisfatório. De fato, hoje o Brasil pode se dar ao luxo de alterar os seus preços sem com isso influir no mercado negativamente, como era no passado.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Há pouco mais de um mês na gestão de V. S. foi feita uma resolução que garantia ao importar...

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — V. Exa. refere-se à baixa de preços na Bólsa?

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Não se pode vender café a 38,45 centavos. Eu por exemplo tive o menor incentivo em vender café para o vendedor do que para o IBC.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Nobre Senador, semana passada conversei com vários exportadores, os principais exportadores em Santos, e todos eles demonstraram seu otimismo, pediram que o IBC não modificasse sua estrutura vigente.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Tenho em mãos a Carta Semanal do Mercado do Café. É Carta publicada semanalmente, representando o mercado físico da Bólsa. E a síntese de todo o mercado de café.

O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Hoje o preço do café evoluiu para 28,25, o que permitiu que na estrutura interna, alguém exportasse café.

Mas vamos para outra área, a formação de preços internos no Brasil que sustenta os preços, não só garante o financiamento, como a compra. Na realidade, por deficiência ainda da estrutura do I.B.C. e também da Carteira especializada do Banco do Brasil, temos Estados produtores, principalmente o Paraná, que vendem café abaixo do preço de garantia. Há poucos dias um produtor de Minas Gerais vendeu café à Cooperativa, entregue ao armazém do I.B.C., abaixo do preço de garantia. Assim, o comerciante que compra café abaixo do preço de garantia, tem condições, também, de vendê-lo por preço mais baixo.

E o que estava ocorrendo. Encontramos algumas companhias estrangeiras, no interior, arbitrando preço no exterior, dando, assim, uma deformação no preço externo do produto.

Há produtores que não gozaram da mesma facilidade, ou não tiveram a mesma eficiência. Uma cooperativa, por exemplo, tem de dar ao seu cooperado o preço mínimo, que o Instituto Brasileiro do Café garante. Se esse preço mínimo é maior do que a cotação externa, fica a cooperativa impossibilitada de vender. Temos de vender, mas isso nada tem que ver com a política brasileira de café. E' uma deformação conjuntural ou estrutural.

E' conjuntural porque é uma circunstância qualquer. Estamos, porém, atentos, procurando corrigir.

Em Santos, no momento, não há essa deformação. As exportações muitas vezes regulares e os produtores obtendo preços muito bons.

Em Paranaguá, de fato, havia esse processo. Acreditamos, todavia, que

irá pouco a pouco se recompor. Terão que voltar a comprar em Paranaguá. Estamos acompanhando o mercado dia a dia, com os torradeiros americanos, sabendo que se prepara a voltar a Paranaguá, o que forçosamente levantará o preço.

**O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO** — Sr. Presidente, minha primeira pergunta: é séria a ameaça que o produto agrícola sofre do café sintético ou de outra forma de produto industrializado?

**O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — Não há, até o momento, nenhuma evidência. Sofremos muito, mas aí agora era a concorrência do café de má qualidade. Na realidade, com a introdução em larga escala do café solúvel, tivemos a entrada violenta do café robusta, sem aroma. O ato deve caracterizar uma reversão no estudo de coisas. Tivéramos contatos pessoais com os principais torradeiros americanos, e encontráramos grande ceticismo com relação à qualidade. Diziam: o que vendemos é preço, está acabado. Atualmente, encontramos grande evolução, achando elas certa a tese que defendímos: que a má qualidade, nos Estados Unidos, estava provocando, estava causando no mercado não o seu crescimento, mas o declínio. Dêramos ênfase ao fato, e disseram: vocês estão cavando a própria sepultura no comércio do café. Devem voltar à qualidade. Estamos recebendo informações de que tal ocorre agora. Um grande torrador americano — não estou autorizado a declarar o nome — que há muitos anos se afastara do Brasil, retornou ao nosso mercado, na convicção de que tivera de modificar seu lema

**O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA** — Eu observei, quando estive nos Estados Unidos, os próprios industriais americanos me disseram que o café africano fez com que houvesse retração no consumo, daí a necessidade de comprar café latino-americano.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira)** — Antes de prosseguirmos, o Diretor da Cooperativa de Ribeirão Preto disse-nos aqui, que o IBC não estimula, absolutamente, a melhoria do tipo, a higienização do café. Ele nos declarou isso aqui e, no entanto, V. Sa. está dizendo que o pensamento é de procurar melhorar o tipo.

**O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — Vou dar só uma informação que me parece perfeita para esclarecer a dúvida...

**O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira)** — Dúvida levastada com a declaração do Diretor da Cooperativa de Ribeirão Preto.

**O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — Nós exigimos que as exportações de café se façam do tipo 5 para melhor, o que indica o interesse do IBC em promover a melhoria do tipo, e conflita com a informação do Sr. Pardi.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira)** — Acrescentou o Sr. Pardi que o sistema cronológico de exportação e não o de livre trânsito, faz com que o Instituto misture os diversos tipos e não favoreça aqueles que procuram dar um tipo melhor de café.

**O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — Sr. Presidente, o livre trânsito é assunto sobre o qual há opiniões conflitantes: as Cooperativas defendem o livre trânsito porque, como elas preparam seus cafés no interior, não têm armazéns próprios. Elas teriam, en-

tão, direito de levar os cafés para bordo, sem passar pelo cumprimento da ordem cronológica e nos armazéns. Por outro lado, o comércio reclama que esse fato de as cooperativas tirarem do mercado os cafés mais baixos do Brasil é que dá aos nossos concorrentes vantagens, porque não conseguimos cafés com preços e qualidades adequados.

O ano passado, o IBC manteve a estrutura tal como a encontrou: ordem cronológica de café para o comércio e livre trânsito para as cooperativas. Mas nos parecia uma situação discriminatória para um e para outro. Este ano, fizemos uma modificação fundamental e que em certos círculos ainda não foi bem compreendida, inclusive na área dos cafeeicultores. E o seguinte: os cafés são registrados, são depositados em armazéns gerais ou de cooperativas, mediante um recibo, ou despachados. Com esses documentos são registrados na agência do IBC. Essas datas, então, é que são válidas para a liberação para exportação. Mas o café pode ficar depositado em qualquer momento, atendendo dessa maneira, aos reclamos das cooperativas. Por outro lado, eliminou-se o livre trânsito, puro e simples, atendendo aos reclamos do comércio. Em outras palavras, hoje, qualquer entidades exportadores — comerciante ou cooperativa poderá preparar seu café, depositá-lo, registrá-lo e exportá-lo com livre trânsito, como liberado.

No ano passado as próprias cooperativas propuseram um acordo com o IBC para evitar os efeitos depressivos no mercado da oferta de café em qualquer volume, para que o livre trânsito fosse liberado por quotas.

Os detentores de café podem, à medida que os cafés forem sendo liberados, exportá-los de qualquer ponto em que elas estejam armazenados, combinando a ordem com o livre trânsito. Essa prática tem aprovado e feito sucesso. Não tem havido nenhum inconveniente.

**O SR. SENADOR NELSON MACHULAN** — Pedo que sei isso ocorre somente com as cooperativas. Qualquer firma pode depositar no armazém e entrar na ordem cronológica?

**O SR. DR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — Não. E' o seguinte. Todos os cafés são depositados. Então o IBC avisa que todos os cafés de julho, agosto, setembro, por exemplo, estão liberados para exportação. Os detentores desse café podem liberá-los com livre trânsito.

**O SR. SENADOR NELSON MACHULAN** — Mas não é livre trânsito. Quando atinge a ordem cronológica o café é apenas liberado da sua retenção.

**O SR. DR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — Não tem que ficar no seu encaminhamento passado. O café pode estar depositado em Bauru ou em Londrina, digamos, e o Conselho poderá apreciá-lo; assim o Governo poderá saber qual o café depositado a qualquer momento, seu montante e a localização, isto é, em que porto.

**O SR. SENADOR NELSON MACHULAN** — Perdão-me V. Sa., as in-

terrupções seguida, mas quero aninhar nós preferimos dar a regulagem indireta, controlando a liberação e controlando o limite por porto, e permitindo que o brasileiro vá competir com o estrangeiro, que esta é a principal condição. Este o motivo de não ser vendedor. Então por exemplo, eu como comprador, fico especulando na dual.

**O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIC (Relator)** — Há um fator que deve ser lembrado. Os cafés nos portos descoloram muito mais rapidamente, o que no interior. Isso pode ver quando estava na Companhia Paulista de Estradas de Ferro: os cafés de Trapina estavam perfeitos; foram para Santos, perderam seu valor. É um fator importante a ser considerado.

**O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — Sr. Senador, estamos fazendo todo o esforço para que o estoque de cafés nos portos seja limitado, principalmente os cafés do IBC. Tanto que ultimamente fizemos uma análise econômica e verificamos que valeria a pena pagar despesa de transporte para fazê-los retornar ao Planalto, para evitar caruncho e desmerecimento. Porque as taxas de armazenagem no interior são mais baixas.

**O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA (Presidente)** — Parece que o Senhor não respondeu, ainda dentro do âmbito da pergunta do Senador Feliciano, se o Instituto não estimula a melhoria dos tipos de café.

**O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA** — Para os tipos 3, 4 e 5 o Instituto paga um preço só.

**O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — É o seguinte. Nós pagamos um preço, no chão, para café tipo 5 para melhor. Porque temos grandes dificuldades com nossas máquinas fiscalizadoras, e grandes diferenças de café. São muito diferentes para serem fiscalizados e controlados.

O IBC está interessado em aprimorar os tipos de exportação. Este ano não estamos permitindo a exportação de qualquer tipo. Estamos fazendo seleção dos cafés que, normalmente, se encaminham ou para estoque ou para o mercado. As principais cooperativas e os produtores estão selecionando cafés melhores para manter no registro de exportação. Os cafés despolpidados estão, inclusive, isentos de pagamento de cotas, o que é um incentivo à exportação.

**O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO** — Qual a situação atual do Fundo de Reversão do Café, aquela que é entregue ao Ministério da Fazenda e colocado no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

**O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — V. Exa. se refere ao Fundo de Defesa do Café. Ele está sob o controle do Banco Central. Esses recursos, inclusive, no passado, não estavam sendo contabilizados numa conta independente. O IBC, nesta administração, está fazendo estudos de comum acordo com o Banco. Mantemos total controle dos recursos, lançando desembolsos de financiamento, etc. Justamente o saldo deste Fundo servirá para manter os preços externos estáveis e o fluxo quantitativo regular de exportação. Pretendemos utilizá-los do seguinte modo: em vez de os devolvermos ao produtor, pretendemos devolvê-los, total ou parcialmente, através dos investimentos.

**O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO** — O Fundo de Reversão será harmonizado com essas atividades ou terá ação imediatamente?

**O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO** — É intenção do Governo vincular esses recursos ao programa.

Já o Fundo Internacional estabelece pagamento em dólares e o Fundo de Reserva em cruzeiros. Pretende-se, pois, que os recursos nacionais tanto como os internacionais sejam aplicados na programação.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — E a fixação da quota não impede a expansão do mercador consumidor?

O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO — Na realidade, quando os preços de café atingem níveis muito elevados, há grande tendência para a restrição do seu consumo.

Realizamos, nos Estados Unidos, grande campanha contra os preços que ali atingiram nível alto. Não temos dúvida em que o preço do dólar seria satisfatório para o consumidor de país rico. Mas já caracterizei muitas vezes, o Brasil como um País que encara a questão de modo realista. Nossa País não criou empecilho ao aumento de consumo, e nossos preços são aceitáveis para qualquer dona de casa, isto é, para quem consome.

Agora, temos uma figura muito cara, que é o subconsumo, principalmente por má qualidade e má promoção, a par de milhões e milhões de dólares com despesas de propaganda.

No momento, estamos enviando todos os esforços neste sentido: conseguimos colocar o Fundo de Propaganda, que tem 7 milhões de dólares, no corrente ano, para operar no mercado. Não é muito dinheiro mas o suficiente para as primeiras reivindicações de condições no mercado, de como orientar bem a propaganda. A tendência — e, no Brasil, tem liderado — é que os países paguem mais recursos para a propaganda do café como bebida, de modo que seja feita em maior escala, no mundo.

O Brasil realiza atualmente pesquisas de como orientar a sua propaganda. No passado, tivemos, infelizmente, resultados negativos em nossa propaganda, porque não foi bem planejada e foi muito diversificado o mercado. Temos de vincular a propaganda nacional à internacional; esta, fazendo a propaganda da bebida, do café, em conjunto; o Brasil, com o seu café, desde que consiga a fórmula. Pedimos a uma Companhia idônea que estudasse os meios de o Brasil bem difundir o seu café.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Mas a Colômbia faz propaganda, promoção do seu café, nos Estados Unidos, em todo o mundo.

O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO — Senador, posso dar um testemunho pessimal.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — Nos Estados Unidos, o café colombiano tem aceitação 100%. É muito boa a aceitação e um dos cafés melhores reputados como em várias partes. Julgo que se tem muita causa para fazer em matéria de promoção de café e de um certo modo tem havido uma promoção mal orientada. Se analisarmos bem, no mundo inteiro predomina o trust do café, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália, grandes firmas monopolizam a distribuição do café. Lançam as suas marcas e gastam milhões de dólares em propaganda e qual o objetivo? Comprarem matéria prima mais barata para poderem fazer face às despesas de promoção. Andamos pelo mundo inteiro e vimos que o café é misturado, como faz o italiano. Há muito erro, também, nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos há um consumo maior e o consumo da Europa é baixo.

Então, comprehendo que a maior co-operação dos países importadores é a redução paulatina dos ônus sobre o café. A França, a Itália e a Alemanha poderiam aumentar o consumo. Na Itália uma pessoa compra, de um modo geral, cem gramas de café. So o fato da unidade de peso revela que comprar mais café é muito oneroso para a bolsa do cidadão.

O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO — Realmente, estamos de acordo. Exatamente por causa disso que o Brasil está tentando os meios necessários para a expansão suficiente do café.

Peço a atenção especial de Vossas Excelências para o caso da Colômbia, pois temos debatido esse problema com eles.

Na realidade, a propaganda que a Colômbia tem feito não tem vendido muito café. De maneira que eles estão um pouco céticos com relação ao resultado de seu método de propaganda. Eles estão, agora, envidando esforços no sentido da diversificação do mercado.

A Colômbia está tentando entrar no mercado da Escandinávia, onde o Brasil é dominante, pois está preocupada com a estabilização do mercado dos Estados Unidos, apesar de toda a propaganda feita. Conversei com torrefadores de cafés colombianos 100% que me disseram que não têm encontrado vantagens e que terão de voltar ao estilo normal.

O problema da produção é complicado e devemos colocá-lo em termos de produção e consumo. É preciso uma propaganda que evite o sub-consumo.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Dentro do prazo do Acordo Internacional, temos possibilidades de fazer essa diversificação, desde que o Acordo não seja rompido?

O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO — Teremos que fazer. O Acordo deverá ser renegociado porque termina a prazo curto.

Acho que a questão de controle da produção é fundamental. A capacidade de produção é muito maior que a de consumo.

De maneira que as economias dos países não terão como suportarem esse ônus. Notícia muito importante nos vem da Costa de Marfim que, tendo iniciado a sua exportação com determinada cota, por falta de recursos adicionais necessários não pode manter a compra interna nos níveis anteriores. Caso semelhante aconteceu no Brasil que baixou sua cota de 38 a 30 milhões de sacas. E este faro é muito sintomático. Indagado sobre qual seria a solução para o problema brasileiro, eu respondi que a única solução seria reduzir o preço interno para provocar a diversificação e assim ter recursos para suportar o excesso de produção. Evidentemente este é problema político muito sério, porque o Governante que tiver coragem de provocar a redução do preço interno sofre pressão muito forte, como foi o caso inclusive da Colômbia, recentemente.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Sr. Presidente, o ex-Presidente do IBC, nosso ilustre colega Senador Nelson Maculan, tem acompanhado com interesse o problema do café no mercado interno, como no exterior.

Ouví com atenção os importantes esclarecimentos de V. Sa. e me parece, realmente, que a política cafeeira no exterior está bem situada, e esperamos que este controle venha a permitir

tir que o Brasil exporte as suas cotas com certificado de origem.

A nossa preocupação é com referência aos excedentes de produção. O Instituto terá que comprar, o que importa em despesas de bilhões de cruzeiros. O Instituto deve estar interessado em equilibrar, e já tem um programa à vista, de procurar não permitir a expansão da lavoura cafeeira, porque quanto mais se expandir os excedentes serão maiores, criando uma infinitade de problemas, como de armazém, transporte, sacaria etc.

Devemos encontrar uma solução para que continuamente não estejamos a produzir mais café do que podemos exportar.

Outra coisa: parece-nos que esse critério do preço único para todos os cafés do tipo cinco, não corresponde aos interesses do País, porque, se tivermos, pelo menos, um preço diferente para cafés de tipo melhor, teremos certa preferência também nos mercados consumidores.

São esses os dois pontos que nos preocupam. Em primeiro lugar a fórmula a ser encontrada para limitar a produção do café no Brasil porque, como disse, essa imensa soma a ser pregada pelo Instituto, fará com que o Governo, fatalmente recorra à emissão de papel moeda, o que ocasiona inflação.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Permita-me V. Exa., em aparte. (Assentimento do orador) — De Poços de Caldas, São Paulo, abaixo de receber o seguinte telegrama: (Lê):

"Alarmados com as medidas do Banco do Brasil, suspendendo o financiamento do custeio agrícola do café, cento e quarenta e seis lavradores congregados nesta cooperativa, aprovaram moção de alerta às autoridades sobre as desastrosas consequências da medida que se mantida, representará o colapso da lavoura nacional e caos da zona tradicional de cafés finos. Dez mil dependentes rurais sofrerão reflexos da medida, caminhando a passos largos para a miséria e a fome. Confiamos no trabalho de V. Exa., no sentido da revogação, dando tranquilidade aos lavradores. Suel Eyvandro Amarante — Cooperativa dos Caficultores de Poços de Caldas".

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Daí a dificuldade.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Seria mais uma prova dos inconvenientes da grande produção de café.

O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO — Devo esclarecer que o Banco do Brasil já reformulou sua posição anterior e vai fazer o custeio da entressafra.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Aliás, já está fazendo com os adubos.

O SR. SENADOR NELSON MACULAN — A questão da auto-suficiência...

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — Em dado momento, o que se verifica é que, quando depende da emissão de papel-moeda, há a suspensão do pagamento. São Fatores negativos que descontentam os produtores.

Estamos preocupados com a atual situação: nossa exportação não ultrapassará os 18 milhões de sacas, enquanto que não alcance essa cifra — enquanto a produção irá além de 30 milhões de sacas.

Estes dois pontos preocupam-nos: o excesso de produção e a particularidade de o I.B.C. procurar fazer com que os cafeicultores não produzam cafés finos.

Declarou-nos o D. Waldemar Anselmo Pardi, Diretor-Gerente da Cooperativa dos Cafeicultores de Ribeirão Preto, aqui, nesta Comissão, que na última safra, a sua entidade teve que entregar ao I.B.C. um lote, se me não engano, de 500 ou 600 mil sacas de cafés finos, que foram misturados, nos armazéns, com os de tipo inferior. Não foram exportados, mas empilhados nos armazéns reguladores.

O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO — Separado e identificado.

O SR. SENADOR ATILIO FONTANA — De qualquer maneira ficam fazendo lastro.

Sobre os dois pontos — principalmente a superprodução, e, em segundo lugar a classificação de café — encontramos, nos Estados Unidos, preocupação. Tivemos lá reunião com industriais do café e visitantes grandes indústrias, como a da cidade de Oklahoma, onde nos disseram que precisam comprar café melhor, pois os africanos não têm sido bem aceitos pelo consumidor, o que faz com que a nova geração procure os refrigerantes. Consequentemente, os industriais procuram os países que produzem café fino, e nem sempre o Brasil os tem nos portos.

Gostaria que V. Sa. nos esclarecesse a respeito.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Queria — se V. Sa. me permite —adirar às perguntas do Senador Atílio Fontana alguns esclarecimentos.

Amanhã, na Câmara dos Deputados, deve ser aprovado o projeto-de-lei que institucionaliza o crédito rural no País. O projeto entrega ao Conselho Monetário Nacional a orientação de toda a política agrícola do País. Inclusive o Fundo de Defesa do Café foi incluído como um dos elementos componentes da renda interna, sob a forma de substitutivo para o financiamento.

O SR. LEÔNIDAS LOPES BÓRIO — Vou dividir a minha resposta em três partes: o problema de excedentes, realmente temos um excedente de 10 mil milhões de sacas. E a quantidade de café que o Governo está comprando compulsoriamente.

Isso vai ser acrescentado aos 50 milhões de sacas de café disponível e deduzido do café de consumo interno e mais os que o Instituto colocará à venda no comércio para suprir necessidades eventuais.

Aqui é necessário fazer a análise com um pouco de cuidado porque, esse nosso estoque de cafés, em parte, é necessário porque o Brasil é País sujeito a fenômenos climáticos sérios e já tivemos anos da lavoura ser totalmente atingida, em 1958, uma geada arrasou São Paulo, no Paraná. Isso é frequente, este ano parte de São Paulo foi atingida, de maneira que se estima mais ou menos uma safra e metade normal que oscila por volta de 30,35 milhões de sacas, deve ser mantida em estoque permanentemente.

Acresce notar que a primeira vez que se conceituou a necessidade desse estoque no Brasil, através de estudo feito no Paraná, foi objeto de muita controvérsia, muita discussão. Até que um dia o Fundo Monetário International publicou um pequeno trabalho sobre o mercado de café em que também defendeu a tese de ser necessário

no País um estoque para manter a produção normal. Daí em diante — ninguém é profeta em sua terra — foi aceita a tese do Paraná, de que o Brasil devia ter esse estoque.

Nós estamos preocupados com a continuidade dessa proteção anual do café. Estamos procurando aprimorar o estoque, entregando ao consumo interno café de melhor qualidade. E nosso programa manter todo o estoque em perfeitas condições de armazenamento. Enviamos todos os esforços e temos quase todas as áreas já aterradas: Londrina, Curiúba; em São Paulo está sendo arrematado — Santos e Paranaguá — café que não podemos retirar, porque estão carinhados.

A meta é a produção, no Brasil, por volta de 25 milhões de sacas por ano, a fim de atender à exportação, ao consumo interno e eventual estoque de proteção.

Essa meta será objeto do trabalho daquela comissão ministerial que cito que vai publicar, nos próximos dias seu primeiro relatório, traçando as diretrizes de amplo programa, visando a dar à lavoura estímulo para mudar democraticamente, sem, contudo, implicar em liberação da mão de obra, programa global e creio que fundamental para o futuro do País.

O outro ponto abordado pelo Senador Atílio Fontana é difícil de ser analisado em poucas palavras. Nós produzimos, por exemplo, 33 ou 30 milhões de sacas, sendo, em safra normal, metade ou 60% de cafés 5 para melhor, o resto de 5 para pior.

**O SR. SENADOR ATILIO FONTANA** — Esses de 5 para pior também não comprados pelo IBC?

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — O IBC não obriga ninguém a vender. Quando diz — eu compro compulsoriamente 16 milhões e meio de sacas de café presumimos que a metade não vendida seja a de melhor tipo, como em bedida.

Na prática estamos pondo uma barreira ao aprimoramento. É a decisão do produtor de encaminhar ao estoque do IBC e a exportação.

**O SR. SENADOR ATILIO FONTANA** — Tem melhor preço esse café?

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Sim.

O caso citado aqui foi provocado por um ano anormal. Não houve um fluxo normal. Estes cafés estão identificados e estocados separadamente no IBC. Este ano devemos ter uma deficiência de café de bebida.

Até o momento o café não é inflacionário, permitindo comprar o café e dar saldo no fim do período. É o ponto em que o Governo se bate.

Se mantivermos uma estocagem racional produz com excessentes, chegaremos ao ponto de não ter recursos para a operação, como é o caso de cacau.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira)** — Antes de dar a palavra ao Senador Atílio Fontana, quero solicitar-lhe, que devido ao adiantado da hora, que Sua Exceléncia resumia a formulação das suas perguntas, para que outros Senadores também possam fazer indagações.

**O SR. SENADOR ATILIO FONTANA** — As perguntas que quero fazer foram respondidas no decorrer dos debates. Desejaria saber, no entanto, com referência ao café tipo 5, qual o critério do Instituto Brasileiro do Café, nesse sentido.

**O DR. LEONIDA LOPES BÓRIO** — O Instituto Brasileiro do Café aceita e paga os cafés tipo sete. Os outros do IBC suprir.

**O SR. SENADOR NELSON MACULAN** — Essa medida foi interessante porque no ano passado se recebiam em libra. A média é o processo natural para o próprio IBC, que separa a cabecinha do lote e fica com o fundo para o consumo interno.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira)** — Tem a palavra o nobre Senador Lopes da Costa.

**O SR. SENADOR LOPES DA COSTA** — (Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, embora não pertença a esta Comissão Especial, peço licença para fazer algumas perguntas ao Ilmo. Dr. Leonidas Bório.

A primeira delas consiste no seguinte: é verdade que está o Instituto Brasileiro do Café ultimando provisões no sentido de estabelecer escritórios comerciais em outros países além de aqueles já existentes? E se é certo quais os países que seria atingidos por essa iniciativa e as cidades onde seriam instalados esses escritórios e, ainda, quais as suas finalidades.

**O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — O Instituto Brasileiro do Café, nobre Senador Lopes da Costa, não está nem planejando instalar nem de ampliar qualquer escritório em qualquer país; apenas está mantendo os atuais escritórios em Nova Foz em Hamburgo, em Milão e em Tóquio, como ainda aqueles em Beirute e em Hong-Kong.

Não há nenhum programa de ampliação dessa rede de Escritórios. Já retiramos do exterior aproximadamente 16 pessoas, por considerá-las desnecessárias, inclusive os Escritórios de Madri e de Viena. Os Escritórios, hoje, estão operando com grupos restritos e, a meu ver, de maneira satisfatória.

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Porque a produção de café em Mato Grosso, estimada em 100 mil sacas, aproximadamente, destinada à República do Prata, não continuou sendo embarcada em Pôrto Esperança via fluvial e sim por via rodoviária, o que de certa forma facilita o contrabando?

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Tanto quanto sei o embarque de café por via líquida promove o contrabando e dificulta a fiscalização.

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Não é o caso de Mato Grosso que passa por fiscalização diversa.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Temos tido grandes dificuldades inclusive no Paraná, ponto de grandes irregularidades na exportação. A nossa tendência hoje é que todos os mercados registrem o controle, o pagamento e o custo. Daí o seu escoamento por via líquida.

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Estive, há pouco, em Ponta Porã e lá verifiquei contrabando.

A terceira pergunta é as cooperativas do interior não contam mais com as cotas de café que lhes eram atribuídas para serem fornecidas aos seus mercados.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Sacaria nova ou sacaria usada?

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Francamente, não sei.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Sacaria nova, nunca foi de praxe do IBC suprir.

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — A Cooperativa de Consumo de Corumbá, em Mato Grosso, não tem recebido sua cota. Até chegou a fazer, no ano passado, uma solicitação ao IBC, sem obter resposta.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Confesso que não recordo bem o regulamento.

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Trata-se de café para consumo interno.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Mas o consumo interno é suprido com a sacaria do IBC.

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Mas nossa cooperativa não tem recebido. Ou melhor, recebe por vias oblíquas — por contrabando.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Confesso, Senador, que não entendo bem.

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — As cooperativas de consumo interno não recebem, do IBC, as suas cotas.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Mas estão registradas para receber-las?

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Sim, tanto que as recebiam antes.

**O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO** — E têm torrefação?

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Não, sempre revendiam o café em grão.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Esta havendo um grande esforço do IBC para regularizar e moralizar o problema das torrefações. Há, espalhadas pelo país, milhares de torrefações sem qualquer fiscalização capaz de atender com eficiência o problema. Temos sido muito rigorosos, fechando todas aquelas que pegam em flagrante ou em atos desonestos em relação ao café. Mas é um problema muito complicado.

Francamente, não conheço bem o detalhe de cooperativa com relação ao problema. Vou examinar. O Senador poderá dar o nome da Cooperativa de Consumo, por favor?

**O SENHOR SENADOR LOPES DA COSTA** — Da Cidade de Corumbá, Mato Grosso.

E muito obrigado pelas informações.

**O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA** — (Presidente) — A propósito do consumo interno, há cotas de consumo interno?

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Há cotas individuais por torrefador. Estamos levando um estrito controle. Apesar disso, sabemos que há muita irregularidade, muito desvio de café. Infelizmente, é um problema estrutural. E já temos aprovado pelo Governo da República um programa de extinção gradual de subsídio, levando o café a ser comprado diretamente na fonte de produção.

**O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA** — (Presidente) — Mas cota de consumo para os torrefadores, mesmo, não parece uma medida esquisita num país que tem excesso de café?

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Mas é por uma razão. E' que vendemos um café que tem valor comercial de 35 mil cruzeiros por 2 mil. Se nosso café tivesse curvo franco, esgotaria os armazéns.

**O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA** — (Presidente) — Não seria melhor elevar o custo do consumo interno, para não prejudicar o consumo? Temos regiões, como o Amazonas, que ficam solicitando café, quase como esmola.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Mas está regulado. Temos estocagem em Manaus para atender o Amazonas.

**O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA** — (Presidente) — Meu Estado, por exemplo. Estado pequeno, fácil de controlar, onde quase não existe o contrabando, especialmente de café, no Estado de Sergipe, o Instituto controla, com muita facilidade, o consumo, porque todo o café remetido pelo Instituto é depositado num armazém do Estado. Ai é um fato a distribuição. Não vemos por que então limitar o consumo num Estado.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Nós não limitados.

**O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA** — (Presidente) — Quando era Presidente do IBC o Sr. Senador Nelson Maculan, procurou para examinar a falta de café que havia no Estado de Sergipe. Ora, se há necessidade de aumentar o consumo, não há razão de limitar o consumo onde nenhuma razão de ordem policial existe para arcebimento.

**O SR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Sr. Presidente e Srs. Senadores, trata-se de uma tarefa complicada — são oito milhões de sacas por ano e tudo fazemos para distribuir equitativamente todo o País. Para isso, abrimos armazéns em vários pontos do território nacional — Fortaleza, Belém, etc. Estamos mesmo enviando o café torrado e sem torrado para evitar o contrabando. Não há intenção de restringir o consumo.

**O SENHOR SENADOR HERIBALDO VIEIRA** — (Presidente) — Tenho a impressão de que melhor que medidas policiais para evitar o contrabando, seriam os preços internos serem de tal maneira que não desperasse o apetite do desvio para o estrangeiro.

**O SR. LEONIDAS BÓRIO** — Acabamos de ver aprovado um plano um pouco congelado — porque tem restrições de ordem social — no sentido de que, pouco a pouco, o Instituto Brasileiro do Café levante o preço do seu produto, de modo a que ele volte a ser o café normal da produção. Tal levará um ano a ser conseguido e, em muito, diminuirá os problemas concernentes ao café.

**O SR. NELSON MACULAN** — Se tomarmos por base o preço de uma saca de café como de trinta mil cruzeiros, no mercado interno, chegaremos à conclusão de que será de difícil aquisição para o povo. Então, haverá a diminuição do consumo.

**O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Posse assegurar aos Senadores que esta programação do café é séria, consciente e não comprometida; ela é de interesse nacional.

**O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO (Relator)** — Eu pediria que o Presidente do Instituto Brasileiro do Café nos desse idéia de quanto aumentou o consumo de café, no mundo, anualmente.

**O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO** — Infelizmente, tanto as nossas estatísticas como as internacionais são muito falhas. Ninguém pode dizer, com precisão, em quanto aumenta o consumo de café, no mundo, anualmente, houve grande confusão entre

aumento de estoque e aumento de consumo. Hoje, estamos em vias de aprimorar a estatística no mercado. Houve obrigatoriedade, nesse sentido, nos países que estoram, para um controle interacional. E' cedo, porém, para dar uma resposta.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Mas já está começando o estudo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Heribaldo Vieira) — O café tem au-

mentado as divisas do País, ultimamente, ou diminuído?

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Tem mantido o preço interno, e esperamos que, neste ano, se mantenha em nível semelhante ao do ano passado, que foi a 759 milhões de dólares, a 53%.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO (Relator) — Agradeço, em nome da Comissão, ao Dr. Bório, pela atenção e tempo que nos dedicou. Fique cer-

to de que aqui estamos para colaborar com os senhores. Poderemos agir, no Senado, dentro de algum tempo, consubstante as linhas que acabamos de traçar.

O SR. DR. LEONIDAS LOPES BÓRIO — Muito obrigado.

O SR. SENADOR HERIBALDO VIEIRA — Presidente — O assunto é tão palpitante e de tal interesse para nós, que houve tumulto nas per-

guntas e não nos pudemos satisfazer inteiramente, porquanto todos estavam ávidos de esclarecimentos que, aliás, o Sr. Presidente nos deu com muita competência, muito senhor do Instituto que dirige. Estamos plenamente satisfeitos e agradecemos a cooperação que trouxe para a nossa Comissão.

Está encerrada a reunião.

**MESA**

Presidente — Moura Andrade  
 Vice-Presidente — Nogueira da Galia  
 1º Secretário — Dinarte Mariz  
 2º Secretário — Gilberto Marinho  
 3º Secretário — Adalberto Sena  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro  
 1º Suplente — Joaquim Parente  
 2º Suplente — Guido Mondin  
 3º Suplente — Vasconcellos Forres  
 4º Suplente — Raul Giuberti

**AGRICULTURA**

Presidente: Senador José Ermírio  
 Vice-Presidente: Senador Eugênio Barros.

**TITULARES**

Eugenio Barros  
 Jose Feliciano  
 Jose Ermírio  
 Nelson Maculan  
 Lopes da Costa  
 Antônio Carlos  
 Dilton Costa

**SUPLENTES**

1. Jose Leite  
 2. Attilio Fontana  
 3. Dix-Huit Rosado  
 4. ....  
 5. Daniel Krieger  
 6. João Agripino  
 7. Aurélio Vianna  
 Secretário: J. Ney Passos Dantas  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Presidente: Senador Afonso Arinos  
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves.

**TITULARES**

Jefferson de Aguiar  
 Antônio Balbino  
 Wilson Gonçalves  
 Ruy Carneiro  
 Edmundo Levi  
 Bezerra Neto  
 Arthur Virgilio  
 Afonso Arinos  
 Heribaldo Vieira  
 Josaphat Marinho

**SUPLENTES**

1. Menezes Pimentel  
 2. José Feliciano  
 3. Filinto Müller  
 4. Benedito Valladares  
 5. Argemiro Figueiredo  
 6. Melo Braga  
 7. Oscar Passos  
 8. Daniel Krieger  
 9. Eurico Rezende  
 10. João Agripino  
 11. Aarão Steinbruch  
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**DISTRITO FEDERAL**

Presidente: Senador Aurélio Vianna  
 Vice-Presidente: Senador Pedro Ludovico.

**TITULARES**

Pedro Ludovico  
 Walfredo Gurgel  
 Arthur Virgilio  
 Melo Braga  
 Eurico Rezende  
 Heribaldo Vieira  
 Aurélio Vianna

**COMISSÕES PERMANENTES****SUPLENTES**

1. Jose Feliciano  
 2. Benedito Valladares  
 3. Bezerra Neto  
 4. ....  
 5. Zacarias de Assunção  
 6. Lopes da Costa  
 7. Lino de Mattos  
 Secretário: Alexandre Mello  
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**ECONOMIA**

Presidente: Senador Attilio Fontana  
 Vice-Presidente: Senador Jose Ermírio.

**TITULARES**

Attilio Fontana  
 Jose Feliciano  
 Jose Leite  
 Jose Ermírio  
 Nelson Maculan  
 Adolpho Franco  
 Lopes da Costa  
 Irineu Bornhausen  
 Miguel Couto

**SUPLENTES**

1. Jefferson de Aguiar  
 2. Sigefredo Pacheco  
 3. Sebastiao Archer  
 4. Bezerra Neto  
 5. Melo Braga  
 6. Zacarias de Assunção  
 7. Jose Cândido  
 8. Mem de Sa  
 9. Aurélio Vianna  
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16:30 horas.

**EDUCAÇÃO E CULTURA**

Presidente: Senador Menezes Pimentel  
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans.

**TITULARES**

Menezes Pimentel  
 Walfredo Gurgel  
 ....

Arthur Virgilio  
 Padre Calazans  
 Mem de Sa  
 Arnon de Mello

**SUPLENTES**

1. Benedito Valladares  
 2. Sigefredo Pacheco  
 3. Edmundo Levi  
 4. Melo Braga  
 5. Afonso Arinos  
 6. ....  
 7. Josaphat Marinho  
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15:30 horas.

**FINANÇAS**

Presidente: Senador Argemiro Figueiredo  
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

**TITULARES**

Victorino Freire  
 Lobão da Silveira  
 Sigefredo Pacheco  
 Wilson Gonçalves  
 Walfredo Gurgel  
 Argemiro Figueiredo  
 Bezerra Neto  
 Pessoa de Queiroz

Irineu Bornhausen  
 Eurico Rezende  
 Mem de Sa  
 Aurelio Vianna  
 Lino de Mattos

**SUPLENTES**

1. Attilio Fontana  
 2. José Guiomard  
 4. Nelson Maculan  
 3. Eugênio Barros  
 4. Menezes Pimentel  
 5. Pedro Ludovico  
 6. Jose Ermírio  
 7. Edmundo Levi  
 8. Melo Braga  
 9. Oscar Passos  
 10. João Agripino  
 11. Adolpho Franco  
 12. Daniel Krieger  
 13. ....  
 14. Josaphat Marinho  
 15. Miguel Couto  
 Secretário: Hugo Rodrigues de Oliveira  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Presidente: Senador Jose Feliciano  
 Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

**TITULARES**

José Feliciano  
 Attilio Fontana  
 Nelson Maculan  
 Barros Carvalho  
 Adolpho Franco  
 Irineu Bornhausen  
 Dilton Costa

**SUPLENTES**

1. Lobão da Silveira  
 2. Sebastiao Archer  
 3. Vivaldo Lima  
 4. Oscar Passos  
 5. Lopes da Costa  
 6. Eurico Rezende  
 7. Aarão Steinbruch  
 Secretária: Maria Helena Bueno Brandão  
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

**LEGISLAÇÃO SOCIAL**

Presidente: Senador Vivaldo Lima  
 Vice-Presidente: Senador Walfredo Gurgel

**TITULARES**

Ruy Carneiro  
 Walfredo Gurgel  
 Attilio Fontana  
 Eugenio Barros  
 Vivaldo Lima  
 Edmundo Levi  
 Eurico Rezende  
 Heribaldo Vieira  
 Aarão Steinbruch

**SUPLENTES**

1. Jose Guiomard  
 2. Sigefredo Pacheco  
 3. Jose Leite  
 4. Lobão da Silveira  
 5. ....  
 6. Pessoa de Queiroz  
 7. Lopes da Costa  
 8. Zacarias de Assunção  
 9. Dilton Costa  
 Secretário: Cláudio D. Carneiro

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**MINAS E ENERGIA**

Presidente: Josaphat Marinho  
 Vice-Presidente: Jose Ermírio.

**TITULARES**

Benedicto Valladares  
 Jefferson de Aguiar  
 Jose Ermírio  
 Argemiro Figueiredo  
 João Agripino  
 Josaphat Marinho

**SUPLENTES**

1. Lobão da Silveira  
 2. José Feliciano  
 3. Edmundo Levi  
 4. Eurico Rezende  
 5. Dilton Costa  
 Secretária: Sarah Abrahão  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**SUPLENTES**

1. Pedro Ludovico  
 2. Filinto Müller  
 3. ....  
 4. José Cândido  
 5. Afonso Arinos  
 7. Arnon de Melo

Secretário: Cláudio D. Carneiro  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**POLÍCINO DAS SECAS**

Presidente: Ruy Carneiro  
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**TITULARES**

Ruy Carneiro  
 Sebastião Archer  
 Argemiro Figueiredo  
 Dix-Huit Rosado  
 João Agripino  
 Heribaldo Vieira  
 Aurélio Vianna

**SUPLENTES**

1. Sigefredo Pacheco  
 2. José Leite  
 3. Jose Ermírio  
 4. ....  
 6. Lopes da Costa  
 6. Antônio Carlos  
 7. Dilton Costa  
 Secretário: Cláudio D. Carneiro

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**PROJETOS DO EXECUTIVO**

Presidente: João Agripino  
 Vice-Presidente: Jefferson Aguilar

**TITULARES**

Wilson Gonçalves  
 José Guiomard  
 Jefferson de Aguiar  
 José Ermírio  
 Bezerra Neto  
 João Agripino  
 Antônio Carlos  
 Lino de Matos  
 Mem de Sa

**SUPLENTES**

1. Walfredo Gurgel  
 2. José Feliciano  
 3. Ruy Carneiro  
 4. Melo Braga  
 5. Edmundo Levi  
 6. Daniel Krieger  
 7. Adolpho Franco  
 8. Aurélio Vianna  
 9. ....  
 Secretário: José Soares  
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**REDAÇÃO**

Presidente: Dix-Huit Rosado  
 Vice-Presidente: Pessoa do Quiriz.

**TITULARES**

Walfredo Gurgel  
 Sebastião Archer  
 Dix-Huit Rosado  
 Antônio Carlos  
 Josaphat Marinho

**SUPLENTES**

1. Lobão da Silveira  
 2. José Feliciano  
 3. Edmundo Levi  
 4. Eurico Rezende  
 5. Dilton Costa  
 Secretária: Sarah Abrahão  
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**RELAÇÕES EXTERIORES**

Presidente: Benedicto Valladares  
Vice-Presidente: Pessoa de Quelha

**TITULARES**

Benedicto Valladares  
Júlio Müller  
Menezes Pimentel  
José Guiomard  
Pessoa de Queiroz  
Vivaldo Lima  
Oscar Passos  
Antônio Carlos  
José Cândido  
Rui Palmeira  
Aarão Steinbruch

**SUPLENTES**

1. Ruy Carneiro  
2. Victorino Freire  
3. Wilson Gonçalves  
4. José Leite  
5. Nelson Maculan  
6. ....  
7. Mello Braga  
8. Padre Calazans  
9. João Agrípino  
10. Mém de Sá  
11. Arnon de Mello  
  
Secretário: J. B. Castelão Branco  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**SAÚDE**

Presidente: Sigefredo Pacheco  
Vice-Presidente: José Cândido.  
**TITULARES**  
Sigefredo Pacheco  
Pedro Ludovico  
Dix-Huit Rosado  
José Cândido  
Miguel Couto

**SUPLENTES**

1. Walfrido Gurgel  
2. Eugênio Barros  
3. ....  
4. Lopes da Costa  
5. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello  
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**SEGURANÇA NACIONAL**

Presidente: Zacarias de Assunção  
Vice-Presidente: Oscar Passos.

**TITULARES**

José Guiomard  
Victorino Freire  
Oscar Passos  
Silvestre Péricles

**ZACARIAZ DE ASSUNÇÃO**

Irineu Bornhausen  
Aarão Steinbruch  
**SUPLENTES**

1. Ruy Carneiro  
2. Atílio Fontana  
3. Dix-Huit Rosado  
4. José Ermírio  
5. Adolpho Franco  
6. Eurico Rezende  
7. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguilar

**SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**

Presidente: Padre Calazans  
Vice-Presidente: Victorino Freire.

**TITULARES**

Sigefredo Pacheco  
Victorino Freire  
Mello Braga  
Silvestre Péricles  
Padre Calazans  
Aloysio de Carvalho  
Auréllo Viana

**SUPLENTES**

1. José Leite  
2. Flávio Müller  
3. ....  
4. Dix-Huit Rosado

5. Antônio Carlos  
6. Mém de Sá  
7. Miguel Couto  
Secretário: J. Ney Passos Danias  
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**TRANSPORTES  
COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Lopes da Costa  
Vice-Presidente: Mello Braga.

**TITULARES**

Eugenio Barros  
José Leite  
Mello Braga  
Lopes da Costa  
Arnon de Mello

**SUPLENTES**

1. Jefferson de Aguiar  
2. José Guiomard  
3. Bezerra Neto  
4. Irineu Bornhausen  
5. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguilar  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.